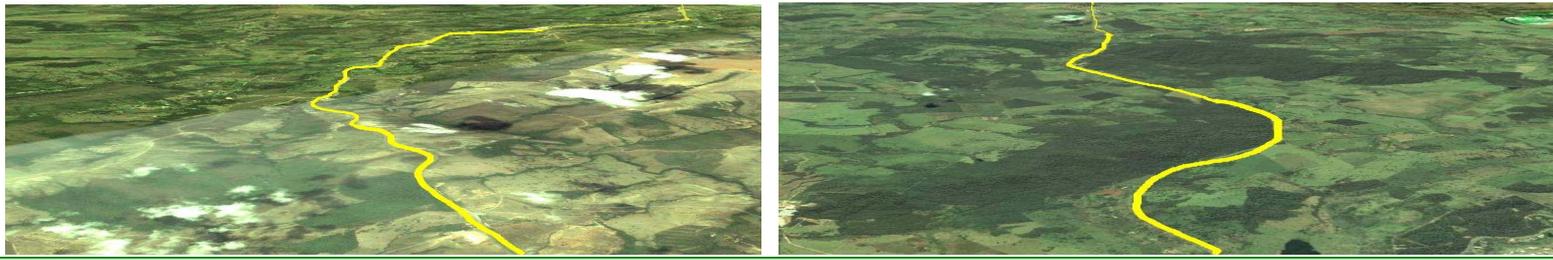


Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

**O papel do fortalecimento institucional municipal
na sustentabilidade da gestão territorial de
caráter regional: O caso do município de
Alexânia no Eixo Brasília-Goiânia**



Renato de Melo Rocha

Orientadora: **Prof^a Dr^a Maria do Carmo de Lima Bezerra**

Dissertação de Mestrado

Brasília, 2007

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Programa de Pós-Graduação – PPG

**O papel do fortalecimento institucional municipal
na sustentabilidade da gestão territorial de
caráter regional: O caso do município de
Alexânia no Eixo Brasília-Goiânia**

Renato de Melo Rocha

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de
Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria do Carmo de Lima Bezerra

Brasília, 2007

TERMO DE APROVAÇÃO

O papel do fortalecimento institucional municipal na sustentabilidade da gestão territorial de caráter regional: O caso do município de Alexânia no Eixo Brasília-Goiânia

Autor: Renato de Melo Rocha

Dissertação de Mestrado submetida à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração “Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade”.

Data da defesa: 05 de novembro de 2007

Aprovado por:

Profª Drª Maria do Carmo de Lima Bezerra
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB
Orientadora

Prof. Dr. Otto Toledo Ribas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB
Examinador interno

Prof. Dr. Fernando Paiva Scardua
Centro de Desenvolvimento Sustentável, CDS
Professor convidado

Brasília, 2007

DEDICATÓRIA

À minha orientadora **Maria do Carmo** que, além de cumprir o seu dever com grande responsabilidade, ética e competência com a academia, sempre foi uma companheira e amiga durante todo o transcurso deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai e Arquiteto do Universo;

A minha querida esposa e companheira Angélica, pela sua paciência nestes anos que perduraram o mestrado e a valorosa colaboração nesta dissertação;

Aos meus amados filhos, Rodrigo “filhão amigo e companheiro” pelo apoio e incentivo neste trabalho, Lucca “anjinho de luz” pela compreensão em minha ausência nas noites e fins de semana, Lina de apenas cinco meses, ainda na barriga da mamãe, e meu “sobrinho filho” Pedro Henryque, que colaborou fundamentalmente no fechamento deste trabalho; eu agradeço pelo fato deles existirem e darem sentido e continuidade à minha vida;

A minha mãezinha querida Wanda “espírito iluminado de luz”, por ter me dado à vida e ter ensinado as maiores virtudes de um ser humano: amor, perdão, compaixão, fé e ensinamento de amizade incondicional entre irmãos;

Ao meu saudoso papai Joaquim que, mesmo com sua ausência prematura fisicamente, imortalizou-se ao deixar em meu coração os valores do trabalho, da honestidade, da nobreza e, do amigo e companheiro dedicado à família;

Aos meus queridos irmãos Ricardo “in memoriam”, Terezinha, Alan Kardec e Márcia, em especial pela colaboração neste trabalho, pelas lindas lembranças de nossa feliz infância e pelo companherismo e amizade até hoje existente entre nós, bem como ao pequenino Antônio Carlos que nos deixou ainda bebê;

A todos meus familiares que entenderam a minha ausência em momentos importantes: minhas amadas sobrinhas Annelise, Lara e Ana Clara; minhas queridas tias Almerinda, Maria de Lourdes, Glorinha, Terezinha, Fabiana, Sandra e Dindinha; meus sogros Laércio e Maria Helena; minhas cunhadas Edilânia, Norma, Regina e, cunhados Leandro, Paulo Renato, Alex Marcelo os primos, Roberto, Maria Eliza, Mauro, Cleide, Paulo Henrique, Eny e, Fábio Lúcio que partiu deixando saudade durante o transcurso desta dissertação;

A minha querida orientadora Prof^ª Maria do Carmo de Lima Bezerra pelo conhecimento imensurável e conduta profissional com ética, competência e eficácia aliada a sua dedicação, disposição, perseverança e confiança, possibilitaram a construção desta pesquisa. Serei grato eternamente; ainda ao estimado Prof^º Otto Toledo Ribas pela enorme colaboração e atenção dispensada neste trabalho através da sua co-orientação o qual, agradeço em seu nome a todos os professores que contribuíram neste trabalho, bem como aos servidores João e Júnior por toda a atenção e ajuda que recebemos;

Finalmente, ao Diretor da DPP, Delano Calixto pela compreensão de minha ausência na AGETOP e aos colegas de Mestrado, em especial à amiga Maria Luísa Adorno e, Luciano Caixeta, Taciana Vaz, Liana Resende, Annelisabete e Marília Teixeira, Sandra Mello, Daniela Bottini e Tatiana Sancevero.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é o produto de uma experiência de vida muito gratificante e de crescimento pessoal, tanto intelectual como científico, de três anos dedicados ao mestrado de arquitetura e urbanismo, com o objetivo de poder contribuir na melhoria da qualidade de vida de nossa população.

A minha experiência profissional é bastante ampla na arquitetura, particularmente em vários projetos e obras de habitação, comércio, indústrias e estabelecimentos de saúde. Mas foi nas disciplinas de urbanismo, ainda na graduação, que encontrei os maiores valores para contribuição à sociedade e, já no trabalho final de graduação busquei inovar, sendo o primeiro estudante a projetar uma reurbanização da área de posse urbana – denominação das favelas de Goiânia – no ano de 1986.

A minha carreira profissional começava assim, a realizar meu ideal: exercer minha profissão contribuindo, principalmente, para os menos favorecidos da nossa sociedade e, logo em seguida, uma trajetória profissional na área de urbanização e regularização fundiária de posses urbanas em Goiânia.

Durante este percurso profissional tive a oportunidade de projetar e implementar vários assentamentos humanos e conjuntos habitacionais de natureza social, que diante da realidade do urbanismo nas décadas de 1980 e 1990, eram modelos de solução para a população de baixa renda. Com a RIO-92, estas soluções sociais passaram por mudanças em sua concepção conceitual que buscavam uma nova ordem na relação com a preservação do meio ambiente.

Nesta passagem dos anos 1990 para a nossa atual década, tivemos a oportunidade de iniciar programas habitacionais para baixa renda que aliavam a reurbanização e regularização fundiária com a preservação e conservação do meio ambiente, principalmente nos fundos de vale de Goiânia, com a recuperação das nascentes, limpeza dos cursos d'água e replantio das matas ciliares.

A experiência acumulada em projetos, programas e obras pelo Governo do Estado de Goiás e pela Prefeitura Municipal de Goiânia, foram importantes em salas de aulas como professor convidado na Universidade Católica de Goiás – UCG, na Universidade Paulista – UNIP e na Universidade Estadual de Goiás – UEG, mas sentia ainda a necessidade de adquirir conhecimento teórico e técnico sobre as questões que permeavam o planejamento urbano com a preservação do meio ambiente.

Assim, ingressei em uma Especialização em Planejamento Urbano e Ambiental pela Universidade Católica de Goiás em 1999 até 2000, finalizando com uma monografia: a Política Habitacional na Região Metropolitana de Goiânia e o projeto final de toda a turma da especialização, a elaboração do Plano Diretor da Região Metropolitana de Goiânia.

Após esta especialização, resolvi investir em minha carreira acadêmica ingressando no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, inicialmente como estudante especial, sendo esta escolha fruto do foco de preservação e conservação do meio ambiente no planejamento urbano, territorial e regional.

Em 2004, já cursando o Mestrado, tive a grande satisfação de conhecer os professores Maria do Carmo de Lima Bezerra e Otto Toledo Ribas que me encantaram pelo domínio do conhecimento técnico-teórico sobre a sustentabilidade possível dentro da esfera do urbanismo contemporâneo.

Mas foi durante as minhas viagens semanais no eixo rodoviário que liga Goiânia à Brasília, onde tive a oportunidade de observar com mais detalhes, a problemática instaurada na ocupação desordenada ao longo da BR-060. Inicialmente viajávamos em uma Van contratada com o grupo inicial formado pela Maria Luísa, Luciano, Taciana, Liana e eu; este grupo abriu nas portas para dezenas de mestrandos de Goiânia que vieram posteriormente a estudar na UnB.

No outro ano a minha companheira de viagem foi a Maria Luísa, pois nós tínhamos a mesma orientadora - Dra. Maria do Carmo - e cursávamos praticamente as mesmas disciplinas e, quando eram diferentes, organizávamos os mesmos dias da semana e a nossa viagem era realizada em carros próprios, e assim continuei a minha tarefa de observar o eixo Brasília-Goiânia pela BR-060.

Com a intenção de adquirir novos conhecimentos sobre a dimensão ambiental, tive a oportunidade de cursar disciplinas do Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS (Entidade científica da UnB) que foram fundamentais na melhoria de compreensão do problema que iria enfrentar em minha dissertação. Inicialmente meu foco específico foi em um projeto de uso e ocupação do solo urbano e rural para solucionar esta ocupação desordenada de cenário futuro nada promissor.

Durante o mestrado tivemos a oportunidade de realizar projetos na Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Estado de Goiás onde empreendi esforços em avaliar os resultados dos Planos Diretores Municipais em relação à preservação e conservação do meio ambiente, tanto no meio urbano quanto no meio rural, nas Bacias do Rio Meia Ponte e do Rio dos Bois.

Diante dos fatos levantados, iniciei uma pesquisa que define um Plano Diretor Ambiental em todo território de uma Bacia Hidrográfica e, aos planos diretores convencionais, o foco se concentraria nos aspectos econômicos e sociais.

Com estes novos conhecimentos e após orientações esclarecedoras e objetivas da Dra. Maria do Carmo, optei por uma pesquisa no eixo rodoviário entre Goiânia e Brasília com a escolha do Município de Alexânia, onde se propõe a construção de uma gestão territorial sustentável diante das pressões econômicas ali verificadas, utilizando-se dos instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Municipal.

Este trabalho representou uma etapa de grande conhecimento teórico-científico que irá proporcionar em minha carreira acadêmica, um melhor preparo no atendimento aos estudantes de arquitetura e urbanismo.

RESUMO

No Brasil, verifica-se que o uso e ocupação do solo ao longo dos eixos rodoviários que ligam as cidades, principalmente as metrópoles, carecem tanto de planejamento como de disciplinamento prévio por parte dos municípios. A ocupação e uso desordenados fragilizam, principalmente, o solo das zonas rurais, fato agravado pela fiscalização deficitária e pelo restrito conhecimento da população sobre o assunto.

Nos municípios de menor porte, a situação se torna mais problemática devido à ausência de articulações com os aspectos ambientais e de desenvolvimento regional. Quaisquer estratégias de planejamento local são consideravelmente comprometidas pelas fragilidades das estruturas institucionais ao confrontar as pressões das demandas sócio-econômicas e a escassez dos recursos municipais para este tipo de investimento.

Este estudo utilizou-se de um levantamento do arcabouço conceitual e legal das temáticas territorial, urbano e ambiental, e da análise dos aspectos institucionais e das práticas das políticas públicas, com base nos instrumentos de planejamento, no âmbito federal e municipal em especial dos Planos Diretores Municipais e do Estatuto da Cidade.

A presente dissertação objetiva demonstrar que a promoção qualitativa do desenvolvimento institucional aliada à implementação dos Planos Diretores ocorrida nos municípios cortados pela BR-060 entre Brasília e Goiânia, neste estudo de caso a cidade de Alexânia, pode contribuir para o controle da gestão territorial e promoção da sustentabilidade.

Palavras – chaves: Gestão Territorial, Plano Diretor Municipal, Ordenamento Territorial, Sustentabilidade, Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília – Goiânia.

ABSTRACT

It can be verified in Brazil that the use and occupation of the soil along the roads which link the cities, especially the metropolises, lack both planning and previous disciplining from the municipalities. The disordered use and occupation weaken the soil, mainly in the rural zones, a fact which is worsened by the defective inspection and people's restricted knowledge of the subject.

The situation becomes more problematic in smaller towns due to the articulation of environmental aspects and the regional development. Any strategies of regional planning can be considerably prevented by the fragility of institutional structures in confronting the pressures of socio-economic demands and by the shortage of municipal resources for this type of investment.

This study utilized a survey of institutional aspects, regarding the conceptual and legal territorial, urban, and, environmental themes. It also used an observation of practices of public policies based on planning instruments, especially the municipal Urban Master Plans and the Statute of the City.

The present dissertation aims at demonstrating that the qualitative promotion of institutional development associated with the implementation of Urban Master Plans taken place in the towns crossed by the road BR 060 between Brasília and Goiânia, in this case the town of Alexânia, may contribute to the territorial management through the elaboration of the instrument named Sustainable Territorial Management.

Key words: Territorial Management, Municipal Urban Master Plan, Territorial Ordering, Sustainability, Highway of the Territorial Complex Brasília – Goiânia.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
APRESENTAÇÃO	vi
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
SUMÁRIO	xi
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE MAPAS	xiii
LISTA DE QUADROS	xiv
LISTA DE SIGLAS	xiv

INTRODUÇÃO	1
-------------------	----------

CAPÍTULO I - BASES CONCEITUAIS PARA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	10
---	-----------

1.1. Território	11
1.2. A importância da gestão do território	15
1.2.1. Instrumentos de Gestão Territorial Municipal	16
1.3. Ordenamento territorial	18
1.4. Sustentabilidade	19
1.4.1. Conceitos de Desenvolvimento Sustentável	21
1.4.2. As dimensões da sustentabilidade	25

CAPÍTULO II - GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	29
---	-----------

2.1. Um conceito em construção: Gestão Territorial Sustentável	31
2.2. Instrumentos de promoção da gestão territorial	32
2.3. Papel do Plano Diretor	34
2.3.1 Instrumentação do Plano Diretor	37
2.4. A Agenda 21	38
2.4.1. A Agenda 21 Brasileira	40
2.4.2. Estratégias para construção da sustentabilidade das cidades brasileiras	43

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DE URBANIZAÇÃO NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA	46
--	-----------

3.1. Ações governamentais desenvolvidas na economia local a partir do ano de 1999	51
3.2. O crescimento populacional do Complexo Territorial Brasília-Goiânia	55
3.3. Caracterização da Região do Entorno do Distrito Federal	62
3.4. Caracterização da Região Metropolitana de Goiânia	69
3.5. A Urbanização da Região do Entorno do Distrito Federal	73
3.6. A Urbanização da Região Metropolitana de Goiânia	76

CAPÍTULO IV – POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAIS DO ESPAÇO TERRITORIAL DO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA	81
4.1. Ações Governamentais desenvolvidas na dimensão econômica	82
4.2. Principais potencialidades e fragilidades sócio-econômico-ambientais dos municípios do Entorno do Distrito Federal e da Região Metropolitana de Goiânia	84
4.3. Principais vetores de pressão antrópica no Eixo Brasília-Goiânia	89
4.4. Recomendações gerais para preservação ambiental dos municípios no Eixo	91
CAPÍTULO V - ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA	94
5.1. O Município de Alexânia	95
5.1.1 Histórico do Município de Alexânia	96
5.2. Descrição do Município de Alexânia	99
5.2.1. Aspectos relevantes na dimensão ambiental	103
5.2.2. Aspectos relevantes na dimensão do uso e ocupação do solo	105
5.3 Estrutura e Organização Administrativa	116
5.4. O Plano Diretor de Alexânia	121
5.4.1. Princípios fundamentais do Plano Diretor	124
5.4.2. Aspectos de infra-estrutura e qualidade ambiental	127
5.4.3. Articulação de Alexânia com o Eixo Rodoviário Brasília-Goiânia	134
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	136
6.1. Considerações sobre a estruturação de uma gestão territorial sustentável no Eixo Brasília-Goiânia	137
6.2. Recomendações com vistas à estruturação de uma gestão territorial sustentável em Alexânia	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Mapa ilustrativo do Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia.....	04
Fig. 2 – Vista da Represa do Rio Corumbá, junto a BR-060.....	75
Fig. 3 - Chácara Mangueiras Goiânia e a João de Barro Santo Antônio do Descoberto.....	79
Fig. 4 – Imagem de Satélite da região que se encontra o Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia.....	83
Fig. 5 – APA do Ribeirão João Leite.....	88
Fig. 6 – Parque Altamiro de Moura Pacheco, com detalhe da passagem da BR-060.....	90
Fig. 7 - Mapa situacional do Município de Alexânia.....	96
Fig. 8 – Área urbana de Alexânia com destaque para a BR-060 e vias arteriais e coletoras.....	97
Fig. 9 - Centro histórico e Alameda em Olhos D’Água.....	98
Fig. 10 - Centro da sede Alexânia junto a BR-060 em Avenida marginal.....	100
Fig. 11 – Comércio informais junto a BR-060 em Avenida marginal.....	101
Fig. 12 – Áreas desocupadas e segurança frágil junto a BR-060 e a Avenida marginal.....	102
Fig. 13 – A duplicação da BR-060 trouxe vários benefícios para Alexânia mas, algumas áreas livres ainda não possuem uma destinação correta.....	103
Fig. 14 – Detalhe da alteração do leito e da margem do rio Corumbá devido à retirada de mata ciliar....	104
Fig. 15 – As atividades econômicas ocupam terras ao longo da BR-060.....	106
Fig. 16 – As atividades econômicas ocupam terras ao longo da BR-060.....	106
Fig. 17 – As atividades econômicas do turismo na Represa do Rio Corumbá.....	106
Fig. 18 – As atividades do turismo na Represa do Rio Corumbá.....	107
Fig. 19 – O meio rural se modifica pelo uso industrial.....	108
Fig. 20 – As atividades econômicas ao longo da BR-060.....	108
Fig. 21 – As atividades do turismo na Represa do Rio Corumbá.....	109
Fig. 22 – As atividades do turismo na Represa do Rio Corumbá	109
Fig. 23 – O meio rural se modifica pelo uso industrial.....	109
Fig. 24 - Vista da praça central de Olhos D’água.....	110
Fig. 25 – Imagem de satélite utilizada na sobreposição com o mapa de Olhos D’água.....	112
Fig. 26 – Mapa ilustrativo do Zoneamento de Olhos D’água.....	113
Fig. 27 - Povoado Morada do Sol.....	114
Fig. 28 - Povoado Serra do Ouro.....	115
Fig. 29 – Vista de parte da infra-estrutura do povoado de Alvorada.....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de Situação Viária no Brasil em 1927.....	48
Mapa 2 - Rede Urbana com mais de 50.000 habitantes, em 1970.....	58
Mapa 3 - Rede Urbana com mais de 50.000 habitantes, em 2000.....	58
Mapa 4 – Aglomerações Urbanas com mais de 1.000.000 habitantes, em 2000.....	59
Mapa 5 - Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.....	62
Mapa 6 - Mapa da Região Metropolitana de Goiânia – Região de desenvolvimento Integrado.....	70
Mapa 7 – Mapa de Zoneamento de Olhos D’água.....	111
Mapa 8 - Mapa do Zoneamento Municipal.....	148
Mapa 9 – Mapa do Zoneamento Urbano da sede Municipal.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índices de crescimento da população do Distrito Federal e entorno.....	51
Quadro 2 – População das 12 maiores metrópoles brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes em 2000, 2005 e 2006.....	55
Quadro 3 – População das 12 maiores metrópoles brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes em 2006 nos anos de 2010, 2020, 2030, 2040 e 2050.....	56
Quadro 4 – Índices de crescimento da população do Eixo Brasília-Goiânia (regiões).....	57
Quadro 5 – Índices de crescimento da população do Eixo Brasília-Goiânia (municípios).....	57
Quadro 6 - Estrutura percentual do Produto Interno Bruto e atividades produtivas, segundo SEPLAN: Regiões de Planejamento – Goiás – 1999-2004.....	66
Quadro 7 - Índices de crescimento da população da RMG.....	71
Quadro 8 - MICROREGIÃO: Anápolis e Entorno do Distrito Federal.....	73
Quadro 9 – MICROREGIÃO: Região Metropolitana de Goiânia.....	77
Quadro 10 – Potencialidades e Fragilidades da RIDE e da RMG.....	86
Quadro 11 – Os cargos comissionados da Prefeitura Municipal de Alexânia.....	119

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente
CELG – Companhia Energética de Goiás
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MCidades – Ministério das Cidades
LUB - Legislação Urbanística Básica
PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PIB – Produto Interno Bruto
RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RMG – Região Metropolitana de Goiânia
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SANEAGO – Saneamento de Goiás S/A
SEMARH GO – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás
SEPLAN-GO - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
UC – Unidade de Conservação



INTRODUÇÃO

[...] Os rios são nossos irmãos, eles nos saciam a sede. Levam as nossas canoas e alimentam nossas crianças. [...] Nas cidades do homem branco não há um só lugar onde haja silêncio, paz. Um só lugar onde ouvir o farfalhar das folhas na primavera, o zunir das asas de um inseto. [...] O ar é precioso para o homem vermelho, pois dele todos se alimentam. Os animais, as árvores, o homem, todos respiram o mesmo ar. O homem branco parece não se importar com o ar que respira. [...] Para que eles respeitem a terra, ensinaí a eles que ela é rica pela vida dos seres de todas as espécies. Quando o homem cospe sobre a terra, está cuspidando sobre si mesmo. De uma coisa nós temos certeza: A terra não pertence ao homem branco; O homem branco é que pertence à terra. [...]

Cacique Seattle¹

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo demonstrar que a promoção do desenvolvimento institucional orientados pela implementação dos Planos Diretores dos Municípios cortados pela BR-060 entre Brasília e Goiânia, em especial o Município de Alexânia, poderão convergir para o controle sobre a gestão de seu espaço territorial, principalmente nas áreas pertinentes a esta rodovia.

A inadequação da legislação pertinente ao Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural e sua aplicação fragilizada pela inoperante fiscalização se apresentam como pontos frágeis nos municípios de menor porte como Alexânia, em especial no que se referem as suas articulações com os aspectos ambientais e de desenvolvimento regional.

O uso e ocupação do solo ao longo dos eixos rodoviários que ligam grandes cidades brasileiras ocorrem sem um disciplinamento prévio por parte dos municípios que compõem o interstício entre as metrópoles ocorrendo com isto, uma ocupação desordenada ao longo dos principais eixos rodoviários do país, principalmente nas zonas rurais cortadas por estas rodovias.

Este fato decorre de vários fatores, entre eles, as fragilidades das estruturas institucionais frente às pressões das demandas sócio-econômicas. Em alguns municípios

¹ Em 1855, o cacique Seattle, da tribo Suquamish, do Estado de Washington, enviou esta carta ao presidente dos Estados Unidos, Francis Pierce, depois de o Governo haver dado a entender que pretendia comprar o território ocupado por aqueles índios. Faz já mais de cento e cinquenta anos. Mas o desabafo do cacique tem uma incrível atualidade.

observa-se a previsão de normas legais de uso e ocupação do solo quase exclusivamente nas zonas urbanas, ficando a área rural pouca atendida por instrumentos de disciplinamento, apesar da obrigatoriedade nos Planos Diretores atuais.

Este fato ocorre praticamente em todo o Brasil e a escolha específica de um município para estudo do contexto de análise espacial desta dissertação, recaiu sobre a região entre Brasília e Goiânia, denominada de Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia, que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA², compreende em sua totalidade a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE³, a Região Metropolitana de Goiânia - RMG⁴ e em seu percurso pela BR-060, os municípios de Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás.

² O IPEA denomina a região abrangida pela BR-060, entre A Região Metropolitana de Goiânia e o Distrito Federal, e todos os municípios que se encontram ao longo desta rodovia de Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia, desde 2002 para efeito de estudos regionais.

³ RIDE: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, visa desenvolver estudos de desenvolvimento regional em diversas áreas e atualmente é integrada por 21 municípios, sendo 19 (dezenove) do Estado de Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, totalizando 38.211,8 km² e cerca de 1.600.000 habitantes; 02 (dois) do Estado de Minas Gerais: Unai e Buritis, somados ao Distrito Federal. Em estudos recentes verifica-se também a participação do município de Vila Propício (GO) e esta região insere-se entre as bacias hidrográficas do Paranaíba, Tocantins e São Francisco, tendo como principais rios o Corumbá, São Marcos, São Bartolomeu, Paranã, Paraim e Maranhão.

⁴ RMG: Região Metropolitana de Goiânia, criada em 2001, é integrada por 11 municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goiânia, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. Esta região insere-se entre as bacias hidrográficas do Paranaíba e Tocantins, tendo como principais rios o Meia Ponte, João Leite, Dourados, Corumbá e o das Antas.

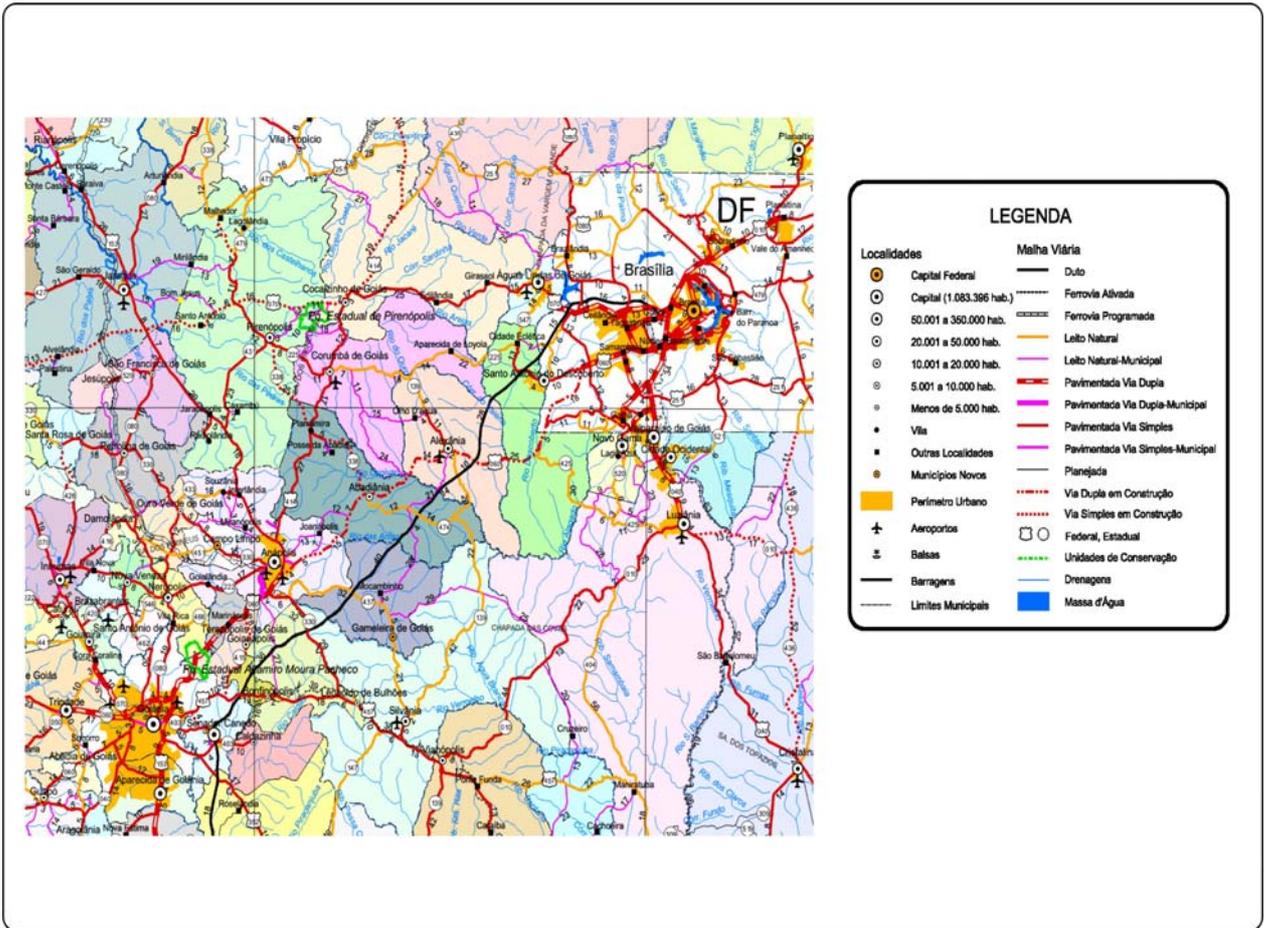


Fig. 1. Mapa ilustrativo do Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia (linha vermelha tracejada) que se inicia em Goiânia e corta os municípios de Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás no Estado de Goiás até o Distrito Federal (Verificar detalhes nos Mapas em anexo). Fonte: AGETOP, Mapa Rodoviário de Goiás, Goiânia, 2005.

Este trabalho procedeu à caracterização da RIDE e da RMG para entender a urbanização recente deste eixo rodoviário que conta aproximadamente, segundo estimativas do IBGE para abril de 2007, com uma população de 6.500.000 mil pessoas e abrange centenas de nascentes das principais bacias hidrográficas de grande importância pelo abastecimento de água desta população.

Foram analisados os pressupostos definidos pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10257/2001, para ancorar a análise do Plano Diretor de Alexânia, verificando se foi elaborado considerando ou não os mecanismos legais para que a administração pública municipal fizesse frente às pressões de ocupação do espaço territorial municipal.

SOBRE O TEMA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA

A presente dissertação concentra-se na seguinte questão: as ocupações desordenadas, principalmente em zona rural ao longo da BR-060, fruto das pressões econômicas, podem ser estruturadas a partir do fortalecimento da base institucional municipal, e colabora para o fornecimento do planejamento regional, alterando-se a forma de gestão territorial?

Para enfrentar o desafio deste estudo, utilizou-se dos fundamentos teórico-conceituais de território, nas dimensões ambiental, urbana e rural, gestão do território, ordenamento territorial, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e as bases legais da política urbana e ambiental brasileira. De forma secundária se procurou também responder as seguintes questões:

- São necessárias mudanças legais, sejam municipais, estaduais ou federais, para ordenar o uso e ocupação deste Eixo Brasília-Goiânia?
- Como ordenar esta ocupação regional e atender as pressões econômicas, em harmonia com a dimensão sócio-ambiental?
- Como articular o planejamento no plano estadual/distrital e no municipal?
- Como fortalecer os municípios com instrumentos de gestão para fazer frente às pressões advindas do desenvolvimento econômico?

O objetivo central desta dissertação é a proposição de instrumentos legais e institucionais no plano municipal para ordenar o uso e ocupação do solo de municípios carentes de uma maior estrutura institucional, portanto suscetíveis às pressões sobre seu espaço territorial com prejuízos ao meio ambiente. Ainda, analisa os instrumentos de planejamento e suas contribuições na gestão municipal, particularmente o plano diretor municipal e a implementação desse instrumento de planejamento.

Objetivos específicos correlatos à questão central e que irão formatar as condições ideais para a implantação de uma gestão territorial sustentável são vários e destacam-se:

- Análise da base legal dos municípios visando identificar os instrumentos de gestão territorial capazes de responder as pressões do desenvolvimento econômico e social;
- Caracterização dos principais vetores de pressão antrópica na área de estudo;
- Análise do plano diretor, estrutura organizacional e o conjunto da legislação do Município de Alexânia;
- Avaliação institucional do Município de Alexânia em relação às respostas apresentadas para os problemas encontrados.

Diante do conhecimento detalhado da realidade local neste eixo rodoviário e, mais precisamente no Município de Alexânia, deve ficar claro qual o conjunto de necessidades que irá definir os instrumentos que serão utilizados de forma mais adequada. Uma reflexão sobre os problemas encontrados no município será fundamental nesta definição que irá apontar os instrumentos de gestão municipal.

PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa teve como base: dados secundários relativos à construção conceitual e fundamentação na legislação urbanística dos órgãos estaduais e dos dados primários coletados junto ao município de Alexânia sobre suas condições institucionais, estrutura de fiscalização e o conjunto de legislação municipal.

Além do material bibliográfico foram utilizados instrumentos como mapas, dados estatísticos e censitários, assim como informações com atores específicos e, foram empregados, igualmente, os seguintes procedimentos para o aprofundamento da investigação:

- Análise dos instrumentos urbanos e ambientais para fazer frente às pressões econômicas;
- Análise dos impactos possíveis dos usos de solo e preservação ambiental;
- Levantamento bibliográfico para fundamentação teórica e legal do tema;

- Contato com órgãos institucionais do Estado de Goiás e do Distrito Federal;
- Consolidação de dados em quadros e tabelas a partir de manipulação de informações.

Após a análise do processo de ocupação e uso do solo nos municípios que compõem o eixo rodoviário do complexo territorial Brasília-Goiânia, tomou-se como exemplo, o município de Alexânia.

Esta escolha decorreu da identificação de conflitos de uso e ocupação do solo, fruto de pressões econômicas neste município, que não dispõe de gestão urbana e ambiental próprias ficando, no caso ambiental, totalmente dependentes das diretrizes da Agência Ambiental de Goiás, por meio de processos de licenciamento ambiental, com raras ações de contrapartida de benefícios sociais ou ambientais para o município.

Foram levantadas as seguintes informações para o município visando à proposição de instrumentos de fortalecimento institucional, sejam de gestão ambiental, urbana e rural, abrangendo áreas de influência direta e indireta da seguinte forma:

- Divisas e dimensões: dados referentes às divisas do Município de Alexânia, seus distritos e zonas de ocupação ao longo da rodovia como indústrias, parcelamentos clandestinos, comércios, serviços e outros;
- Áreas de conservação ambiental institucionalizada: levantamento de todas as áreas de conservação ambiental definida em leis, federal, estadual, distrital ou municipal – áreas de preservação ambiental, zonas de preservação ambiental, parques ecológicos, áreas de cerrado preservadas em lei, estações ecológicas, e outras;
- Hidrografia: levantamento da divisão das bacias hidrográficas com todos os cursos d'água existentes, rios, ribeirões, córregos e nascentes que se encontram próximos ou sob a rodovia, bem como as represas e lagos existentes, em execução ou projetados na área de influência do eixo metropolitano ou mais distante, com efeito, multiplicador;

- Sistema de circulação rodoviária: levantamento da malha viária existente, as rodovias federais, estaduais e municipais, estradas vicinais, estradas de importância histórica e/ou turística;
- Atividades econômicas: levantamento das ocupações pontuais ao longo da rodovia, especificamente nas atividades comerciais, indústrias, prestação de serviço e da agricultura, comercial ou de consumo próprio, que possam interferir no uso ao longo das rodovias;
- Pressão de ocupação: levantamento dos principais focos de pressão de ocupação com objetivo de exploração econômica, tanto dos poderes públicos, federal, estadual e municipal ou mesmo da iniciativa privada.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A dissertação apresentada estrutura-se em seis capítulos, além da introdução e referências bibliográficas; a seguir é feita uma descrição sintética de cada capítulo.

O Capítulo I apresenta o marco referencial teórico desta dissertação que se baseia nos conceitos de território, nas dimensões ambiental, urbana e rural, gestão do território, ordenamento territorial, sustentabilidade e, nas variáveis que permeiam os diversos pensamentos sobre desenvolvimento sustentável.

O Capítulo II apresenta especificamente o marco referencial teórico e a formação do conceito de gestão territorial sustentável e a sua inter-relação com a Agenda 21 e Planos Diretores.

Já no Capítulo III discorre sobre a análise do crescimento populacional e a expansão econômica na região centro-oeste e o processo histórico desta ocupação urbana é relatado com uma exposição dos principais fatos que marcaram o

desenvolvimento econômico e social na década de 1960 até os dias atuais, e que contribuíram para caracterizar o processo de ocupação urbana do Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia especificamente, na região do entorno do Distrito Federal, incluindo Brasília e na Região Metropolitana de Goiânia.

No Capítulo IV, trata da identificação das agendas institucionais em comum dos governos do Distrito Federal e do Estado de Goiás na região do Entorno do Distrito Federal. A caracterização das principais potencialidades e fragilidades sócio-econômico-ambientais dos municípios neste Eixo irá apontar a necessidade de intervenções no marco institucional dos municípios de modo a mitigar essas pressões.

No Capítulo V, apresenta o estudo de caso: Alexânia. Nesse capítulo é feita uma caracterização econômica e ambiental do município. A identificação dos vetores de pressão antrópica, e análise do plano diretor e demais instrumentos de gestão territorial, capazes de responder as pressões econômicas, suas estruturas organizacionais administrativas e o conjunto da legislação municipal.

Finalmente as conclusões e recomendações para a estrutura de uma Gestão Territorial Sustentável em Alexânia são focadas no Capítulo VI, iniciando pelas diretrizes específicas, a aplicação da legislação municipal que definirão os projetos estratégicos na implementação da Gestão Territorial Sustentável, as considerações provenientes das análises e as recomendações para subsidiar o tema abordado.

Em anexo encontram-se mapas e figuras em formato A-3, com o objetivo de apresentar maiores detalhes caso seja necessário para maior compreensão da imagem ou da legenda.



CAPÍTULO I

BASES CONCEITUAIS PARA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Conforme o título desta dissertação “O papel do fortalecimento institucional municipal na sustentabilidade da gestão territorial de caráter regional: O caso do município de Alexânia no Eixo Brasília-Goiânia” levantou o seguinte questionamento: é possível se obter uma gestão territorial sustentável a partir do fortalecimento institucional do conjunto de ações e na legislação que alicerçam a gestão municipal?

É fundamental definir as referências conceituais que irão ancorar esta discussão central da dissertação como um todo e será necessário conceituar o que vem a ser a importância da gestão do território e do ordenamento territorial, bem como o conceito de sustentabilidade e de gestão territorial sustentável.

1.1 Território

Ainda no século XIX o geógrafo Friedrich Ratzel foi pioneiro em se preocupar com a sistematização do território comparando o Estado a um organismo vivo que nasce, cresce e tende a declinar. Este pensamento despertou a necessidade do domínio territorial por parte do Estado. “*O território era, então, um dos elementos principais na formação do Estado de modo que, na concepção de Ratzel, o Estado não existiria sem o território*” (GOMES, 1998, p. 20).

O conceito de território exige esforços de diversos estudiosos das mais variadas áreas e, desta forma, a noção de território hoje ultrapassa os limites do campo da Geografia, sendo concebida e utilizada pela sociologia, pela ciência política, ciência econômica, antropologia e, até pela psicologia.

Milton Santos⁵ (1995) caracteriza “território” como uma abordagem política, considerando-o como “*o nome político para o espaço de um país*”. O espaço é muito mais amplo, a totalidade, englobando a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O território passa a ser formado pela própria História e com a apropriação humana de um conjunto natural pré-existente.

⁵ SANTOS, Milton, “Espaço e método”. São Paulo: Nobel, 1995.

O território deve realçar a importância dos aspectos sociais, econômicos e culturais entrelaçados em função do movimento da sociedade no decorrer dos diversos momentos históricos e do desenvolvimento das técnicas.

Milton Santos (1985) afirma que no território é que tudo acontece mesmo às configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial. A formação do território é algo externo ao território. Segundo SANTOS (1985) – *“a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais”*.

O espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica é ressaltada por Milton Santos e, ainda: - *“O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo”* (SANTOS, 1985, p. 09).

Para Milton Santos o território é definido como configuração territorial como o todo e quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a uma junção entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Segundo Santos: - *“Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes”* (SANTOS, 1996, p. 77)⁶.

Conforme Milton Santos, - *“a formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é encaminhada segundo as técnicas vigentes e utilizada no mesmo. O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos”*.

Assim, o autor sugere um embate teórico entre as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

⁶ SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

Já HAESBAERT⁷ (1997) analisa com um enfoque diferente, elaborando uma classificação em três visões básicas: primeiramente, nos aspectos jurídicos e políticos: *"o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal"*; em segundo, o aspecto cultural que *"prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço"*; e por último, o aspecto econômico, *"que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho"*.

Finalmente, SOUZA⁸ (2001) aborda o território no ângulo político e cultural, visto que identifica, nas grandes cidades e metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais. Salienta que *"o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação"*.

Assim, o conceito de território deve ser mais abrangente do que o território do Estado ou Nação. Nas palavras de Souza - *"todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN"* (SOUZA, 2001, p. 11).

Souza (2001) propõe o conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento, ou seja, a autonomia constitui na base do desenvolvimento, este encarado como um processo de auto-instituição da sociedade visando uma maior liberdade e menor desigualdade.

Segundo o autor *"Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência*

⁷ HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997

⁸ SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77- 116.

de um "Estado" enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade” (SOUZA, 2001, p. 106).

Deste modo, na visão de Souza (2001), o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções, pois, a existência de múltiplos territórios, principalmente nas metrópoles e grandes cidades, como sendo o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes.

Segundo Haesbaert (1997), cada área do conhecimento tem um enfoque de território centrado em uma determinada perspectiva:

“Enquanto o geógrafo tende a enfatizar materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (inclusive a dimensão da interação sociedade/natureza) (...); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mais também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-a até a escala do indivíduo” (HAESBAERT, 1997, p.37).

Entre estas múltiplas divisões sugeridas por Haesbaert (1997) em relação às dimensões do território, o que diz respeito a este trabalho é a da relação sociedade-natureza. Apesar desta distinção, é importante a visão de território como um híbrido entre sociedade e natureza, híbrido entre política, economia e cultura, híbrido entre o binômio materialista-idealista e espaço-tempo, já que acreditamos que todas essas abordagens encontram-se combinadas dentro de um determinado território. O que apenas vai diferenciar é a escala.

Diante do pressuposto que o território é o local real da vida coletiva e onde as relações entre a sociedade e a natureza se expressam e também as desigualdades sociais entre os cidadãos, propicia-se desvendar, com formas e práticas diferenciadas, os parâmetros reveladores das desigualdades sócio-espaciais.

Finalizando, além de abordar o conceito de território, acredita-se que o esforço teórico posterior sobre conceito de sustentabilidade completa-se na busca da gestão territorial sustentável, no campo das relações sociais em consonância com a preservação e conservação ambiental.

1.2 A importância da Gestão do Território

É de fundamental importância à gestão do território para disciplinar o crescimento e desenvolvimento sustentável de um município ou mesmo de uma região. O monitoramento e acompanhamento das diretrizes constantes nas legislações de ordenamento, do uso e da ocupação do solo, são fatores primordiais para a composição da gestão do território.

A gestão territorial pode ser alicerçada no conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e procedimentos, realizados em âmbito municipal ou regional, objetivando proteger a integridade do meio ambiente natural e do meio antropizado ou físico em território estabelecido. Este conjunto de princípios, estratégias, ações e procedimentos administrativos seriam realizados para manter disponíveis, de forma sustentável, os recursos naturais no presente e, principalmente, para as gerações futuras.

A gestão territorial deve ser alicerçada no conceito de desenvolvimento que vem sendo efetivado ao longo dos anos, desde 1972 com a Conferência de Estocolmo⁹, no enfoque de *ecodesenvolvimento* que traz uma nova visão de planejamento e gestão participativa apoiado no paradigma sistêmico.

⁹ Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972), a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA

1.2.1. Instrumentos de Gestão Territorial Municipal

Os instrumentos de gestão municipal pode se dividir em cinco grupos principais: Instrumentos de Planejamento, Administrativos, de suporte Financeiro, de Taxação e de Mercado. Os principais instrumentos de planejamento seriam o Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e os Planos Setoriais. É importante acrescentar que a gestão municipal possui o monopólio do planejamento público e definição sobre as proibições e restrições edilícias (IPEA, 2002).

Estes instrumentos de planejamento são utilizados com base principalmente na legislação urbanística que considera o uso e a ocupação do solo urbano, bem como a seu correto parcelamento e aproveitamento qualitativo no uso público, e na legislação edilícia que considera a salubridade e segurança das edificações desde o início de obra até a sua relação com o entorno urbano.

Os institutos jurídicos do Estatuto da Cidade¹⁰, e que devem constar no Plano Diretor municipal, são de fundamental importância para dar suporte ao pleno funcionamento do planejamento. Os principais instrumentos jurídicos são: a desapropriação; regularização fundiária; direito real de concessão de uso; transferência do direito de construir; direito de superfície; tombamento de imóveis e de mobiliário urbano; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; requisição e

¹⁰ Estatuto da Cidade: Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001(Publicada D.O.U. de 11.07.01), Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal onde estabelece diretrizes gerais da política urbana com o objetivo geral de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes: garantia do direito a cidades sustentáveis; gestão democrática por meio da participação da comunidade; cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização; planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas; oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados; integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais; adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos; proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos projetos com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído; regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda; isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização.

reurbanização urbanísticas; direito de preempção e; servidão e limitação administrativas (BRASIL, 2001).

Seguindo o auxílio aos instrumentos de planejamento, existem os instrumentos tributários e financeiros em especial, os impostos prediais e territoriais; taxas e tarifas diferenciadas em função de projetos de interesse social; fundos destinados ao desenvolvimento urbano; incentivos e benefícios fiscais e financeiros; construção de melhorias e; imposto de renda sobre lucros imobiliários.

Os instrumentos administrativos mais significativos são: a estatização e municipalização da terra urbana; regulamentação dos preços de terras e a valorização adequada; destinação compulsória de vias e áreas públicas para o poder público local, sem compensações financeiras; limitação ou cancelamento do direito de construir; expropriação; convocação oficial para construção em lotes vagos; adaptação de parcelamentos no atendimento a implementação de planos de desenvolvimento; leis protetoras de áreas de beleza natural e de patrimônio de valor histórico e cultural; banco de lotes e de terras urbanas; registro de terras e; programa de políticas de terras para o poder público local.

Os instrumentos de suporte financeiro são fundamentais para a viabilidade econômica de empreendimentos destinados aos parcelamentos e aquisição de terras e os principais são: pagamentos em título de compensação pelo município ou estado; condições especiais para empréstimos destinados a aquisição de terrenos; empréstimos para aquisição de terras ou subsídios para os órgãos competentes locais e; condicionantes relativas ao preço da terra para empréstimos para construção de moradias, preferencialmente destinados a população de baixa renda.

Os instrumentos de taxação basicamente se constituem em impostos e taxas municipais e os principais são: impostos sobre a propriedade; impostos sobre a venda comercial de terras e de imóveis; imposto sobre o incremento do valor da terra; imposto sobre o direito da construção e; impostos sobre os lotes vagos. Ainda existem taxas relativas ao desenvolvimento, serviços, melhoramentos e sobre a transferência da terra e a isenção de taxa quando da venda de imóveis e terrenos para o próprio poder público.

Os instrumentos de mercado estão relacionados à iniciativa privada e sua relação econômica com o município se constitui basicamente em compra, venda e permuta de terras no mercado aberto e a promoção de serviços de desenvolvimento urbano e obras civis através de companhias de desenvolvimento público, economia mista e privada.

Finalizando, verifica-se pela quantidade de instrumentos que o poder público municipal pode utilizar na gestão urbana, sejam eles de origem no planejamento, na administração, no suporte ao financeiro, de taxação ou mesmo de mercado, não há necessidade de se criar mais instrumentos ou institutos jurídicos e sim, o poder público municipal fazer prevalecer o interesse público e implementar a gestão pública de forma correta.

1.3 Ordenamento Territorial

O ordenamento territorial é, simultaneamente, uma disciplina científica ou técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto”¹¹.

O Ordenamento territorial deve promover a correta e racional ocupação do território, ao serviço do desenvolvimento local, ou mesmo regional e estadual, tendo em vista a coesão social e territorial e a qualidade de vida da população, conservando e protegendo os recursos naturais no município e o controle da expansão urbana.

No ordenamento territorial é fundamental a regulamentação e fiscalização do uso e ocupação do solo urbano e rural, com procedimentos e critérios rígidos no âmbito dos planos municipais e de ordenamento do território.

A política de ordenamento do território no Brasil, segundo GOMES (1998), deve seguir um modelo de desenvolvimento territorial com mais coesão entre os municípios,

¹¹ Carta Europeia de Ordenamento do Território - 1984

consolidando um sistema urbano regional, com articulação das políticas econômicas e ambientais, desenvolvimento rural e desenvolvimento regional.

Nos eixos entre áreas metropolitanas é fundamental que o ordenamento territorial seja um plano regional que pode ser dividido em aspectos econômicos ou mesmo por bacias hidrográficas, mas com o objetivo de enfrentar os complexos problemas de gestão territorial na região, e estimular as prefeituras locais a recorrerem cada vez mais a instrumentos de planejamento.

1.4 Sustentabilidade

Em relação à sustentabilidade, a bibliografia existente é ampla e estes conceitos surgiram em função da crise instalada entre o modelo de desenvolvimento econômico com a manutenção da qualidade ambiental e, conseqüentemente, os problemas da diminuição dos recursos ambientais não renováveis e o esgotamento das possibilidades de renovação dos demais recursos naturais com a diminuição dos mesmos.

O desenvolvimento técnico-científico verificado ao longo do século XX na maioria dos países trouxe como conseqüência o uso indiscriminado dos recursos naturais e o estabelecimento de formas destrutivas ao meio ambiente. Este modelo de desenvolvimento econômico é tido como inadequado para a raça humana e o desenvolvimento sustentável é a forma de prover melhores condições de vida à população presente, sem esquecer as gerações futuras.

Existem múltiplos conceitos de sustentabilidade abrangendo diversos temas e entre eles, GUERRA (2004) destaca: o desenvolvimento humano; integração ecológica, econômica, política, tecnológica e de sistemas sociais; conexão entre objetivos sócio-políticos, econômicos e ambientais; equidade; prudência ecológica; e segurança em relação à saúde e qualidade de vida.

Os princípios relacionados à sustentabilidade devem considerar os elementos necessários que atendem à conhecida definição estabelecida no Relatório Brundtland¹². Anteriormente à consolidação da definição do Relatório Brundtland, Ignacy Sachs¹³ em 1973, levantava discussões acerca do ecodesenvolvimento - termo utilizado anteriormente ao desenvolvimento sustentável – e já previa alguns princípios básicos para elaboração deste conceito.

O termo sustentabilidade está baseado nas dimensões distintas de sustentabilidade organizado por SACHS (2004):

- **Ambiental** - respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- **Cultural** - mudanças no interior da continuidade; capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno e autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
- **Ecológica** - preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis e limitar o uso dos recursos não-renováveis.
- **Econômico** - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.

¹² No ano de 1987, a ONU apresentou um documento conhecido por Relatório Brundtland que conceitua Desenvolvimento Sustentável como sendo o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

¹³ O professor Ignacy Sachs, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, é um profundo conhecedor dos problemas dos países do assim chamado Terceiro Mundo, e particularmente do Brasil; fundou na França o Centro de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo e o Centro Internacional de Pesquisas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para aprofundar e desdobrar essa problemática.

- **Social** - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- **Territorial** - configurações urbanas e rurais balanceadas; melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

Em outro enfoque a sustentabilidade é básica para os princípios que consideram a construção de cenários atuais e futuros. MILANEZ e TEIXEIRA (2001) sistematizaram princípios relacionados à sustentabilidade de maneira genérica que podem ser aplicados a qualquer tema. Assim, foram identificados, dentre aqueles pertinentes à gestão territorial, os seguintes princípios: Elementar - considera o ser humano como foco; Integração das dimensões da sustentabilidade; Uso dos recursos naturais; Equidade social; Geração de renda; Cooperação e participação; Avaliação de impactos sociais e ambientais; Ações preventivas e compensatórias.

Assim inicia-se a construção de uma base legal, institucional e técnico-científica para enfrentar a aparente dissociação entre meio ambiente e desenvolvimento, onde os esforços estão concentrados não somente na mitigação de impactos negativos, mas na construção do desenvolvimento sustentável.

1.4.1 Conceitos de Desenvolvimento Sustentável

O tema do “Desenvolvimento Sustentável” é ancorado no pensamento de autores contemporâneos em enfoques diferenciados que vão de uma maior preocupação com os aspectos de conservação e proteção do meio ambiente no processo de desenvolvimento até a idéia de sustentabilidade ampliada quando as diversas dimensões do desenvolvimento ganham força.

Desenvolvimento Sustentável é conceituado por inúmeros autores onde se optou pelos pensamentos de LEROY (1998), HARDT e PELLIZZARO (2006), GROSTEIN (2001) e outros autores com estudos já realizados para a região do Planalto Central abrangendo a área do estudo do Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia, como os realizados por RIBAS (2002), BEZERRA (1996) e BARBOSA (1999).

Deve-se focar que o debate sobre o Desenvolvimento vem sendo discutido há algumas décadas, mas recentemente se intensificou, com as diversas mudanças políticas que o mundo tem sofrido o forte acirramento das tensões sociais, principalmente nos países pobres, e a incessante degradação do meio ambiente.

A implementação do Desenvolvimento Sustentável é a forma mais racional de modelo de desenvolvimento com qualidade de vida na relação homem X natureza e, ao mesmo tempo, socialmente justa. Este conceito adquiriu proporções internacionais a partir do Relatório Brundtland, no livro intitulado Nosso Futuro Comum apresentado em 1987 como resultados dos trabalhos da Comissão criada pelas Nações Unidas logo após a Conferência de Estocolmo.

Nesta Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo no ano de 1972, a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, é divulgado o conceito de ecodesenvolvimento, proposto nos anos 1970 por Maurice Strong e Ignacy Sachs.

O Relatório discutido em Estocolmo com o foco em ecodesenvolvimento serviu de base para as discussões de desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁴, realizada em 1992 no Rio de Janeiro onde o conceito ganhou uma visibilidade internacional.

¹⁴ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992 - Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, conceituou e popularizou no Brasil que o Desenvolvimento Sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico e serviu como base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, por ocasião da Conferência. Trata-se de um abrangente conjunto de metas para a criação de um mundo, enfim, equilibrado.

A conferência "Rio-92" adotou o seguinte significado para desenvolvimento sustentável: "a possibilidade de satisfazer as necessidades da geração atual sem que isso impeça que as gerações futuras possam satisfazer as suas".

Os países, classes e economias dominantes se apoderaram do termo, afirmando que tal desenvolvimento poderia ser alcançado com o incremento e a livre ação do mercado. Preocupadas, as Organizações Não Governamentais ligadas à agricultura, reunidas em fórum internacional - a Eco 92, definiram, por exemplo, agricultura sustentável como "aquela ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada e que se desenvolve como um processo, numa condição democrática e participativa" (LEROY, 1997).

Na Conferência de Estocolmo de 1972 o posicionamento antagônico dos países ricos e pobres ficou mais evidenciado, com os primeiros preocupados com a poluição, a degradação ambiental e outros problemas decorrentes dos seus processos de desenvolvimento; enquanto os países pobres preocupavam com a pobreza e a possibilidade, e o direito, de se desenvolverem a qualquer custo.

O modelo de desenvolvimento dominante no mundo ocidental até recentemente tinha o crescimento econômico como seu pilar estruturante e como contraponto a desconsideração da dimensão ambiental do processo de desenvolvimento.

Erroneamente supunha a existência de uma superabundância de recursos naturais e que não existiam limites bio-físicos à expansão econômica, como se presumíveis ameaças de esgotamento dos recursos naturais pudessem ser sempre neutralizadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias, como se o *capital natural* fosse de custo zero.

O crescimento econômico que conhecemos hoje está baseado no uso intensivo da energia fóssil; no uso da água, do ar e do solo como receptores de dejetos; na super exploração de ecossistemas naturais; e na crescente utilização de tecnologias modernas como os agro-químicos na agricultura.

O desenvolvimento sustentável passa obrigatoriamente pela organização do espaço construído, com a utilização dos instrumentos técnicos, institucionais e da base legal. No caso brasileiro foi significativa a construção da base legal, hoje as legislações

federal, estadual e municipal tanto em gestão e planejamento ambiental como urbano, contemplando a promoção do uso sustentável dos recursos naturais no atendimento das demandas sócio-econômicas da população.

BEZERRA (1996) ¹⁵, em sua Tese de Doutorado, adverte que é importante ter o cuidado de distinguir entre "crescimento" e desenvolvimento, pois, *“o crescimento econômico, que é um aumento em quantidade, não pode ser sustentável indefinidamente em um planeta finito. O desenvolvimento econômico, que é uma melhoria da qualidade dos recursos consumidos, pode ser sustentável.”*

RIBAS (2002) ¹⁶ em sua Tese de Doutorado analisa o debate sobre conceito de sustentabilidade e conclui que ainda falta conteúdo preciso para conceituar, de forma integrada – desenvolvimento e sustentabilidade – do conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente nos diálogos com a economia política e as ciências sociais.

RIBAS (2002) afirma que existe uma tendência de conceituar sustentabilidade como um conceito importado da ecologia e que certamente ainda não conta com clareza a sua operacionalidade ao ser aplicada na sociedade. Afirma ainda que *“A nosso ver, o debate teórico em torno do conceito de desenvolvimento sustentável é próprio do momento de sua construção e validação.”*

Segundo RIBAS (2002), é importante que o conceito a ser construído defina que alguma ação ou prática seja sustentável, pois, há a necessidade de comparação entre dois momentos no tempo, ou seja, a leitura entre o passado e o presente e, entre o presente e o futuro.

RIBAS (2002) enfatiza em sua Tese: *“Dir-se-ão então sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável”*. A complexidade eleva-se quando parte para o desafio atual da transdisciplinaridade dos enfoques urbanos que passam por uma confusa participação nas diversas instâncias do Governo e mesmo nas instituições de ensino, pesquisa e extensão.

¹⁵ BEZERRA. M. Carmo. Planejamento e Gestão Ambiental: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos, Tese de doutorado, FAU/USP, São Paulo, 1996.

¹⁶ RIBAS, Otto Toledo. A sustentabilidade das cidades - Os instrumentos da gestão urbana e a construção da qualidade urbana, Tese de doutorado, CDS/UnB, Brasília, 2002.

Finalizando, RIBAS (2002) conclui que para esta busca pela conceituação mais próxima do ideal de desenvolvimento sustentável passa pela [...] “*análise das condições estruturais de estabilidade, vulnerabilidade e resistência de um sistema histórico, inconstante, de relação entre componentes que pertencem a diversos domínios da realidade: físico, ecológico, produtivo e sócio-cultural.*”

1.4.2 As dimensões da sustentabilidade

A gestão territorial define-se em três dimensões referentes às suas próprias especificidades: a ambiental, a urbana e a rural. Para o enfrentamento das questões referentes à gestão territorial junto aos temas ambientais, urbanos e rurais nos municípios brasileiros, são necessárias ferramentas adequadas a uma gestão que promova, inicialmente, a inclusão da dimensão ambiental no processo de urbanização.

Esta dimensão ambiental deve ser realizada mediante interfaces entre os instrumentos das políticas ambientais e urbanísticas existentes na legislação brasileira e até mesmo, pertencente à dimensão rural. A eficaz gestão urbana fica limitada diante da adoção estanque dos instrumentos disponíveis no marco legal desta política.

É importante entender que esta limitação é proveniente da necessidade que se acentuou a partir da década de 1960, onde a população urbana brasileira representava aproximadamente 45% da total. A partir dos anos 1970, ocorreu uma concentração populacional progressiva e acentuada nas áreas urbanas, de forma que, em 2000, cerca de 81% da população vivia em cidades (IPEA, 2002).

Este crescimento acelerado aliado à ausência de planejamento urbano, a incipiente e precária infra-estrutura e a condição econômica da população, causou a ocupação desordenada de grandes áreas com vulnerabilidade ambiental e alterou drasticamente o meio ambiente no espaço urbano, diminuindo os índices de qualidade de vida e iniciando um processo de deterioração social e física, muitas vezes de forma irreversível.

Aliado a estas questões pertinentes ao ambiente urbano no Brasil, também o modelo de desenvolvimento rural adotado em nosso País, além de degradar a natureza e consumir energia exageradamente, prejudica a agricultura familiar, que hoje é assistida por uma orientação e uma assistência técnica frágil e inadequada, além de contar com crédito rural deficiente e uma grande dificuldade para produzir, escoar e vender a produção.

A concepção de uma política pública para transformar o modelo de desenvolvimento do campo, onde o assentado e o agricultor familiar não seria somente “público-alvo”, mas agentes econômicos centrais para o desenvolvimento sustentável. Há na realidade, uma política de assentamentos pontuais e uma política social compensatória, na busca da minimização da miséria e diminuição dos conflitos agrários (HARDT e PELLIZZARO, 2006).

É possível que a implementação do desenvolvimento sustentável rural no Brasil tenha que passar obrigatoriamente pelo processo de uma Reforma Agrária Sustentável com a ampliação e disseminação da agricultura familiar sustentável em todo território nacional.

Diante de todas estas questões relativas à gestão territorial nas várias dimensões, é importante detalhar cada uma delas diante do objetivo de se propor a criação e a implementação de uma gestão territorial sustentável.

BARBOSA¹⁷ (1999) em um ensaio sobre a sustentabilidade do Cerrado conceitua a sustentabilidade ambiental como a relação dos seres humanos x natureza e dos seres humanos entre si. BARBOSA (1999) destaca que o grande equívoco é *“continuar a compreender o homem e a natureza como situações isoladas e, não aspectos de uma mesma ampla e complexa questão, é perpetuar os grandes impactos, a perda de biodiversidade, a multiplicação da miséria e do desequilíbrio social”*. Somente com a compreensão da diversidade é o grande desafio da humanidade, compreender tem um alcance muito amplo, quer dizer também respeitar, é buscar a integração.

¹⁷ BARBOSA, Altair Sales. Um universo chamado cerrado na visão de um antropólogo que pensa como ecologista cultural. Goiânia: documento original, 1.999.

De forma geral, o conceito de sustentabilidade está vinculado a uma visão sistêmica do universo com a real chance de mudança na esfera do relacionamento homem x natureza, alterando totalmente as estruturas sociais; afirma que *“Talvez nós não vejamos o resultado dessas sementes hoje plantadas, mas é preciso semear mesmo que não vejamos a árvore. Nós sabemos o que cada semente dará.”*

Concluindo, BARBOSA (1999) destaca que, para existir um futuro sustentável, são necessários três elementos básicos: ambiente intacto, novas políticas e uma nova mentalidade mais solidária à sociedade e ao meio ambiente.

“A questão ambiental para avançar, deve superar certas marcas naturalistas e a estreiteza de uma visão excessivamente economicista de sua problemática”. BARBOSA (1999) acredita que a cisão entre o “desenvolvimento” e o “ambiente” deve ser superada, para que os ideais de desenvolvimento sustentável possam tomar forma e se concretizarem em um futuro próximo.

O processo acelerado de urbanização das cidades brasileiras a partir da década de sessenta, associado à falta de infra-estrutura básica, planejamento físico sem preocupação futura dos danos ambientais e à conseqüente ocupação desordenada para fins de moradia ou mesmo de empreendimentos econômicos de grande porte, originou sérios problemas sociais e principalmente, ambientais.

É necessária a revisão dos padrões tradicionais de planejamento e o estabelecimento de um processo integrado de gestão urbana e ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável, devendo ser considerada a estreita relação entre políticas e programas nacionais, regionais e municipais, assim como a participação da população na elaboração e implantação das propostas, com a implementação de procedimentos constantes de avaliação e monitoramento para verificação da efetividade das ações (HARDT e PELLIZZARO, 2006).

A cidade é um espaço complexo e dinâmico, abrangendo diversos interesses e atividades econômicas e, conseqüentemente, surgem os mais diversos problemas ambientais, mesmo com os esforços e os investimentos do poder público municipal na

tentativa de planejar e orientar o uso e ocupação do solo e a preservação e melhor utilização dos recursos naturais.

As cidades caracterizam-se cada vez mais pela elevada densidade demográfica, pela concentração de áreas construídas e pela extensiva impermeabilização do solo. Esta ocupação desordenada do espaço resulta na perda de qualidade de vida urbana, com o surgimento de áreas de sub-habitações, poluição das águas e do ar, enchentes, desmoraamentos, violência e epidemias, dentre outros problemas (MARICATO, 1996).

Segundo GROSTEIN (2001) *“o avanço, escala e velocidade da urbanização não constituem problemas em si, não fosse o modo como ocorreram. Deve-se estar atento para esse processo, pois a sustentabilidade do aglomerado urbano, em sua componente física, relaciona-se com diversas variáveis, dentre as quais se destacam: a forma de ocupação do território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento; a descarga de resíduos; o grau de mobilidade da população no espaço urbano; a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e a qualidade dos espaços públicos.”*

Pode-se concluir, através do estudo de GROSTEIN (2001), que a condução das cidades no sentido de implementar um desenvolvimento sustentável, se baseia nas políticas que sustentam o parcelamento, uso e ocupação do solo, e os instrumentos e práticas urbanísticas que possam viabilizar estas ações.

Ainda segundo GROSTEIN (2001), os maiores problemas ambientais gerados em uma cidade sem implementar uma política de desenvolvimento sustentável, são os desastres provocados por erosão, enchentes e deslizamentos; destruição indiscriminada de florestas e áreas protegidas; contaminação do lençol freático e das represas de abastecimento de água.

No próximo capítulo serão abordados a sustentabilidade ambiental como base para conceituar uma gestão territorial sustentável, com a utilização de instrumentos que promovem a gestão territorial e a importância do estabelecimento da prática dos Planos Diretores e da Agenda 21.



CAPÍTULO II
GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Para conceituar gestão territorial sustentável é fundamental entender a sustentabilidade ambiental e, segundo BEZERRA (1996) o “*conceito de sustentabilidade ambiental varia em função da ótica do agente da discussão, constituindo-se em ponto polêmico para que se avance na operacionalização do desenvolvimento sustentável.*” A autora pesquisou vasta bibliografia e concluiu que o termo possui vários significados, desde abordagens amplas que incluem os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, até o pensamento de que é apenas uma decorrência de suas características físico-bióticas

BEZERRA (1996) cita que a sustentabilidade ambiental é um atributo da entidade espaço-territorial e que estão associadas diretamente as especificidades, potencialidades e fragilidades ambientais, dos fatores ambientais estratégicos... “*em um intervalo de tempo e em um dado ambiente geograficamente definido, realizam relações ambientais e transaciona energia para satisfação de suas necessidades*”.

Conclui que a sustentabilidade ambiental é um atributo do espaço-territorial finito, limitado no tempo e no espaço, daí a importância da conscientização de sustentabilidade na visão do agente, geralmente administrador público ou privado na operacionalização do desenvolvimento econômico.

A gestão ambiental pode ser conceituada como um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações e de procedimentos para proteger a integridade dos meios físico e biótico, bem como dos grupos sociais que deles dependem.

De acordo com o artigo 23 da Constituição Federal¹, a gestão ambiental é competência compartilhada entre os governos Federal, Estadual e Municipal onde se verificam que as maiores estruturas são a federal e a estadual, restando aos municípios à obrigatoriedade de gestão junto às instâncias superiores.

O município deve se capacitar institucionalmente para desempenhar a gestão ambiental, pois segundo BEZERRA (1996): *“O desempenho desta função (gestão) exige decisão rápida subsidiada pelas informações que se dispõem no momento da ação. Para tanto, é necessário um profundo conhecimento da realidade, das teorias e técnicas disponíveis no meio científico e, sobretudo, da experiência e amadurecimento sobre as interrelações entre os diferentes papéis dos agentes sociais para atingir seus objetivos, que devem sempre estar de acordo com as peculiaridades de cada comunidade no tempo e no espaço”* (BEZERRA, 1996, p. 12).

2.1 Um conceito em construção: Gestão Territorial Sustentável

A gestão territorial sustentável do eixo rodoviário do complexo territorial Brasília-Goiânia dependerá de políticas integradas, ações articuladas e uma gestão compartilhada.

Historicamente esses procedimentos não ocorrem e a consequência é o aumento e o agravamento dos problemas sócio-ambientais, somado a segmentação, segregação e diferenciação social do território. GROSTEIN (2001) define bem este problema específico em complexos metropolitanos:

¹ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; (II...); III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; (IV...); (V...); VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; (VIII...); (IX...); (X...); XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; (XII...). Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

“Esses complexos metropolitanos compreendem municípios com funções complementares, gestão independente e capacidade financeira desigual. Estas características dificultam o atendimento das demandas sociais e de infra-estrutura urbana que, na maioria dos casos, surgem da relação funcional entre municípios e dependem de soluções que extrapolam seus limites político-administrativo.” GROSTEIN (2001).

2.2. Instrumentos de promoção da gestão territorial

O crescimento das cidades é verificado pela ocupação de áreas que se encontram livre e dotando-as de infra-estrutura e construções destinadas a moradias, comércios, serviços, indústrias e outros usos. O desmatamento e as modificações na topografia facilitam os processos erosivos, assoreamento dos cursos d'água, empobrecimento do solo, destruição das matas ciliares e a impermeabilização do solo.

Os instrumentos fundamentais do Planejamento Urbano que visam à sustentabilidade devem estar incluídos nos instrumentos básicos do planejamento municipal, ou seja: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, o Plano Plurianual, a Lei Orgânica Municipal, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais. (MOTA, 2000)

Assim como existem os instrumentos de planejamento urbano que visam a sustentabilidade, os Instrumentos da gestão ambiental são utilizados diretamente no planejamento e na implementação das ações para a proteção e conservação do meio ambiente. No artigo 9º da Lei Federal 6938/81, são instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente:

- O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- O zoneamento ambiental;
- A avaliação de impactos ambientais – os estudos ambientais;
- O licenciamento de atividades poluidoras;
- Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação ou absorção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental;

- A criação de espaços territoriais especialmente protegidos;
- O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente – SINIMA;
- O cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental;
- As penalidades disciplinares ou compensatórias;
- O relatório de qualidade do meio ambiente - RQMA;
- A garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente;
- O cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

O Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257/01 – constitui-se no marco legal para o planejamento municipal tendo o plano diretor como seu principal instrumento. Esta lei define diretriz e fornece instrumentos que devem ser aplicados no município, desde que incorporados nos princípios do plano diretor municipal.

Conforme ROGERS (2001), as pessoas vivem nas cidades e, como cidadãos, devem cuidar de seu ambiente. Os valores da sociedade são os valores da cidade. Seu sucesso depende dos seus habitantes e do poder público. Depende da prioridade que ambos dão à criação e manutenção de um ambiente humano. Ainda, segundo ROGERS (2001), um público bem informado aumenta o poder das políticas públicas e sua capacidade de fiscalização sobre o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável nas cidades está cada vez mais presente na literatura e na agenda dos planejadores, porém a sustentabilidade urbana deve ser buscada sempre visando às escalas global e local.

Na escala global já está comprovado que os recursos ambientais são limitados e se faz necessário restringir a utilização destes recursos naturais, principalmente nas cidades, definindo limites objetivando manter a capacidade de renovação, sendo assim incluído instrumentos nas políticas públicas municipais.

No local, prioritariamente para o uso e ocupação do solo urbano e rural e seus impactos, para a qualidade do saneamento ambiental, para obtenção de energia e de transportes alternativos e eficientes, para a inclusão social, e para as formas de gestão,

incluindo a educação ambiental e um equilíbrio nas questões ambientais, sociais e econômicas da cidade. Esta forma de gestão pode ser conceituada como Gestão Territorial Sustentável.

2.3. Papel do Plano Diretor

A elaboração de planos diretores é obrigatória desde a promulgação da Constituição de 1988, mas é o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, que fixa um prazo para sua elaboração e caso não se cumpra esta determinação, os responsáveis pela administração municipal sofrerão sanções. Com isto, centenas de planos estão em andamento e outros por vir, fazendo-se necessárias formas de viabilizá-los, para que os municípios não percam a oportunidade de um planejamento com base com suas próprias realidades.

De acordo com a NBR 12267-92, o Plano Diretor é instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. A fundamentação do Plano Diretor é explicitada pelos objetivos, caracterização, diagnósticos e prognósticos, alternativas, critérios de avaliação e, deve explicitar os seus objetivos relativamente às funções sociais da propriedade urbana e da cidade e a política de desenvolvimento urbano.

A caracterização do município deve contemplar a situação do município no âmbito regional, quanto às principais diretrizes federais, estaduais e regionais, principalmente quanto aos recursos disponíveis, limitações à sua utilização, restrições e incentivos que condicionem o desenvolvimento municipal. O Plano Diretor deve atender às constituições, federal e a estadual, bem como à lei orgânica municipal, no que for pertinente.

O Plano Diretor deve levantar os aspectos do meio físico que condicionem o uso e ocupação do solo, identificando os problemas existentes e potenciais, bem como as

possibilidades futuras de ocupação, adensamento e expansão urbana; os aspectos sócio-econômicos identificando os problemas existentes e potenciais, bem como as possibilidades futuras de desenvolvimento; os aspectos da dinâmica de uso e ocupação do solo urbano e rural; os aspectos da infra-estrutura, equipamentos sociais e serviços urbanos; aspectos da estrutura administrativa existente.

As diretrizes desenvolvidas para o Plano Diretor devem abranger pelo menos os aspectos relativos ao tipo e intensidade do uso do solo, ao sistema viário e respectivos padrões, à infra-estrutura e aos equipamentos sociais e serviços urbanos, tendo em vista o atendimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade.

As diretrizes devem explicitar o horizonte de sua vigência, bem como conter claramente os critérios de seu estabelecimento. As exigências de ordenação da cidade incluem parâmetros para urbanização, parcelamento, uso e ocupação do solo e para a utilização e preservação ambiental e de recursos naturais. A intensidade do uso do solo refere-se tanto à ocupação, quanto ao aproveitamento dos lotes, especificando distintos indicadores.

Quanto às demais diretrizes, o sistema viário deve abranger a hierarquização e padrões das vias interurbanas e urbanas e sua expansão, a infra-estrutura urbana inclui os sistemas de saneamento básico e drenagem, energia e iluminação pública, comunicações e sistema viário; os equipamentos sociais e serviços urbanos considerando sua distribuição no território e condições de acessibilidade, nos setores de saúde, habitação de interesse social, educação, lazer e, atividades comunitárias cuja localização prende-se às diretrizes gerais de uso e ocupação do solo.

Os serviços urbanos incluem limpeza pública, transporte coletivo, defesa civil e segurança pública, prevenção e combate aos incêndios e assistência social. As diretrizes respectivas referem-se à localização dos equipamentos necessários ao desempenho de cada um desses serviços, bem como à programação da sua manutenção e extensão.

Em relação à abrangência da zona ou espaço rural, o Plano Diretor inicia e mantém um processo de discussão com comunidades rurais, trabalhadores e produtores rurais, em vários pontos como: política agrícola de uso e ocupação do solo; o controle do uso de agrotóxicos; uso de tecnologias adequadas ao manejo do solo; controle biológico de pragas; adoção de programas que compatibilizem eletrificação rural, irrigação, pesquisa e diferentes tecnologias; zoneamento agrícola; manejo racional do solo; práticas conservacionistas e; acesso do homem ao campo.

O Plano Diretor também poderá desenvolver programas ou projetos na zona rural voltados especialmente para a questão ambiental como: preservação de microbacias, com atenção especial para o controle de erosão; normas de manejo agrícola e prevenção de processos erosivos; implantação e controle de aterros sanitários e industriais, disposição final e adequada do lixo hospitalar; tratamento de esgotos e; disposição final de entulhos, quando estes se encontrarem em zona rural.

Também é possível criar uma política de desenvolvimento rural com o objetivo pleno, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município e, elaborado pelo Poder Executivo com a participação de produtores, órgãos, trabalhadores e técnicos ligados ao meio rural, contemplando a agropecuária, o fomento e o estímulo à agricultura.

Esta política deverá levar em consideração alguns instrumentos, como exemplo: programa de manutenção das estradas vicinais; assistência técnica e extensão rural; incentivo e apoio à pesquisa e à tecnologia; estímulo e apoio ao associativismo, especialmente o cooperativismo e associações comunitárias; fomento da produção e organização do abastecimento alimentar; apoio à comercialização, transporte e armazenamento; defesa integrada dos ecossistemas; manutenção e proteção dos recursos hídricos; uso e conservação do solo; educação alimentar, sanitária e habitacional e; ações destinadas à fixação do homem ao campo, evitando-se o êxodo rural.

2.3.1 Instrumentação do Plano Diretor

A instrumentação legal mínima estabelecida a partir das diretrizes do Plano Diretor compõe-se da Lei do Plano Diretor, da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e do Código de Obras e Edificações.

A instrumentação técnica refere-se a programas, planos setoriais, projetos e planos de ação correspondentes à implementação e aplicação das diretrizes do Plano Diretor. A instrumentação orçamentária e financeira refere-se ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais, inclusive vinculações de dotações no período de vigência do Plano Diretor. A instrumentação administrativa refere-se ao aparelhamento dos agentes executivos necessários à implementação e aplicação das diretrizes do Plano Diretor e ao desempenho das funções administrativas da Prefeitura.

Com o Estatuto da Cidade criaram-se instrumentos que podem viabilizar os planos diretores em geral, contudo, instrumentos como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, as Operações Urbanas Consorciadas, o Direito de Preempção, a Transferência do Direito de Construir e as Zonas Especiais de Interesse Social, na maioria das vezes podem ser apropriados somente para as grandes cidades, pois são estimuladores de concentração da população, onde a terra é disputada acirradamente, mas pouco, o que não ocorre nas cidades menores, onde a especulação imobiliária praticamente inexistente.

Mesmo nos pequenos municípios, a vida de sua população é um desafio constante onde surgem conflitos entre os diferentes interesses dos munícipes e, a esfera municipal assume um papel-chave ao responsabilizar-se pela elaboração, implementação e avaliação contínua de sua política local, estabelecida principalmente, pelo plano diretor municipal e também pelo plano plurianual municipal e planejamento estratégico municipal.

O poder público municipal é o que tem competência para discutir os interesses municipais, e diante da proximidade com a população permite a participação e articulação para a elaboração e implementação dos instrumentos de planejamento,

devendo ser esta permanente para poder analisar todas as práticas municipais e solicitar, sempre que necessário, ações para o desenvolvimento e planejamento municipal.

Os municípios são dinâmicos e na perspectiva de proporcionar a qualidade de vida aos seus habitantes, é necessário instrumentos de planejamento com a finalidade que os objetivos pré-estabelecidos sejam cumpridos.

2.4. A Agenda 21

A Agenda 21 Global é o principal resultado da Rio-92 e compromisso assumido pelos 179 países participantes desta Conferência, com mais de 2.500 recomendações práticas para os governos, às Agências de Desenvolvimento, à Organização das Nações Unidas, e para grupos setoriais, independentes, colocarem em prática em todas as áreas onde a atividade humana incida de forma prejudicial ao meio ambiente.

A Agenda 21 Global ampliou o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental, em um documento que indica os caminhos para alcançá-los, com as ferramentas de gerenciamento necessárias. Oferece ainda políticas e programas no sentido de se obter um equilíbrio sustentável entre o consumo, a população e a capacidade de suporte do planeta (SIRKIS, 1999).

Este documento, está dividido em 4 seções, com 40 capítulos, onde são definidas também 115 áreas prioritárias de ação. No Preâmbulo, são colocados os objetivos gerais da Agenda 21 Global e a importância planetária de implementá-la. A Seção 1 refere-se às dimensões sociais e econômicas, tratando da relação entre meio ambiente e pobreza.

A Seção 2 aborda a conservação e o gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento, indicando as formas apropriadas quanto ao uso dos recursos naturais.

Na Seção 3 são apresentadas as diferentes modalidades de apoio aos grupos sociais organizados, que colaboram em alcançar o desenvolvimento sustentável, como a

importância da participação de todos os segmentos da sociedade civil, para a reversão da pobreza e da destruição do meio ambiente.

A Seção 4 refere-se aos meios de implementação da Agenda 21 Global, orientando quanto aos recursos e mecanismos de financiamento para a sua implementação, além do destaque para o papel institucional voltado para viabilizar as políticas de desenvolvimento sustentado, como a transferência de tecnologia e da educação, o treinamento e a circulação das informações necessárias junto ao processo de tomada de decisão.

Em cada capítulo, consta uma introdução ao problema referenciado e às áreas de programas de ação, com objetivos, atividades e meios de implementação, incluindo estimativas quanto aos recursos financeiros necessários à sua execução, além de abranger as mais variadas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, saneamento, habitação e assistência social.

O documento fornece também opções para o combate a degradação do solo, do ar e da água, além da conservação das florestas e da biodiversidade. Refere-se aos problemas relacionados tanto no meio urbano quanto no rural. Define ainda o papel dos atores sociais envolvidos nas ações propostas estipuladas, como os governos, em seus diversos segmentos, o setor empresarial, os sindicatos, os cientistas e professores, os povos indígenas, as crianças, os jovens e as mulheres.

O conceito de Agenda 21 prende-se a outro mais amplo, que vem sendo mencionado como “Desenvolvimento Sustentável” e está entre as prioridades de conhecimento da atualidade. É que o crescimento da população, acompanhado pelas inovações que esta população vem incorporando em seu modo de vida, tem levado à destruição do meio ambiente, ao produzir desequilíbrios no ambiente natural e no ambiente construído.

Portanto é preciso, conscientemente, “produzir” um estado de alerta na humanidade, para que mude certos comportamentos que acabam comprometendo os recursos de que dispõe neste planeta.

2.4.1. A Agenda 21 Brasileira

A Agenda 21 Brasileira segue os princípios e acordos estabelecidos na Agenda 21 Global, de acordo com a realidade sócio-econômico-ambiental específica da região onde será implementada. Por decreto do Presidente da República, foi criada em fevereiro de 1997, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21.

A Agenda Brasileira se destaca pela inclusão das Agendas Locais, principalmente devido às grandes dimensões de nosso território e pelos diferentes aspectos regionais, e segue o estabelecido na Agenda 21 Global. Assim, a Agenda 21 Local poderá ser criada e implementada de acordo com a realidade local, sempre contando com a participação da sociedade civil.

Com a Agenda 21 local é possível coordenar ações que tratem simultaneamente do meio ambiente, da saúde, da educação e dos direitos humanos, quanto ao orçamento participativo, por exemplo. Os resultados serão na melhoria dos serviços públicos, da gestão municipal, maior controle na gerência e implantação dos programas e projetos e, conseqüentemente, a diminuição dos custos financeiros.

“Mais do que um documento, a Agenda 21 Brasileira é um processo de planejamento estratégico participativo. Este processo foi conduzido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21(CPDS)² tem por objetivo redefinir o modelo de desenvolvimento do país, introduzindo o conceito de sustentabilidade e qualificando-o com os tons das potencialidades e das vulnerabilidades do Brasil no quadro internacional” (BEZERRA,2002).

² A CPDS foi criada por Decreto Presidencial de 26/02/97. Composição: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores; Secretaria de Assuntos Estratégicos; Câmara de Políticas Sociais; Fórum Brasileiro das Ongs e Movimentos Sociais; Instituto Nacional de Altos Estudos; Fundação Movimento Onda Azul; Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; e Universidade Federal de Minas Gerais.

A Agenda 21 é um processo permanente de construção da sustentabilidade brasileira por meio de um planejamento amplo e participativo que se expressa pela abrangência da população brasileira, pela amplitude geográfica e pela abertura temática dada ao conceito de sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

“A metodologia de elaboração da Agenda privilegia uma abordagem multissetorial da realidade brasileira, procurando focalizar a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Além disso, determina que o processo de elaboração e implementação deve observar o estabelecimento de parcerias, entendendo que a Agenda 21 não é um documento de governo, mas um produto de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira” (BEZERRA, 2002).

Um objetivo a longo prazo da Agenda 21 brasileira e também da Agenda Local é modificar o modelo industrial predatório, com suas desigualdades e deficiências ainda herdadas de uma sociedade colonial. Está sendo difundido pelas pequenas e grandes cidades, através de fóruns e conselhos de desenvolvimento sustentável que estão se multiplicando através de prática participativa inédita.

Muitos destes processos estão ainda contaminados pela política tradicional, e Alexânia não é uma exceção, mas a agenda recomenda que conselhos mais amplos integrem estes diferentes atores em uma política comum e convergente para evitar a doença da dispersão e da fragmentação que debilita o processo democrático e dificulta a tomada de decisões (Ministério do Meio Ambiente, 2007).

No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente editou uma série de diretrizes como subsídios à elaboração da Agenda 21, contando para tanto com a participação de profissionais e especialistas, aprovada pela CPDS, selecionando áreas temáticas conforme a complexidade regional do país e dentro do conceito da sustentabilidade, ou sejam: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

Focando especificamente na área temática de Cidades Sustentáveis, o desenvolvimento verificado na maioria das cidades brasileiras conta com um conjunto de problemas ambientais e urbanos comuns e de capacidade de gestão e de desenvolvimento institucional de baixa qualidade.

Os municípios que integram regiões metropolitanas, aglomerados urbanos, de interesse histórico-cultural ou ambiental ou mesmo considerados como cidades médias, recebem investimentos econômicos, sociais e de infra-estrutura que colaboram na possibilidade de implantar um desenvolvimento sustentável. Já os municípios considerados “cidades pequenas” possuem uma chance menor devido à falta destes investimentos.

“Essas cidades têm sofrido perda de população por migração em virtude de seu atraso comparativo de infra-estruturas, de carências da rede de ensino, dos escassos serviços de saúde oferecidos, da falta de apoio para o desenvolvimento da agricultura familiar e da inexistência de empregos rurais não agrícolas, que mantém baixas as oportunidades de emprego e trabalho. Seu desenvolvimento poderá vir a ser sustentado com a aceleração de assentamentos de famílias sem-terra, criação de minicréditos, estímulo às cooperativas de construção habitacional.” (BEZERRA, 2002).

2.4.2. ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS

As estratégias propostas para construção da sustentabilidade das cidades brasileiras ³ são em número de quatro as grandes estratégias prioritárias, nas quais se associam um conjunto de diretrizes, propostas e ações:

- A.** Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental. Essa estratégia é composta por propostas, direcionadas para os seguintes temas: fortalecimento da dimensão territorial no planejamento governamental; produção, revisão, consolidação e implementação de instrumentos legais federais, estaduais e municipais; políticas e ações de acesso à terra, regularização fundiária e redução do déficit habitacional e; melhoria da qualidade ambiental das cidades;

- B.** Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental e assegurando a efetiva participação da sociedade. Essa estratégia é composta por propostas direcionadas para os seguintes temas: aspectos espaciais do planejamento e gestão; institucionalização dos órgãos, processos, mecanismos e instrumentos de gestão; política habitacional, incorporando os aspectos de sustentabilidade ambiental nos programas, projetos e empreendimentos; saneamento ambiental, voltadas para a necessidade de avanços no campo da regulação; transporte e trânsito, envolvendo os aspectos de gestão e operação dos sistemas; integração entre as políticas urbanas e rurais;

- C.** Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis. Essa estratégia é composta por propostas direcionadas para os

³ O processo de consulta sobre os seis temas da Agenda 21 Brasileira: Cidades Sustentáveis, Agricultura Sustentável, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, Infra-estrutura e Integração Regional, Redução das Desigualdades Sociais, Gestão dos Recursos Naturais. No caso específico de Cidades Sustentáveis, o Consórcio Parceira 21 composto pelo IBAM, REDEH e ISER foi responsável pelo processo de consulta que resultou no documento Cidades Sustentáveis-Subsídios a Elaboração da Agenda 21 Brasileira, de onde foram retiradas as macroestratégias aqui apresentadas.

seguintes temas: combater o desperdício e promover o consumo sustentável; arbitrar padrões e indicadores capazes de orientar o planejamento urbano; estabelecer rotinas de auditorias ambientais no setor público; promover mudanças nos procedimentos utilizados para lidar com os assentamentos e com projetos habitacionais; reduzir as perdas crônicas no sistema de saneamento e modernizar a política tarifária; diminuir a geração de resíduos, de despejos e emissões de poluentes nas áreas urbanas e do entorno por parte das indústrias; reduzir a queima de combustíveis fósseis e promover a eficiência energética; promover maior integração entre o rural e o urbano; gerar empregos e renda, contribuindo para diminuir as desigualdades existentes.

- D.** Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a *sustentabilidade* urbana. Essa estratégia compõe-se de propostas direcionadas para os seguintes temas: cobrança pelo uso dos recursos naturais, de maneira a ampliar os recursos financeiros disponíveis; aperfeiçoamento do sistema tributário nos três níveis de governo, criando incentivos econômico-tributários, como o ICMS ecológico; promoção da competitividade da indústria brasileira, com alterações de processos e produtos capazes de enfrentar as restrições ambientais associadas ao comércio exterior; novos critérios para o financiamento do setor de transportes, incorporando aspectos ambientais; utilização de critérios ambientais para compra de bens e serviços pelo setor público; recuperação da valorização fundiária resultante dos investimentos públicos nas áreas urbanas.

“Neste conjunto de ações destacam-se os objetivos de envolver os agentes econômicos e gerar receitas adicionais. Entretanto, aponta-se uma permanente preocupação em, paralelamente a incentivos e financiamentos, identificar fontes de recursos capazes de garantir a institucionalização de tais políticas, tendo em vista não onerar os orçamentos públicos e, principalmente, buscar equidade nas ações e investimentos” (BEZERRA, 2003).

A articulação do Plano Diretor com a Agenda 21 é perfeitamente possível, pois a Agenda 21 não tem somente objetivos ambientais e nem representa um processo de elaboração de plano de governo, mas é um planejamento do futuro com ações concretas, a curto, médio e longo prazo, com metas e responsabilidades definidas e certamente poderá ter total consonância com o Plano Diretor Municipal.

Da mesma forma que o Plano Diretor do Município de Alexânia, a elaboração e implementação da Agenda 21 exigem um planejamento estratégico e participativo entre o governo e a sociedade, obtido por acordos, para que as próximas gerações tenham um futuro melhor o que não difere dos propósitos claros na implementação do Plano Diretor.

Por se tratar de um processo que resgata a raiz básica ao planejamento, ao apontar para cenários desejados e possíveis, cuja concretização passa pela pactuação de princípios, ações e meios entre os diversos atores sociais, os pressupostos e princípios da sustentabilidade do desenvolvimento humano são fundamentais neste processo, podendo até mesmo ser paralelo ao processo do Plano Diretor.

Este processo público e participativo, com o envolvimento dos vários agentes sociais de Alexânia, produzirá um documento que possibilitará orientar os planejadores do meio urbano e regional para um novo estilo de desenvolvimento, onde o crescimento econômico seja ambientalmente saudável, humanamente justo e equitativo, garantindo, assim, o atendimento às necessidades das gerações atuais e futuras.

Da mesma forma do Plano Diretor de Alexânia, a Agenda 21 Local para Alexânia deverá ser revisada, avaliada, replanejada, de acordo com o regulamento interno das comissões ou fóruns estabelecidos e o ideal será fazê-la em conjunto com o Plano Diretor Municipal.



CAPÍTULO III
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DE URBANIZAÇÃO NO
EIXO BRASÍLIA–GOIÂNIA

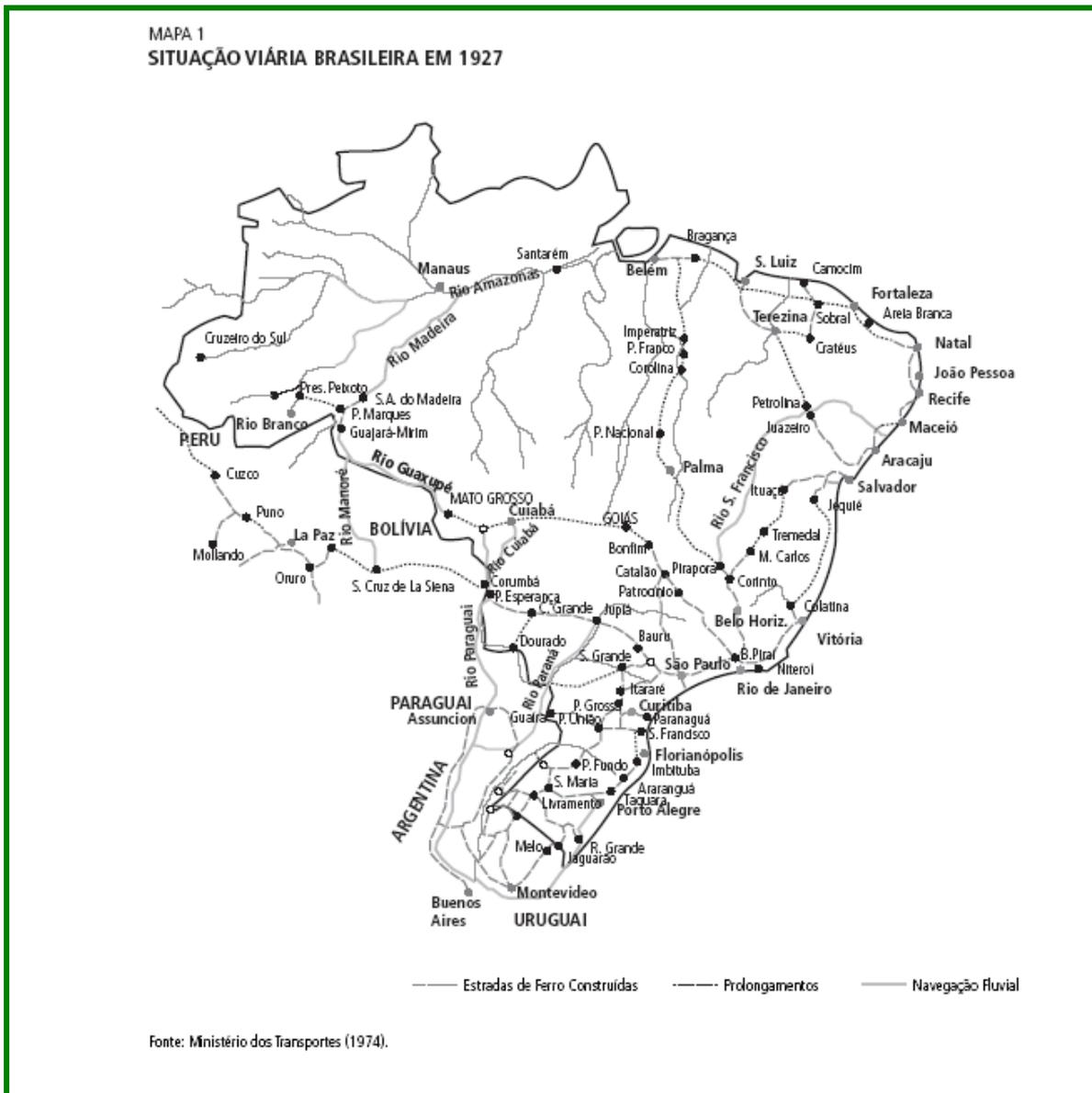
A expansão econômica verificada na Região Centro-Oeste no século XIX, portanto anterior ao programa “Marcha para o Oeste” no Governo Getúlio Vargas, antecipou uma urbanização ainda de forma incipiente e pouco conhecida. O historiador Paulo Bertran Wirth Chaibub¹ em seu artigo “A memória consútil e a modernidade” em 2006 discorre sobre este momento:

“Nesse sentido há duas ou três coisas sobre a história de Goiás que é oportuno despoluir para obtermos objetos mais úteis e iluminados, para nosso deleite e sapiência, e para consumo de futuras gerações. Um deles é o paradigma da decadência de Goiás no passado, que conforme o sentir de alguns escritores iria desde a abrupta queda da mineração em 1780 até um variável fim (segundo uns até 1914 com a entrada da estrada de ferro), segundo outros até 1937, com o Estado Novo e a construção de Goiânia.” (BERTRAN, 2006, p.4).

Sobre a chamada decadência do Estado de Goiás entre a exploração mineral iniciada no século XVIII até o início do século XX com a criação de Goiânia, BERTRAN (2006), afirma:

“Haja decadência! No caso extremo nada menos do que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação, ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados!” (BERTRAN 2006. p.4).

¹ Paulo Bertran Wirth Chaibub nasceu em Anápolis, no dia 21 de outubro de 1948. Historiador goiano, Paulo Bertran reinventou a história da região, ampliando seus horizontes. Primeiro, aproximou-se de uma regionalidade mais tradicional firmada pelo olhar de certa Geografia, Centro-Oeste. Noutra perspectiva mais arguta, cunhou a expressão cerratense, aproximando a diversidade de culturas em torno do bioma cerrado. As duas capitais (Goiânia e Brasília) se aproximaram, reverenciando seu lugar de origem e sua relação com o passado. Sua História da terra e do homem do Planalto Central (1994) alcançou maior universalidade ao indicar o Planalto Central como delimitação da região pesquisada.



Mapa 1 – Mapa de Situação Viária no Brasil em 1927. Fonte: Ministério dos Transportes, Brasília, 1974.

BERTRAN (2006) critica o processo de criação da nova capital Goiânia para o Estado de Goiás em 1933, pela ruptura da continuidade da história de Goiás e o pensamento da modernidade como sendo a nova realidade goiana perante o crescimento e a ocupação do território goiano:

“Outro perigoso buraco negro da história de Goiás é o paradigma “Goiânia”. (...) a construção da nova capital se deu justo no bojo da fortíssima construção ideológica e institucional da Revolução de 30 e da ditadura de 37, que entre nós fixam, na verdade, a República autoritária e o Estado patriarcal brasileiro. E processou-se em

tais condições, que arrasou, aniquilou por inteiro a noção de continuidade na história goiana, a ruptura daquilo que hoje se chama goianidade. A visão estadonovista todopoderosa de Goiânia. Em certo sentido, a ótica do opressor. Que vemos hoje, de outro ângulo, onde pesquisei: Goiás-Velho, Niquelândia, o velho Descoberto de Porangatu, o arraial de Cavalcante, e as regiões do Planalto: o Distrito Federal, Pirenópolis, Corumbá, Formosa, Luziânia, Bonfim, Cocalzinho...” (BERTRAN 2006. p.5).

A lenta penetração do capitalismo em Goiás e especificamente nesta região entre Goiânia e Brasília, existem segundo BERTRAN (2006), informações que trabalham contra essa tese da penetração do capitalismo em Goiás. Em 1892, há mais de cem anos, um membro da Comissão Cruls ficou estupefato ao constatar quanto havia subido o preço do boi em Goiás em decorrência das recentes cotações favoráveis da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Ainda BERTRAN:

“Às vezes é confusão com o processo de modernização ou com os gigantescos empreendimentos colonizatórios que a região experimentou ao longo deste século, entre os quais Goiânia e Brasília. O povo goiano não teve tempo para pensar em história. Esteve o século todo ocupado em construir cidades e montar fazendas. Agora que essas coisas estão prontas é hora, talvez, de ter tempo para pensar em si próprio e encontrar sua imagem de história”. (BERTRAN 2006. p.5).

A história da ocupação do Centro-Oeste Brasileiro, desde a política da Marcha para o Oeste do Governo Getúlio Vargas com a criação de Goiânia entre os anos de 1930 a 1940, até o surgimento de Brasília, foi o marco principal do Governo Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1950 a 1960, constituindo-se na origem do eixo rodoviário da BR-060 entre Brasília e Goiânia.

CARVALHO (1998) constatou que o crescimento populacional do Brasil seria bem menor do que a expectativa prévia e, fundamentado em dados estimados anualmente, praticamente acerta em sua previsão para o ano de 2000 (170 milhões aproximadamente no Censo), que seriam 172 milhões de brasileiros.

A Região Centro-Oeste é citada no artigo de CARVALHO (1998), como detentora de índices de declínio nas taxas de mortalidade infantil, aumento na expectativa de vida e menores índices de queda das taxas de fecundidade em relação às outras regiões brasileiras.

Apesar de todos estes dados que apontavam este crescimento da população da Região Centro-Oeste, as decisões do Governo Federal em relação às políticas públicas no território brasileiro continuaram a atender majoritariamente as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País entre os anos de 1970 e 1980 (CARVALHO, 1998).

Em oposição aos esforços políticos focados nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País, a iniciativa privada nacional e internacional iniciou um processo de investimentos em várias frentes econômicas no mercado das Regiões Centro-Oeste e Norte, principalmente a partir dos anos de 1990.

Todavia estas ações levavam em conta localizações estratégicas e eram proporcionadas pelos constantes incentivos dos Governos Estaduais por meio de artifícios legais para a implantação de negócios utilizando-se de facilidades fiscais, demanda reprimida, e principalmente no Centro-Oeste, foi explorado nestas políticas voltadas às vantagens econômicas, associadas aos recursos naturais e a centralidade geográfica.

Enquanto o movimento acima referido é válido para o Estado de Goiás, o crescimento impulsionado pelo Distrito Federal no adensamento do eixo rodoviário do complexo territorial Brasília–Goiânia possui origem na própria dinâmica do crescimento da economia no Distrito Federal após 1990.

No Quadro 1 demonstra-se claramente o grande crescimento do Distrito Federal e também de seu entorno em território goiano, com uma ocupação recente e em grande parte formada por uma população de baixa renda que se ocupam de serviços e empregos ofertados no Distrito Federal, em 2007 o IBGE estimou uma população acima de 4 milhões de pessoas, conforme o Quadro 1 a seguir.

Estas novas cidades, principalmente a partir dos anos de 1990, se caracterizam por um núcleo ocupacional inicial definido por loteamentos clandestinos ou conjuntos habitacionais provenientes da emancipação, como distritos ou vilas originalmente, das

idades mais antigas como Luziânia, Formosa e Planaltina de Goiás. As principais são: Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

Território	tc 99/2000	População 2000	tc (est)	População 2007
01. Distrito Federal	2,82 %	2.051.146	2,24 %	2.455.903
02. Entorno DF (Goiás)	2,91 %	1.323.735	3,00 %	1.643.729
Total	-	3374881	2,48 %	4.099.632

Quadro 1 – Índices de crescimento da população do Distrito Federal e entorno. Fonte: CENSO 2000 e estimativas para 2007 do IBGE.

3.1. AÇÕES GOVERNAMENTAIS DESENVOLVIDAS NA ECONOMIA LOCAL A PARTIR DO ANO DE 1999

Diante do novo paradigma do desenvolvimento sustentável, tornou-se comum as ações de planejamento governamental se valer do conceito para embasar seus planos. Definem ações estipuladas em programas e/ou projetos que no plano do processo visam à preservação e recuperação ambientais. Na realidade procuram atender a legislação federal para acessar linhas de financiamento que contemplem os interesses econômicos do empreendimento focando os aspectos de preservação ambiental, bem como de educação apenas como contrapartidas governamentais de pouco efeito prático.

Pode-se concluir que estes programas e projetos de preservação e recuperação ambiental são exigidos, em sua maioria, apenas para servir a propósitos oriundos de órgãos internacionais que financiam grandes obras de desenvolvimento que possuem potencial elevado de geração de impactos ambientais negativos.

A Secretaria Estadual do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, responsável pelo planejamento regional praticado pelo governo de Goiás, gerencia apenas 04 programas de desenvolvimento integrado: do Nordeste Goiano, do Entorno do Distrito Federal, da Região Metropolitana de Goiânia e da Região Norte de Goiás (SEPLAN-GO/2002).

Entretanto estes programas não contemplam o eixo Brasília-Goiânia, sendo possível elencar os diversos planos de desenvolvimento econômicos promovidos pelo Governo do Estado de Goiás que possuem rebatimento nesta área e interferem no padrão de uso e ocupação do solo ao longo da BR-060. O maior destaque fica por conta da existência do maior centro industrial de Goiás, o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA (SEPLAN-GO/2002).

Os principais investimentos empregados nesta região não são oriundos de recursos estaduais, mas sim do Governo Federal, principalmente através do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, do Governo Federal, onde os 19 municípios goianos que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE e Entorno, contam com recursos orçamentários que originalmente seriam destinados ao Distrito Federal.

Aprovada, a proposição, pelo Conselho Deliberativo – CONDEL do FCO² foi autorizado à transferência de recursos da programação orçamentária do Distrito Federal para financiamento aos empreendedores de municípios que pertencem a RIDE situados no Estado de Goiás, visando impulsionar o desenvolvimento e as ações sociais, particularmente nos municípios de Abadiânia, Alexânia, Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto que reconhecidamente são municípios com altos índices de crescimento demográfico e, baixos em arrecadação fiscal e infra-estrutura básica.

As principais ações verificadas neste programa, após o convênio SEPLAN-GO/Ministério da Integração Nacional/Secretaria do Centro Oeste/COARIDE, foram à elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Abadiânia e de Alexânia.

A realização do Farol do Estudante e da Micro e Pequena Empresa nos municípios de Alexânia e Santo Antônio do Descoberto se constituem também num programa parte da articulação com a RIDE e objetiva ações e recursos para o Programa

² CONDEL do FCO: Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste que tem por finalidade a aprovação dos recursos destinados à implantação de projetos de desenvolvimento econômico nos Estados pertencentes à Região Centro-Oeste do Brasil.

de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal que, não possui a abordagem necessária para a utilização do conceito (SEPLAN, 2002, p.230).

Como exemplo das cidades goianas que fazem parte da RIDE, existe o Programa da Região Metropolitana de Goiânia intitulada Metrópole Contemporânea, que objetiva a implementação de uma política integrada e articulada para a Metrópole e sua região, tendo como princípios norteadores à preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento, a promoção da inclusão social e o desafio de projetar a Metrópole no cenário nacional e internacional.

Observa-se que estes princípios norteadores foram esquecidos com o tempo, pois, continua a ênfase na execução de obras de grande porte, de prestação de serviços e de investimentos comerciais e industriais na capital, ações estas nem sempre voltadas à harmonização das condicionantes do meio físico à dimensão econômico-social.

Os principais projetos com recursos estaduais identificados na RMG, baseados na Gestão Partilhada através do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, são os convênios para elaboração dos Planos Diretores, Legislação Urbanística, Cadastro Técnico Municipal, Base Cartográfica e imagens aéreas dos municípios da RMG.

O Planejamento global da política de transportes metropolitanos através da elaboração do Plano Diretor de Transportes Metropolitano, definição do Metrô de Goiânia e do Sistema de transporte de massa para passageiros, a construção de ramal de ferrovia do gasoduto Brasil-Bolívia, a duplicação dos acessos à Goiânia e a finalização do anel viário de Goiânia, somam à afirmativa anterior onde há o equívoco da concentração de esforços na principal cidade da RMG, em detrimento do conjunto de municípios que compõem e mais ainda que faça parte Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia.

Destinam-se como ações descentralizadas à estruturação institucional para o setor de saneamento básico nos municípios da RMG, a construção de um lago artificial em Bela Vista de Goiás, próximo a Senador Canedo, a Barragem do Ribeirão João Leite em Terezópolis de Goiás, planos de incentivo à atração de investimentos e

financiamento de empresas de micro, pequeno e médio porte, programas da Rede de Proteção Social, Programa de gestão de resíduos sólidos.

Uma de linha de crédito específica é promovida pela Agência Rural objetivando a criação de fonte de assistência técnica especializada para produção orgânica para fazer frente a forte entrada do agro-negócio na região sendo vital ao longo da BR-060 devido aos projetos e programas de ocupação de zonas rurais sem um planejamento macro. Ação positiva é verificada na identificação dos planos voltados especificamente para a proteção e gestão ambiental, pontos básicos para a implantação de medidas que possibilitem o Desenvolvimento Sustentável na região.

Na proteção ambiental, a gestão e proteção dos recursos hídricos deve proteger os recursos hídricos do Estado e fornecer as bases para a sua gestão adequada. Outro plano é a implementação de Áreas de Proteção Integral, criando Unidades de Conservação de Proteção Integral, visando a preservação da biodiversidade do Cerrado.

Verifica-se que os planos de desenvolvimento econômico não abrangem o fomento à produção sustentável, que resultem em melhoria da qualidade ambiental, envolvendo também a redução do uso dos recursos naturais, como também a ausência um programa de desenvolvimento institucional e capacitação técnica que poderá fortalecer e articular os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, recursos hídricos e uso e ocupação do solo urbano e rural, como a participação das organizações da sociedade civil, para a execução de atividades de forma coordenada e adequada.

O rebatimento espacial dos diferentes planos, quase todos com predomínio do desenvolvimento econômico, têm provocado a ocupação desordenada do espaço territorial composto para o Complexo Territorial Brasília-Goiânia, conferindo ao poder público o ônus de gerir os conflitos sobre o ordenamento do solo e as demandas sociais geradas pelas decisões e incentivos econômicos no plano estadual. As implicações deste tipo de política sobre o ordenamento espacial, possuem conseqüências ambientais e sociais além de deseconomias no que se refere à alocação de infra-estrutura urbana.

Devido à deficiência do controle do uso e ocupação do solo urbano e rural nos municípios que ali se encontram, surgem situações de conflito entre a dimensão

econômica, a ambiental e a social, ocasionando dificuldades de promover o desenvolvimento sustentável local.

3.2. O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO COMPLEXO TERRITORIAL BRASÍLIA-GOIÂNIA

O Eixo rodoviário do complexo territorial Brasília-Goiânia, especificamente às margens da rodovia federal BR-060 vem sofrendo intenso processo de ocupação seja por urbanização ou uso do solo para atividades econômicas de grande impacto de natureza agroindustrial. Neste tópico será analisada a capacidade institucional dos municípios para responder a estas pressões, garantindo o uso sustentável do território.

Verifica-se atualmente que das 12 metrópoles mais populosas do País, 2 se encontram nas regiões Centro-Oeste, a Metrópole Nacional Brasília e a Metrópole Regional Goiânia e, no quadro seguinte demonstra o crescimento destas metrópoles do ano de 2.000 (Censo) até estimativa do IBGE para o ano de 2007, com base na metodologia aplicada para cálculo das taxas de crescimento e seus índices (IBGE, 2007).

Município	tc 2000	Pop. 2000	tc (est)	Pop. 2007(est)
01. São Paulo	0,88 %	10.434.252	0,90%	10.886.518
02. Rio de Janeiro	0,75 %	5.857.904	0,77 %	6.093.472
03. Salvador	1,85 %	2.443.107	1,72 %	2.892.625
04. Brasília	2,82 %	2.051.146	2,42 %	2.455.903
05. Fortaleza	2,17 %	2.141.402	1,97 %	2.431.415
06. Belo Horizonte	1,16 %	2.258.526	0,98%	2.412.937
07. Curitiba	2,13 %	1.587.315	1,94 %	1.797.408
08. Manaus	3,76 %	1.405.835	2,90 %	1.646.602
09. Recife	1,03 %	1.422.905	1,04 %	1.533.580
10. Porto Alegre	0,94 %	1.360.590	0,95 %	1.420.667
11. Belém	1,92 %	1.280.614	1,78 %	1.408.847
12. Goiânia	1,94 %	1.093.007	1,80%	1.244.645

Quadro 2 – População das 12 maiores metrópoles brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes em 2000 e 2007. Fonte: CENSO 2000 e estimativa para 2007 do IBGE (IBGE, 2007).

Este quadro permite constatar que na Região Centro-Oeste, Brasília – certamente aí se considera todo o Distrito Federal e não apenas o Plano Piloto – encontra-se como a 4ª aglomeração urbana mais populosa do país. Não obstante a MetrÓpole Regional do Centro-Oeste, Goiânia, ultrapassará Porto Alegre em 2030, e ocupará a 11ª posição entre as capitais mais populosas do Brasil.

Estas estimativas não levam em consideração alguns efeitos extras como imigração interna do país ou mesmo uma provável imigração estrangeira dos países da América Latina (IBGE, 2007). Estas estimativas espelham apenas o crescimento vegetativo que certamente contempla parte da imigração interna devido ao ocorrido atualmente no eixo Brasília-Goiânia e que não ocorre mais em Porto Alegre, por exemplo.

Nos quadros abaixo, podem-se verificar as populações estimadas das 12 maiores cidades brasileiras para as próximas décadas (IBGE, 2007).

METRÓPOLE Tc = Taxa de crescimento 2006	Pop. 2007 (i=1.0)	Pop. 2010 (i=0.8)	Pop. 2020 (i=0.6)	Pop. 2030 (i=0.4)	Pop. 2040 (i=0.2)	Pop. 2050 (i=0)
01. São Paulo Tc = 0,90 %	10.886.518	11.423.284	12.245.764	12.907.035	13.371.688	13.612.378
02. Rio de Janeiro Tc = 0,77 %	6.093.472	6.330.256	6.722.732	7.031.978	7.249.969	7.358.719
03. Salvador Tc = 1,72 %	2.892.625	2.906.650	3.307.768	3.648.468	3.900.212	4.032.819
04. Brasília Tc = 2,42 %	2.455.903	2.620.881	3.129.332	3.583.085	3.930.644	4.119.315
05. Fortaleza Tc = 1,97 %	2.431.415	2.612.562	3.025.347	3.382.338	3.649.542	3.791.874
06. Belo Horizonte Tc = 0,98 %	2.412.937	2.492.631	2.687.035	2.845.570	2.956.547	3.015.678
07. Curitiba Tc = 1,94 %	1.797.408	1.931.067	2.230.382	2.489.106	2.683.256	2.787.903
08. Manaus Tc = 2,90 %	1.646.602	1.888.702	2.326.881	2.731.758	3.048.642	3.225.463
09. Recife Tc = 1,04 %	1.533.580	1.579.710	1.710.826	1.816.897	1.893.207	1.932.964
10. Porto Alegre Tc = 0,95 %	1.420.667	1.497.077	1.606.689	1.698.270	1.762.804	1.796.297
11. Belém Tc = 1,78 %	1.408.847	1.532.776	1.750.430	1.937.726	2.075.305	2.150.016
12. Goiânia Tc = 1,80 %	1.244.645	1.310.652	1.499.386	1.661.320	1.780.935	1.846.829

Quadro 3 – População das 12 maiores metrÓpoles brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes em 2007 nos anos de 2010, 2020, 2030, 2040 e 2050. Fonte: Estimativas do IBGE, com base nos índices de crescimento.

Considerando a população da Região Integrada de Desenvolvimento de Brasília – RIDE com a da Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia e mais o Município de Anápolis, estima-se para o ano de 2007 (IBGE, 2007), uma população de 6.438.664 habitantes.

Cidade	tc 99/2000	População 2000	tc (est)	População 2007
01. R. M. de Goiânia	5,64 %	1.675.893	4,32 %	2.013.488
02. Distrito Federal	2,82 %	2.051.146	2,24 %	2.455.903
03. Entorno DF	3,64 %	1.323.735	3,00 %	1.643.729
04. Anápolis	2,10 %	288.085	1,76 %	325.544
Total	-	5.338.859	3,43 %	6.438.664

Quadro 4 – Índices de crescimento da população do Eixo Brasília-Goiânia (regiões). Fonte: CENSO 2000 e estimativas para 2007 do IBGE.

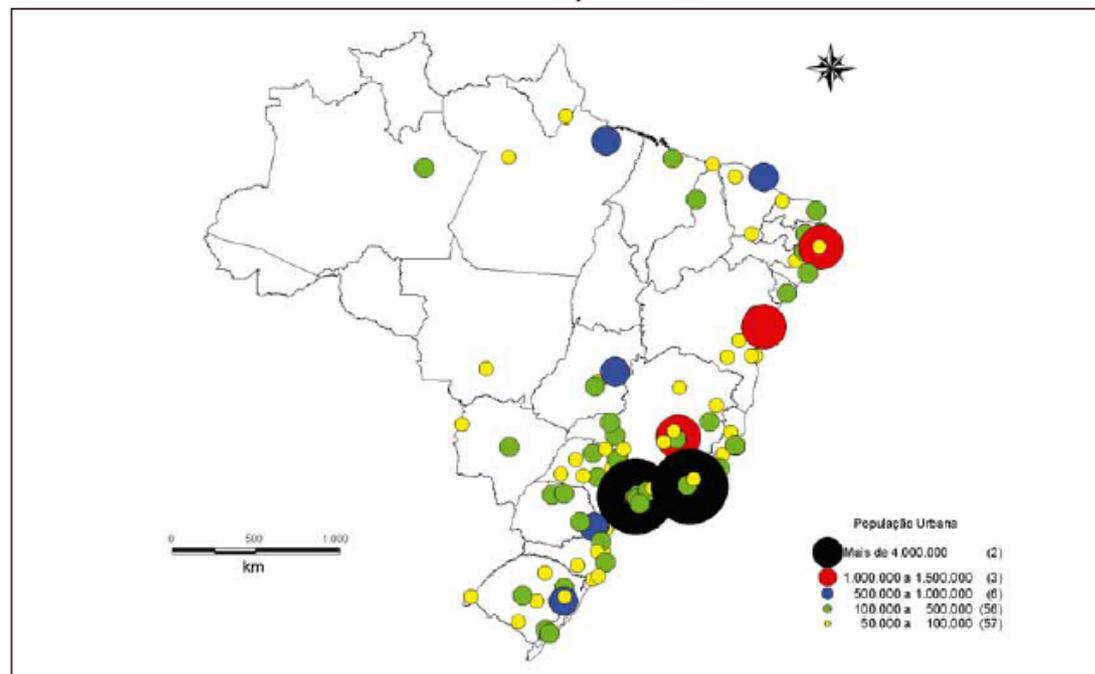
Este estudo específico compreende 10 municípios, sendo cinco da Região Metropolitana de Goiânia - Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianápolis e Terezópolis de Goiás - somados a mais cinco municípios goianos cortados pela BR-060 de Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás até atingir a porção sul da divisa do Distrito Federal.

Cidade	tc 99/2000	População 2000	tc (est)	População 2007
01. Abadiânia	2,24 %	11.452	1,86 %	12.640
02. Águas Lindas G.	20,35 %	105.746	6,48 %	180.607
03. Alexânia	2,23 %	20.047	1,86 %	23.124
04. Anápolis	2,10 %	288.085	1,76 %	325.544
05. Santo Antônio D.	14,74 %	51.897	5,89 %	83.946
06. R.M. de Goiânia	5,64 %	1.675.893	4,32 %	2.013.488
07. Distrito Federal	2,82 %	2.051.146	2,24 %	2.455.903
Total	-	4.204.266	3,71 %	5.095.252

Quadro 5 – Índices de crescimento da população do Eixo Brasília-Goiânia (municípios). Fonte: CENSO 2000 e estimativas do IBGE para 2007.

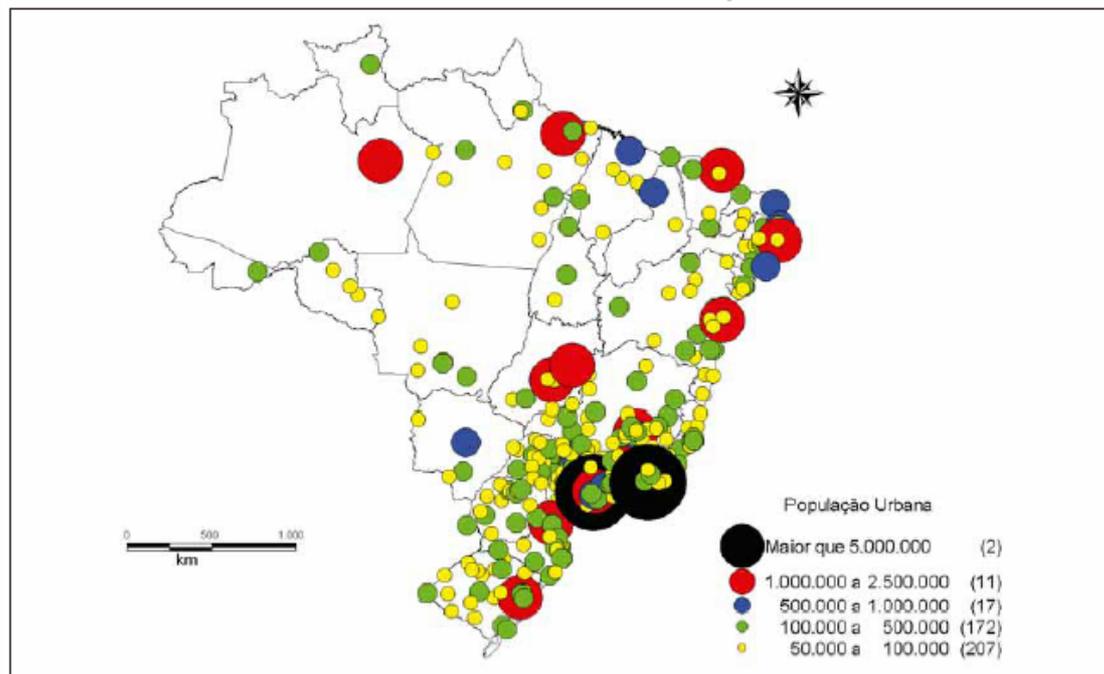
Nesta região específica que abrange os municípios diretamente envolvidos com o eixo rodoviário da BR-060, vivem 5.095.252 pessoas, conforme estimativas do IBGE para o ano de 2007.

MAPA 2 – Rede urbana – mais de 50 mil pessoas, 1970



Fonte: IBGE. Malha Municipal do Brasil (1997). IBGE. Censo Demográfico do Brasil (1970). Elaboração: Bernardo Palhares Campolina Diniz.

MAPA 3 – Rede urbana – mais de 50 mil habitantes, 2000

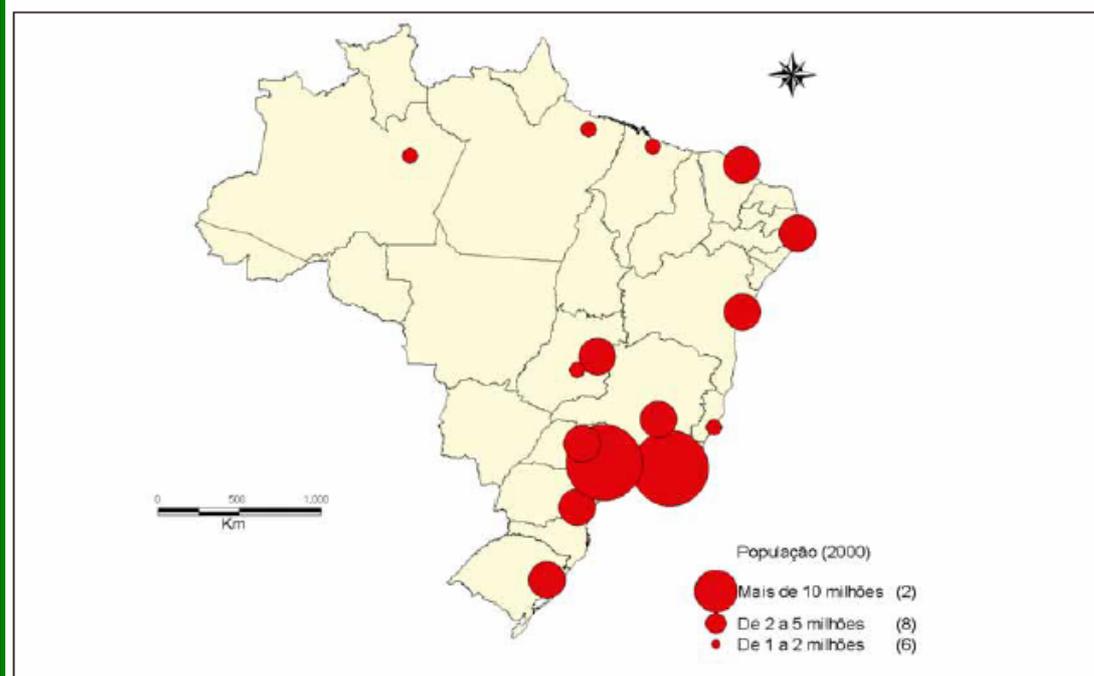


Fonte: IBGE. Malha Municipal do Brasil (1997). IBGE. Censo Demográfico do Brasil (2000). Elaboração: Bernardo Palhares Campolina Diniz.

De acordo com o macro planejamento do Estado de Goiás, a área referida denomina-se complexo territorial Brasília-Goiânia, localizando-se no eixo rodoviário da BR-060, que liga a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE, denominado também de Aglomerado Metropolitano Nacional de Brasília, a Região Metropolitana de Goiânia-RMG, abrangendo cinco de seus municípios: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianápolis e Terezópolis de Goiás e os municípios de Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás até a divisa com a porção sul do Distrito Federal.

O eixo rodoviário do complexo territorial Brasília-Goiânia possui o maior crescimento econômico e populacional, proporcionalmente, entre duas metrópoles Brasileiras (IBGE, 2006) em uma distância de apenas 200 km, caracterizando-se atualmente como um pólo de atração de investimentos nos setores secundários e terciários na Região Metropolitana de Goiânia, no Distrito Federal e em todos os municípios goianos que integram o entorno ou que sofrem influência direta deste eixo rodoviário.

MAPA 4 – Aglomerações metropolitanas com mais de um milhão de habitantes, 2000



Fonte: IBGE – Censo demográfico (2000).

Somando-se os contingentes populacionais dos municípios que integram este complexo territorial, chegam próximo a 6.500.000 habitantes o que corresponde ao terceiro maior aglomerado populacional do Brasil após São Paulo e Rio de Janeiro, segundo dados do IBGE.

A dinâmica econômica aliada às políticas de atração de capitais externos nacionais e estrangeiros realizadas pelos Governos do Distrito Federal e Goiás, explicam o crescimento populacional deste eixo, iniciado nos anos de 1960 com a construção de Brasília, que recebe imigrantes de todo Brasil.

Atualmente conta-se com arranjos institucionais de caráter regional como a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal - RIDE e da Região Metropolitana de Goiânia – RMG, que se constituem em *locus* institucional de promoção de políticas públicas. Esta ocupação territorial tem ocorrido fora de qualquer processo de planejamento que envolva dimensões ambientais, sociais e econômicas o que leva comprometer à preservação e utilização de seus recursos naturais.

A grande imigração verificada ao longo das últimas 3 décadas, tem trazido uma enorme demanda de consumo aliada à ocupação desordenada do solo, a busca de moradias, bem como por indústrias, comércios e prestação de serviços.

Verificam-se movimentos diferenciados de ocupação ao longo do eixo rodoviário, um constituído pela polarização de Goiânia e Brasília que geram processos de periferização em seus entornos e, o outro movimento de ocupação linear na BR-060 em fase de exploração econômica.

No processo de periferização, a ocupação é majoritariamente formada de famílias de baixa renda que não constam com as políticas públicas de gestão territorial para sua alocação e passam a ocupar lotes em parcelamentos clandestinos ou irregulares, normalmente distantes da região produtiva, ficando sujeitos a grandes deslocamentos de alto custo em seus pequenos salários e fatalmente ocuparão áreas impróprias ambientalmente.

A dinâmica demográfica tende a se configurar como um problema sócio-ambiental na medida em que as possibilidades concretas de oferta de emprego e de equipamento de consumo individual e coletivo não atingem a massa populacional que

imigra para estes centros urbanos, possibilitando um marcante descompasso entre o ritmo de crescimento populacional destas metrópoles e o ritmo de ampliação dos serviços por elas oferecidos.

Os problemas emergentes das relações que se estabeleceram entre o urbano e o rural tornaram-se o centro de preocupação dos órgãos de planejamento e das autoridades, posto que a questão ambiental associada à urbanização mereça atenção especial não somente por parte dos Poderes Públicos Federais (RIDE) e Estaduais (Goiás e Distrito Federal), mas também dos municípios e da população que integram este eixo rodoviário do Complexo Territorial Brasília - Goiânia.

Assim, o acelerado crescimento observado nas metrópoles brasileiras e, aí especificamente, nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia - RMG e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE mostra a necessidade de se elaborar estratégias que envolvam os municípios, não se limitando apenas ao ordenamento do crescimento da malha urbana, mas também das áreas rurais.

Estas estratégias deverão contribuir para minimizar os atritos e possibilitar uma melhor coordenação dos fatores responsáveis pelo crescimento urbano, como exemplo, as políticas de organização do espaço, que visam disciplinar o uso do solo nos municípios do eixo entre Brasília e Goiânia.

Uma melhor organização do espaço poderá contribuir para minimizar os conflitos advindos dessa ocupação desordenada no eixo entre Brasília e Goiânia, ou seja, ordenando de forma integrada, os fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico-sócio, levando-se sempre em conta a qualidade de vida da população e a preservação ecológica e ambiental.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

A Região do Entorno do Distrito Federal é composta por municípios pertencentes ao Estado de Goiás, mas que possuem grande influência e dependência do Distrito Federal em vários aspectos sócio-econômicos e conseqüentemente participam da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, conhecida como região do entorno de Brasília, objetiva, dentre outros, desenvolver estudos de desenvolvimento regional em diversas áreas e atualmente é integrada, além do Distrito Federal, mais 21 municípios, sendo 19 do Estado de Goiás, com destaque para municípios mais populosos (estimativas do IBGE para 2005) como Luziânia (180.227), Águas Lindas de Goiás (159.294), Valparaíso de Goiás (119.493), Formosa (90.247), Santo Antônio do Descoberto (74.867), Cidade Ocidental (47.499), Cristalina (39.867).



Mapa 5 - Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.
Fonte: SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás.

Contudo, ainda fazem parte às cidades com patrimônio histórico de relevância nacional e turístico como Pirenópolis e Corumbá de Goiás que representam um potencial turístico elevado atendendo a demanda de opções de lazer para os habitantes de Goiânia, Brasília, Anápolis e região.

A RIDE em Goiás totaliza 38.211,8 km², representando 11,2% do território goiano e conforme estimativas realizadas no âmbito desta pesquisa, com base nos indicadores de crescimento do IBGE para os municípios que integram esta região no Estado de Goiás são de aproximadamente 1.600.000 habitantes, o que significa um percentual de quase 19% da população de todo o Estado.

Participam da RIDE mais 02 municípios do Estado de Minas Gerais, localizados no extremo oeste mineiro e próximo à divisa com o Distrito Federal, as cidades de Unai e Buritis; em estudos recentes da própria RIDE com base na abrangência econômica da região, a ampliação com a participação do município de Vila Propício, em Goiás.

Do ponto de vista geográfico a região está inserida no Planalto Central Goiano que varia de 1.000 a 1.300 m de altitude, possui ainda um trecho do Planalto do Divisor São Francisco – Paranaíba, com altitudes próximas a 1.000 m e parte das Depressões do Rio Tocantins, regiões mais baixas que variam de 450 a 800 m e do Rio Paranaíba, variando de 650 a 700 m de altitude.

Trata-se de um local privilegiado em relação aos recursos hídricos, pois, possui de forma inédita no Brasil, um divisor de águas entre três bacias hidrográficas: Paranaíba (Prata), Tocantins (Amazônica) e São Francisco, tendo como principais rios o Corumbá, São Marcos, São Bartolomeu, Paranã, Paraim e Maranhão.

Os 16 municípios da RIDE que se encontram no Entorno imediato do Distrito Federal, apresentam algumas especificidades, quando comparado a outras regiões que circundam grandes cidades, abrigam população numerosa e contam com planos sobre a dinâmica ambiental e sócio-econômica da região.

De acordo com as estimativas do IBGE para 2007, a população estimada do Distrito Federal era de 2.455.903 habitantes, somada à dos municípios do Entorno com 1.643.729 habitantes, já correspondia a 4.099.632 pessoas, o que situa o conjunto acima

da população da Região Metropolitana de Salvador, ficando atrás apenas das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em relação à dinâmica populacional do Entorno, verifica-se que, a partir dos anos 1980, esta região passou a receber numerosa população de baixa renda cujo poder aquisitivo não permitiu custear os gastos relativos à habitação no Distrito Federal e o "transbordamento" acentuou-se, onde se constata que a população existente no Entorno era de 471.578 pessoas, enquanto o Distrito Federal contava com 1.596.274 habitantes, isto de acordo com o Censo de 1991.

As taxas de crescimento da população no período 1991-2000 revelam uma diminuição no ritmo de crescimento da população do Distrito Federal, com uma taxa de 2,81%, enquanto o Entorno apresenta uma aceleração na sua dinâmica populacional, com um índice mais elevado de 5,57%. Alguns municípios apresentaram uma taxa de crescimento anual acima de 12% como Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

Conforme o Censo Demográfico de 2000 verificaram-se algumas alterações na distribuição da população rural e urbana, com o predomínio da população urbana sobre a rural. O quadro atual indica que todos os municípios têm sua população vivendo predominantemente na área urbana.

Verificou-se, no que diz respeito à distribuição da população na área urbana, que os municípios de Abadiânia, Alexânia, Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto passaram a fazer parte do grupo de municípios com predomínio da população urbana sobre a rural, alterando as estatísticas do Censo de 1991.

O crescimento populacional que ocorre nos municípios do Entorno do Distrito Federal de forma desordenada, tem trazido inúmeros problemas para a administração das prefeituras municipais, do Estado de Goiás e para o Governo do Distrito Federal.

A falta de infra-estrutura e de serviços urbanos para atender às necessidades da população: habitação, saúde, educação, circulação, oferta de trabalho e lazer, encontram-se entre as principais demandas sociais.

Indubitavelmente estes municípios constituem-se em local de moradia para expressiva parcela da mão-de-obra que trabalha na Capital Federal. Os empregos que existiam na antiga organização sócio-econômica, caracterizada pelo predomínio de uma agropecuária tradicional e de baixa produtividade, foram substituídos por uma agricultura altamente modernizada, mas, não foi capaz de gerar empregos que absorvessem a mão-de-obra local e nem tampouco os municípios por razões financeiras ou técnicas, conseguiram implementar as infra-estruturas sociais e econômicas para atendimento das demandas sociais.

Brasília não exerce um domínio exclusivo sobre o Entorno, pois, mesmo sendo um centro de decisão política e para onde convergem mercadorias, população em busca de trabalho, bens e serviços, divide com Goiânia e Anápolis, as funções políticas, administrativas, prestação de serviços para o conjunto destes municípios e para o eixo rodoviário como um todo.

A forma de uso e ocupação do solo e expansão física do Distrito Federal, devido ao fato de possuir uma legislação considerada rígida, tende a expulsar seu "excedente" demográfico para o Entorno. São pessoas cuja renda não é compatível com o padrão de vida no Distrito Federal.

Outra pressão é exercida pela busca de terras para lazer e para negócios, observando-se cada vez mais freqüente, a compra de terras para a implantação de sítios e chácaras para servir de segunda moradia. Ocorrem assim numerosos deslocamentos de pessoas, nos fins-de-semana, para pontos turísticos do Entorno.

Nota-se um outro tipo de movimento, representado pela compra de terras nos municípios do Entorno, com fins de especulação imobiliária. Este é, sem dúvida, o maior problema encontrado nos dias atuais.

Esse processo acentuou-se nos anos 1990 e, juntamente com a fragmentação fundiária ocasionada pelos sitiantes e chacareiros do fim-de-semana, representam um importante fator na organização ou desorganização do espaço produtivo regional, já que áreas anteriormente utilizadas pela agropecuária ficam subutilizadas ou abandonadas, ocorrendo assim, desta forma, o êxodo rural e empobrecimento da economia nos municípios do entorno.

Região de Planejamento	1999				2003				2004			
	PIB	Agrop	Indúst	Serv	PIB	Agrop	Indúst	Serv	PIB	Agrop	Indúst	Servi
Metrop de Goiânia	38,80	5,10	42,62	44,24	31,03	3,96	29,32	41,70	31,37	3,95	29,39	41,67
Centro Goiano	9,97	6,99	9,74	10,19	9,34	6,20	10,72	9,15	8,82	6,07	9,81	8,95
Norte Goiano	5,69	8,34	7,10	4,44	5,71	7,79	6,75	4,31	5,78	7,93	6,75	4,22
Nordeste Goiano	1,48	2,48	0,95	1,65	1,89	2,80	1,78	1,74	1,96	3,05	1,71	1,82
Entorno de Brasília	8,55	8,42	6,87	10,38	9,19	9,91	7,61	10,94	9,28	8,90	8,01	11,25
Sudeste Goiano	5,39	8,40	6,11	4,33	7,46	8,86	8,07	5,92	8,25	9,29	9,04	6,21
Sul Goiano	9,05	12,75	11,12	7,15	9,94	12,19	12,16	7,77	9,82	12,54	12,11	7,70
Sudoeste Goiano	13,16	27,96	10,73	10,60	17,63	30,77	19,03	11,63	16,99	29,61	19,14	11,36
Oeste Goiano	5,90	15,03	3,43	5,11	5,85	13,35	3,41	4,97	5,90	14,56	3,07	5,00
Noroeste Goiano	2,02	4,53	1,32	1,90	1,95	4,16	1,15	1,87	1,84	4,11	0,96	1,81
Estado de Goiás	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 6 - Estrutura percentual do Produto Interno Bruto e atividades produtivas, segundo SEPLAN: Regiões de Planejamento – Goiás – 1999-04. Fonte: Seplan/Seplan – Gerência de Contas Regionais.

Inicialmente observa-se o surgimento de embriões de zonas industriais em Santo Antônio do Descoberto e de áreas residenciais, caracterizadas pela expansão de loteamentos de grande densidade de moradias, como em Luziânia e a frequente utilização do espaço por sítios e chácaras de lazer, alguns como locais de segunda residência para a população do Distrito Federal.

Existem alterações nos padrões de uso do espaço nas zonas rurais, verificando a expansão da agropecuária, com mudanças no sistema produtivo, especialmente ao longo dos principais eixos viários, inclusive a BR-060 que liga até as cidades de Anápolis e Goiânia.

Novas atividades econômicas são responsáveis por mudanças nos padrões de uso do espaço, convivendo com atritos devido à presença de estruturas consolidadas que se expressam na sobrevivência de áreas produtivas tradicionais na região.

A conexão intermunicipal no Entorno é muito forte entre os municípios de Abadiânia e Alexânia, onde os valores históricos e as atividades tradicionais se fazem presentes, pois, historicamente foram desmembrados de Corumbá de Goiás, e as vilas de Posse da Abadia, em Abadiânia, e Olhos d'Água, em Alexânia, foram testemunhas desse passado comum que, embora pouco preservado pelo poder público, mantêm-se vivo com manifestações culturais cultivadas pelas populações locais.

Santo Antônio do Descoberto, município criado a partir do desmembramento de Luziânia, não participa dessa vida de relações culturais, embora suas terras sejam contíguas às de Corumbá de Goiás e Alexânia. A atual sede de Santo Antônio do Descoberto sofreu um rápido processo de crescimento demográfico, via imigração, tornando-se, a partir do final da década de 1980, cidade-dormitório de Brasília.

Esse processo ocasionou um forte impacto na organização social deste município, que, atualmente, está intimamente voltado para as atividades sócio-econômicas do Distrito Federal.

Como já referido, os municípios do Entorno do Distrito Federal também têm evidentes relações de dependência política, administrativa e econômica com Goiânia, Anápolis que desempenham importante papel como fornecedora de serviços básicos, especialmente saúde e educação, constituindo-se também em ponto de convergência da produção agrícola regional, que é aí beneficiada e comercializada.

Especificamente, Anápolis divide com Brasília a influência na vida de relações dos municípios localizados na porção ocidental do Entorno, junto a BR-060, utilizando para escoamento da produção de leite e cereais, sendo que a população dos mesmos é consumidora dos serviços de saúde e educação oferecidos por Anápolis, causando inclusive um grande fluxo de veículos nesta rodovia.

As atividades econômicas relativas ao setor primário predominam no Entorno, especialmente a agropecuária, principal fonte de renda dos municípios que integram essa região. A modernização agrícola do Entorno vem ocorrendo a partir da década de 1970, com a introdução do cultivo de grãos, notadamente a soja, através da migração de produtores sulistas.

A produção deste setor está concentrada na lavoura de grãos, principalmente soja, milho, arroz e feijão e na pecuária de corte e leiteira. Verifica-se no Censo Agropecuário de 2000, a existência de um grande número de unidades de beneficiamento e transformação de alguns produtos, utilizando matéria-prima dessa pecuária, destacando-se as de queijo e requeijão, banha, carne, e couros e peles.

A atividade agroindustrial que incorpora alguns produtos da lavoura como a cana-de-açúcar e a mandioca fomentam a implantação de agroindústrias, como uma forma de expansão da economia do Entorno.

A lavoura tradicional é realizada por pequenos produtores, na totalidade dos municípios, sendo mais expressiva na porção oeste, notadamente em Abadiânia, Alexânia e Santo Antônio do Descoberto. Esta atividade tem sua produção destinada, inicialmente, à subsistência, embora apresente algum excedente, que é comercializado nas cidades, em feiras tradicionais, principalmente o arroz, feijão, milho, mandioca, além de hortaliças e frutas.

O setor secundário é menos expressivo, considerando que o esvaziamento de recursos humanos e financeiros drenados para o Distrito Federal acaba por se refletir sobre o desempenho deste segmento econômico. De qualquer forma, dependem de Brasília para efetivar a comercialização de sua produção, bem como dos bens industrializados que consomem.

Apesar destas dificuldades, a industrialização do Entorno vem sendo articulada através dos Governos do Distrito Federal e de Governo de Goiás, cujo objetivo principal é incrementar a instalação de agroindústrias na região. A nível municipal, o poder público vem priorizando esta atividade, destinando áreas e estimulando a criação de pólos industriais.

A extração de recursos minerais como areia lavada, argila, cascalho, pedra bruta, além de calcário, é intensa, pois, seus produtos são utilizados na construção civil e associados ao processo de expansão urbana do Distrito Federal e das próprias cidades do Entorno.

O comércio e os serviços se expandiram na última década de acordo com a demanda existente, apesar de que ainda, a população do Entorno vem sendo atendida pelo Distrito Federal devido aos preços mais baixos, a qualidade e a diversidade dos produtos, além do fato de a população desses municípios estarem ligados ao mercado de trabalho do Distrito Federal e, conseqüentemente, adquirirem de bens e serviços no local de trabalho.

As atividades produtivas ligadas a uma economia informal estão presentes em vários municípios do Entorno como a produção artesanal de doces, aguardentes, derivados do leite, bijuterias e tecelagem, além da extração de areia, pedras, cristais e a presença de olarias e cerâmicas.

3.4. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

A Região Metropolitana de Goiânia foi criada através da Lei Complementar 027, de 30 de Dezembro de 1999, com o objetivo de aperfeiçoar e atualizar as ações diante de um crescimento urbano sem planejamento verificado até então durante a gestão do AGLURG – Aglomerado Urbano de Goiânia, criado nos anos 1980, com o objetivo quase único de gestão do Transporte Coletivo na capital e municípios conurbados.

Inicialmente a Região Metropolitana de Goiânia era integrada por 11 municípios, centralizada na capital Goiânia, com destaque para municípios mais populosos (estimativas do IBGE para 2005) como Aparecida de Goiânia (435.323), Trindade (99.235), Senador Canedo (71.399) e municípios com população pequena, alguns considerados “cidades dormitórios” e que há 20 anos atrás eram apenas distritos como Abadia de Goiás, Aragoiânia, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis e Terezópolis de Goiás.

Hoje Goiânia conta com apenas um distrito municipal denominado Vila Rica que se situa ao norte do município junto à rodovia que liga Goiânia à Nerópolis, aglomerado urbano de condições precárias e sem infra-estrutura básica como esgoto e

drenagem, possuindo serviços de coleta de lixo, transporte coletivo, energia, água tratada, posto de saúde e escola de 1º grau.



Mapa 6 - Mapa da Região Metropolitana de Goiânia – Região de desenvolvimento Integrado de Goiânia. Fonte: SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás.

Dentro do Planejamento Regional determinado pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, criou-se outra figura territorial denominada Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, criada através da Lei Complementar 027, de 30 de Dezembro de 1999, e posteriormente alterada pela da Lei Complementar 048, de 09 de Dezembro de 2003.

Atualmente possui 20 municípios, os 13 municípios integrantes da Região Metropolitana de Goiânia e mais 07 municípios, Bonfinópolis, Brazabranes,

Caldazinha, Caturaí, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás que se enquadram como pequeno porte, tanto na população como na economia, e o município de Inhumas, com aproximadamente 50.000 habitantes que possui uma forte economia alicerçada na agroindústria.

Cidade	tc 99/2000	População 2000	tc (est) 2004/05	População 12/2007
01. Abadia de Goiás	6,40 %	4.971	3,96 %	5.868
02. Aparecida de Goiânia	7,37%	336.392	4,29 %	475.303
03. Aragoiânia	3,62 %	6.424	2,72 %	7.243
04. Bela Vista de Goiás	4,10 %	20.020	3,50 %	20.615
05. Goianápolis	4,46 %	10.671	3,14 %	11.159
06. Goiânia	1,94 %	1.093.007	1,66 %	1.244.645
07. Goianira	6,24 %	18.719	3,90 %	24.110
08. Guapo	4,10 %	14.080	3,50 %	13.586
09. Hidrolândia	2,77 %	13.086	2,21%	14.004
10. Nerópolis	4,10 %	18.578	2,96 %	19.392
11. Senador Canedo	9,36 %	53.105	4,87 %	70.559
12. Terezópolis	4,33 %	5.083	3,01 %	5.620
13. Trindade	4,92 %	81.457	3,36 %	97.491
TOTAL	-		-	2.013.488

Quadro 7 – Índices de crescimento da população da RMG. Fonte: CENSO 2000 e estimativas do autor conforme índices do IBGE.

Devido a sua localização, Goiânia assumiu o papel de entreposto de mercadorias aliado a um crescente desenvolvimento de seus setores especializados em saúde e educação. Configura-se como pólo regional de atração para onde converge intenso fluxo de pessoas e mercadorias provenientes das cidades situadas nas regiões do triângulo mineiro e noroeste de Minas Gerais, oeste da Bahia, sul dos Estados do Piauí, Maranhão e Pará, parte do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Segundo estimativas realizadas pela Prefeitura, a população economicamente ativa do município é de cerca de 400.000 pessoas. Destas, mais de 75% exerciam, em 1991, atividades no setor terciário, com destaque para a prestação de serviços, comércio, atividades sociais e administração pública.

As atividades industriais congregavam, então, 24,2% da PEA municipal e as atividades agropecuárias eram responsáveis por apenas 2,7% da referida PEA,

apresentando-se assim, pouco expressiva na absorção de mão-de-obra no conjunto do município.

Considerando-se os dados do Ministério do Trabalho para 2000 obtém-se a seguinte distribuição dos 284. 094 postos de trabalho do município: Serviços com 178. 436 (62,8%), Comércio com 44. 015 (15,5%), Indústria com 36. 536 (12,8%), Construção Civil com 19. 931 (7,01%), com Agropecuária 4.141 (1,50%) e outros com 1. 035 (0,40%).

Dentre as atividades do setor secundário, merecem destaque a indústria de construção civil e a de transformação, particularmente os setores de produtos alimentícios e de confecções e calçados.

O setor terciário que abriga a maior proporção da força de trabalho do município é caracterizado por atividades da administração pública, ligadas a condição de capital do Estado, às quais se somam as da administração municipal e de diversas agências de órgãos federais.

Goiânia constitui-se um pólo regional de serviços de médico-hospitalares, inclusive medicina especializada, assim como, de ensino superior. Nas atividades comerciais, polariza vários municípios do interior de Goiás e mesmo de outros Estados no que diz respeito ao abastecimento de insumos e de implementos para o setor agropecuário, assim como no comércio de vestuário e calçados.

De acordo com a SEPLAN-GO, as estratégias para o desenvolvimento sustentável da RMG estruturam-se nas dimensões: Geo-ambiental na conservação da natureza e proteção ambiental e ordenamento do espaço regional; Econômico-social na transformação produtiva e crescimento acelerado, capacitação de recursos humanos e equidade; Científico-tecnológica no avanço científico-tecnológico e inovação e Político-institucional na ação política, gestão e participação.

Assim a RMG, quando de sua criação, teve como premissa básica à busca de instrumentos de desenvolvimento, visando o crescimento sustentável e ordenado do território, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população e, após 6 anos, verifica-se que poucas ações vão ao encontro desta premissa, excetuando-se a área de transporte coletivo.

3.5. A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

A caracterização ambiental desta região dará suporte para definição de um reordenamento que contemple áreas em situação de risco ambiental, áreas de patrimônio natural ou histórico-cultural, áreas em equilíbrio dinâmico de modo a embasar o desenvolvimento regional.

O Potencial dos recursos naturais da região, seja o potencial mineral, o potencial agrícola das terras ou o potencial vegetal, servirá de análise para estabelecer bases sólidas para a tomada de decisões, o que conduz a um maior percentual de acertos nas medidas a serem adotadas. As comunidades envolvidas serão beneficiadas e aumenta a credibilidade daqueles que detêm o poder de decisão, favorecendo a sociedade como um todo.

Municípios	Área km ²	Indústria (2005)	PIB/pc (2003)	ICMS (2005)	Recursos Minerais	Bacia Hidrográfica
Abadiânia	1.044,159	29	44.575 3.632	701	Areia e Cromo	Rio Corumbá
Águas Lindas	191,198	49	246.013 1.758	2.187	Areia e Manganês	Rio Corumbá
Alexânia	847,891	37	148.131 6.897	22.268	Areia e Manganês	Rio Corumbá
Anápolis	918,375	716	2.143.809 7.085	199.116	Cromo, Gnaïsse, Micaxisto e Talco	Rio Meia Ponte
S. Antº Descoberto	938,309	33	123.857 1.861	2.097	Manganês e Tripolito	Rio Corumbá
Total / Média	3.939,932	864	2.706.385 4.873,72	226.369	Areia, Talco, Cromo, Manganês, Gnaïsse, Micaxisto e Tripolito	Rio Meia Ponte e Rio Corumbá

Quadro 8 - MICROREGIÃO: Anápolis e Entorno do Distrito Federal. Fonte: IBGE/2006 e SEPIN/SEPLAN-GO, 2000.

A região é composta de relevos de planalto, pequenas serras, chapadas e depressões. A tipologia do relevo predominante na região é a Savana ou Cerrado que perfaz aproximadamente 75% da área, ou seja, 30 mil km² seguindo-se áreas de tensão ecológica do tipo Floresta Estacional, com 25% do total ou 7 mil km².

As médias anuais de chuvas são bastante expressivas, variando de 1.300 a 2.000 mm. Entretanto, observa-se uma má distribuição das chuvas ao longo do ano, posto que a área se enquadre no clima tipo tropical Brasil Central (IBGE) ou denominado também de tropical sub-úmido e há duas estações, ou sejam, uma seca e outra chuvosa.

O início do período chuvoso ocorre por volta de outubro e se estende até abril, quando começa a se firmar o período seco, o qual se prolonga até setembro. De novembro a março observa-se o período de maior concentração de chuvas, mas é em janeiro em que se registram os maiores índices pluviométricos com cerca de 300 mm, apesar de que nos últimos anos estas regras naturais não estão sendo mantido devido às ações humanas.

As temperaturas médias anuais variam de 22 a 26°C e as mais baixas se encontram na parte central da área, próximo a Brasília. Para norte e para sul, ocorre um aumento gradativo das temperaturas. As médias mais elevadas se dão nos meses de setembro e outubro e variam de 25 a 26°C. As médias mais baixas se observam nos meses de junho e julho, quando caem para 18 a 21°C. Mesmo nesse período mais frio podem ocorrer temperaturas mais elevadas, de modo que as médias nem sempre são muito representativas.

A Região do Entorno do Distrito Federal é formada por municípios goianos e possui aproximadamente 37 mil km² onde, estima-se que 35 % de áreas são inadequadas ou provisoriamente não recomendáveis para uso de grande impacto como lavouras, pastagem intensiva e indústrias em geral devido aos relevos mais acidentados e solos frágeis.

De acordo com dados estatísticos do Governo de Goiás, as atividades agrícolas na região do Entorno do Distrito Federal destacam-se as áreas para culturas de ciclo curto, com 40% da área, ou seja, 14 mil km² da área total. Já as áreas destinadas às

culturas de ciclo longo, estão ocupadas em sua grande maioria com soja, milho, arroz, com aproximadamente 5% da área total com aproximadamente 2 mil km².

Parte da área desta região é utilizada para pastagem plantada no Entorno, estão em terras indicadas para culturas de ciclo curto ou em terras com vocação para pastagem natural. Há preocupação em conservar mais áreas para uso de pastagem natural no cerrado, e o ideal é que se revertesse o uso atual de plantio para que esta área de conservação equivalesse em pelo menos a 50% da área total, ou aproximadamente 18 mil km².

Em relação ao uso da terra na Região do Entorno do Distrito Federal, 45% da área, ou seja, 15 mil km² ainda se mantêm com vegetação primitiva, contra 55% 22 mil km² de área antropizadas. O uso mais comum é a pastagem que ocupa 30% das terras, aproximadamente 11 mil km², 19%, ou 7 mil km² se referem a atividades agropastoris, 6%, em torno de 2 mil e quinhentos km² são de agricultura propriamente dita e 1% ou sejam 500 km² decorrem de reflorestamentos.

A atividade de extração vegetal nesta região do Entorno do Distrito Federal, principalmente madeira, requer a reposição contínua da vegetação florestal que é um recurso renovável, desde que usado dentro dos limites de regeneração e crescimento natural e pode-se verificar na região que não está ocorrendo o reflorestamento e com isto a atividade corre o risco de deixar de existir, da mesma forma que é preciso um manejo adequado desse recurso natural principalmente considerando a fragilidade do ecossistema do Cerrado.



Fig. 2 – Vista da Represa do Rio Corumbá, junto a BR-060. Fonte: Acervo do Autor, 2006.

Grandes áreas do Cerrado são totalmente desmatadas, sem a preservação de matas ciliares, nascentes e topo dos morros, deixando os solos totalmente descobertos. Dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos de Goiás - SEMARH indicam a falta de reflorestamento adequado ao meio ambiente e à falta de extração de madeira de forma adequada ao meio ambiente nesta região formada por municípios goianos do entorno do Distrito Federal. A situação é agravada pela produção de carvão associada à extração vegetal, bem como à expansão da agricultura.

Encontra-se outra área preocupante relacionada a uma atividade tradicional em alguns municípios: o extrativismo mineral no Entorno, compreendendo a extração de pedras, argila, areia, cascalho e calcário, entre outros. Há necessidade de técnicas adequadas para a extração, no que diz respeito à segurança, aos equipamentos utilizados e ao meio-ambiente.

Um grande dano ambiental é a erosão do solo e das encostas de morros e serras. Muitas vezes estes rejeitos são lançados nos rios, sendo fonte de assoreamento e poluição das águas. Observa-se que, para manutenção da atividade de extração de minerais, devesse levar em conta a disponibilidade dos recursos e sua adequação com as demandas, bem como o uso de tecnologias adequadas, tendo em vista o seu esgotamento.

Ainda de acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás – SEMARH (2005), na bacia do rio Corumbá encontram-se as principais áreas de exploração de areia, especialmente no município de Abadiânia e devido ao Potencial agrícola das terras, evidencia-se vários tipos de uso sem uma fiscalização maior no sentido de preservação ambiental.

3.6. A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

A área da Região Metropolitana de Goiânia possui duas estações bem definidas, verão chuvoso, com máximas de 300 mm de chuva e inverno seco, com mínimas de 11 mm de chuva. O clima varia entre tropical sub-úmido e tropical úmido (IBGE) e as temperaturas oscilam na média anual de 21°C, sendo a média das máximas ocorre na

primavera com 26°C, no mês de outubro e a das mínimas no inverno, no mês de julho com 18°C.

O relevo da região mostra que 55%, em torno de 3 mil km², são áreas planas e suaves ondulados e 45% da área possui topografia acidentada, aproximadamente 2 mil e 700 km², indicando que há mais áreas planas com suporte para atividades agropastoris e para ocupação urbana, sem riscos naturais de desmoronamentos.

Conforme dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás – SEMARH (2006), a tipologia do solo para uso agrícola possui 55% da área total, de terras que podem ser aproveitadas com lavouras; 63% dos solos possuem baixa fertilidade natural e 51% é classificado como terras boas para mecanização e apenas 10% se enquadram nas classes Especiais e Boas para irrigação.

Municípios	Área km ²	População/ic (2006)	Indústria (2005)	PIB/pc (2003)	ICMS (2005)	Recursos Minerais	Bacia Hidrográfica
Aparecida	288,465	458.352 hab	917	1.365.023 3.416	119.628	Areia, Saibro e Micaxisto	Rio Meia Ponte
Goianápolis	162,380	13.306 hab	18	26.256 2.179	267	Argila	Rio Meia Ponte
Goiânia	739,492	1.223.825 hab	5.007	7.670.594 6.601	1.675.390	Água Mineral e Turmalina	Rio Meia Ponte
Senador Canedo	244,745	75.754 hab	70	904.503 13.961	681.885	Areia, Argila,	Rio Meia Ponte
Terezópolis	106,976	6.308 hab	5	16.831 2.941	312	Areia, Argila,	Rio Meia Ponte
Total / Média	1.542.058	1.777.545 hab	6.017	9.983.207 6.038	2.477.482	Água Mineral, Areia, Argila, Saibro, Micaxisto e Turmalina	Rio Meia Ponte

Quadro 9 – MICROREGIÃO: Região Metropolitana de Goiânia. Fonte: IBGE/2006 e SEPLAN-GO, 2006.

Em relação à vegetação natural, apenas 16% da área, ainda mantém a vegetação natural remanescente e/ou regenerada. Isto indica o desmatamento intensivo que se processou na região durante todo o processo de ocupação da RMG.

Mesmo contando com mais de 100 cursos d'água nesta região, o uso indevido dos mananciais, principalmente lançamento de esgotos, limitou a capacidade de abastecimento da Região Metropolitana de Goiânia em apenas 3 mananciais, quais sejam: o Rio Meia Ponte e os Ribeirões João Leite e Caldas. A situação complica-se mais ainda, quando estes rios cortam Goiânia, pois eles, e seus afluentes, passam a receber, além de esgotos domésticos, efluentes industriais e resíduos sólidos, comprometendo seriamente suas águas.

As situações de degradação ambiental mais críticas na Região Metropolitana de Goiânia estão relacionadas à poluição dos cursos d'água e lançamento de resíduos sólidos nos fundos de vale, o que compromete o lençol freático, promove o assoreamento dos cursos d'água e gera erosão progressiva das margens dos cursos d'água em função de ocupação indevida e/ou destruição das matas ciliares.

Aponta-se situação de degradação, mas em escala menor, em voçorocas por escoamento superficial, enxurradas e alagamentos devido à impermeabilização das superfícies e ao entupimento e/ou sub-dimensionamento das galerias pluviais, durante chuvas torrenciais, urbanização em áreas de planície fluvial sujeita a inundações periódicas e rebaixamento do nível do lençol freático pela utilização intensiva de cisternas e poços rasos.

O uso agropecuário tem gerado perda de solo por erosões e voçorocas; contaminação do solo e das águas superficiais por pesticidas e adubos; destruição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente; assoreamento dos cursos d'água e; descaracterização dos cerrados e das matas-de-galerias pela queima, pastagem e exploração de lenha.

A atividade de mineração tem provocado impactos em escala menor, em função de modificações do perfil do relevo e da dinâmica fluvial nas áreas de extração de argila, areia e cascalho, entretanto é relevante a poluição atmosférica e sonora junto às pedreiras e bem como a destruição da cobertura vegetal.

Diante destes dados, destacam-se como áreas críticas em relação à degradação ambiental em áreas urbanas na Região Metropolitana de Goiânia, os cursos d'água, as áreas de extração mineral como areia, cascalho e argila, os lixões e entulho em voçorocas e os aterros oficiais que não dispõem do controle exigido na legislação.

Em estado de alerta ambiental, encontram-se principalmente as bacias de captação de água para abastecimento urbano, onde existem áreas de conflito entre a preservação ambiental e ocupação e expansão urbana, e entre a mineração em áreas aluviais de inundação periódica. As atividades agrícolas desenvolvidas nessas bacias também contribuem para este grau crítico na preservação ambiental.



Fig. 3 - Chácara Mangueiras (1992) com 5,00 ha em Goiânia e a João de Barro (1999) com 2,90 ha em Santo Antônio do Descoberto na RMG. Fonte: SEMARH, 2004.

A contaminação dos mananciais por resíduos de agrotóxicos que caem diretamente nas águas pela aplicação descuidada, ou então são levados pela erosão dos campos de cultivo, é uma realidade nas áreas dedicadas à olericultura e, em especial, à cultura do tomate. Estas situações ocorrem principalmente, nos municípios de Terezópolis de Goiás, Goianópolis e Bonfinópolis.

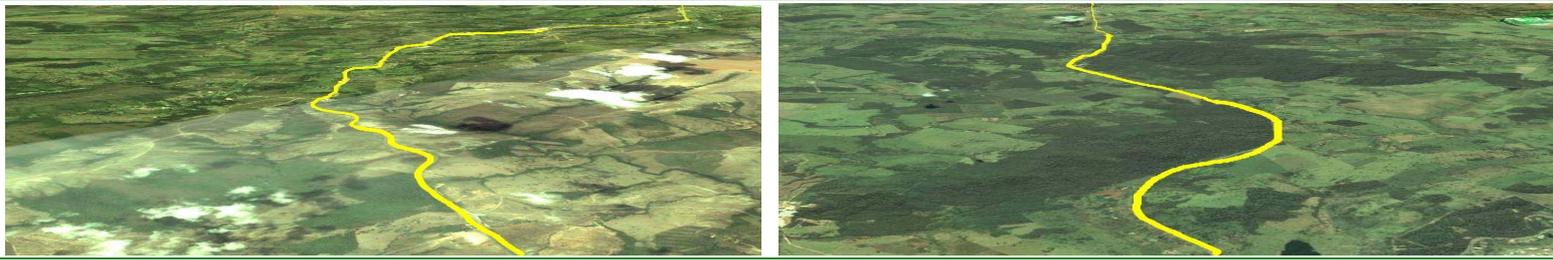
Provavelmente o abastecimento de água nesta região seja o maior problema a ser resolvido, pois, a preservação dos mananciais que abastecem parte do município de Goiânia é deficiente, já que a proteção do ribeirão João Leite, em Anápolis é insuficiente para fazer frente às pressões antrópicas, e à montante da captação há ocupação acentuada de suas margens, além do despejo de dejetos industriais próximo às nascentes, na região periférica sul da cidade de Anápolis.

Conforme informações da SANEAGO, o serviço de abastecimento de d'água tratada é prestado a quase toda a população urbana do município de Goiânia, estendendo-se sem solução de continuidade para a área conurbada no município de Aparecida de Goiânia.

Tal serviço foi possível com a ampliação da estação de tratamento de água de Goiânia e o aproveitamento do rio Meia Ponte a montante da cidade. Para uma futura ampliação do sistema de abastecimento de água de Goiânia, a SANEAGO prevê a construção de uma nova captação no ribeirão João Leite a montante da atual.

Segundo a SANEAGO, ainda a possibilidade de aproveitamento do ribeirão Caldas que tem seus cursos posicionados a leste, no município de Senador Canedo. Entretanto, a dinâmica de ocupação não é acompanhada pelos serviços urbanos, mesmo com a ampliação da rede de distribuição de água tratada e alguns bairros periféricos ainda ficaram sem a prestação desse serviço e continuaram a utilizar-se do lençol freático, por meio de poços.

A metodologia adotada no próximo capítulo pretende relacionar as potencialidades existentes e fazer um contra ponto com as fragilidades. Para iniciar esta comparação entre as potencialidades e fragilidades, é importante apresentar um quadro geral com informação sobre a base sócio-econômica.



CAPÍTULO IV
**POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES SÓCIO-
ECONÔMICO E AMBIENTAIS DO ESPAÇO
TERRITORIAL DO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA**

Desde o início dos anos 1980, o Entorno foi alvo de preocupações por parte de órgãos oficiais de planejamento que elaboraram muitos planos e programas tendo em vista, principalmente, a necessidade de controle da área adjacente ao Distrito Federal.

Inicialmente, voltados para a questão de geração de empregos e contenção do fluxo migratório em direção a Brasília, estes planos foram ampliados para programas de desenvolvimento econômico e social, objetivando-se a redução das desigualdades intra-regionais, até serem repensados e concebidos dentro dos princípios da sustentabilidade.

A abrangência das áreas destes planos veio se alterando, já que inicialmente foram elaborados para uma área mais ampla, que compreende um maior número de municípios e conhecida como Região Geo-Econômica de Brasília. Com o tempo, os programas foram limitando sua abrangência em termos espaciais, até se resumirem aos municípios adjacentes ao Distrito Federal.

4.1 AÇÕES GOVERNAMENTAIS DESENVOLVIDAS NA DIMENSÃO ECONÔMICA

No que tange aos órgãos responsáveis, verificou-se, ao longo dos anos de 1960 até 1980 que, os projetos tinham à frente o Governo Federal, passando nos anos de 1990, a serem concebidos juntamente com os Governos dos Estados de Goiás, do Distrito Federal e, em menor proporção, com Minas Gerais.

A participação dos municípios por meio da Associação dos Municípios Adjacentes de Brasília - AMAB, na parceria dos Programas Federais assinados com os Governos Estaduais, revela que grande parte do que foi proposto não foi implementado. Os problemas de acesso a terra, da pequena produção e do abastecimento alimentar não foram solucionados, gerando, em consequência, uma aceleração do fluxo migratório para Brasília, um empobrecimento e esvaziamento das áreas rurais.

Outra ação verificada neste sentido foi à criação da Secretaria do Entorno do Distrito Federal, ligada aos Governos de Goiás e do Distrito Federal, com forte apoio das lideranças locais articuladas pela AMAB. A criação desta secretaria deveu-se a um

momento político particularmente favorável ao Entorno, quando políticos locais ascenderam ao contexto nacional articulados à esfera político-administrativa do Estado de Goiás e do Distrito Federal.



Fig. 4 – Imagem de Satélite da região que se encontra o Eixo Rodoviário do Complexo Territorial Brasília-Goiânia; no detalhe a BR-060 em vermelho. Fonte: SEPLAN-GO, 2006.

Entretanto, esta Secretaria parece que não teve força suficiente uma vez que cedo foi extinta. Não resta dúvida que a AMAB é uma outra forma de articulação de recursos para a solução dos graves problemas do Entorno. Criada nos anos de 1990 em que os prefeitos compunham uma frente oposicionista, a AMAB se constituiu, inicialmente, numa associação onde havia coesão, grande empenho por parte de prefeitos e os resultados, que com certeza não vieram a contento.

4.2. PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL E DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Para apresentar as principais potencialidades e fragilidades sócio-econômico-ambientais dos municípios do Entorno do Distrito Federal e da Região Metropolitana de Goiânia, optou-se por um quadro comparativo entre estas duas regiões, que inclusive em vários pontos são semelhantes, apontando o mais relevante em diversas áreas de atividades, ou seja:

Área de atividade	Potencialidades e Fragilidades	Entorno do Distrito Federal	Região Metropolitana de Goiânia
Capacidade Institucional	Potencialidade	Existência da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE.	Existência da Região Metropolitana de Goiânia - RMG.
	Fragilidade	Dificuldades de implementação do planejamento na região ou mesmo em políticas locais. Deficiente capacidade institucional dos recursos humanos e tecnológicos.	Resistência à criação de um instituto de pesquisa e planejamento para o município de Goiânia ou para a região metropolitana. Políticas metropolitanas exclusiva apenas para a área de transporte coletivo. Deficiente capacidade institucional dos recursos humanos e tecnológicos.
Agropecuária	Potencialidade	Previsão de investimentos em ações sustentáveis e na modernização da agropecuária	Atendimento à legislação ambiental aliada à investimentos na agroindústria.
	Fragilidade	A precariedade nas instalações produtivas agropecuárias, causando danos ao meio-ambiente.	Fiscalização precária e pouco investimento em educação ambiental para a agropecuária
Emprego e renda	Potencialidade	Grande contingente de mão-de-obra.	Grande contingente de mão-de-obra.
	Fragilidade	Inexistência de emprego nos locais de moradia.	Inexistência de emprego nos locais de moradia.

Habitação	Potencialidade	Construção de novas unidades habitacionais para baixa renda.	Construção de novas unidades habitacionais para baixa renda.
	Fragilidade	Ainda é precário devido à demanda reprimida em função do crescimento acelerado da população.	Ainda é precário devido à demanda reprimida em função do crescimento acelerado da população.
Industrialização	Potencialidade	Política Distrital de atração de novas indústrias e grande expectativa quanto à industrialização.	Ampliação de investimentos financeiros nacionais e internacionais em atividades industriais
	Fragilidade	Falta de recursos financeiros, infra-estrutura física e uma legislação que possa atender adequadamente o uso e ocupação do solo.	Falta de mão-de-obra especializada.
Infra-estrutura básica	Potencialidade	Investimentos em infra-estrutura básica como rede de água tratada, rede de esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfalto e iluminação pública.	Investimentos em infra-estrutura básica como rede de água tratada, rede de esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfalto e iluminação pública.
	Fragilidade	Ainda é precário devido a demanda reprimida em função do crescimento acelerado da população local.	Ainda é precário devido a demanda reprimida em função do crescimento acelerado da população local.
Infra-estrutura física	Potencialidade	Fortalecimento na educação, saúde e assistência social, com novos edifícios.	Fortalecimento na educação, saúde e assistência social, com novos edifícios.
	Fragilidade	Ainda é precário devido a demanda reprimida em função do crescimento acelerado da população local.	Ainda é precário devido a demanda reprimida em função do crescimento acelerado da população local.
Parcelamentos	Potencialidade	Existência de glebas e lotes vagos em zona urbanizada.	Existência de 450.000 lotes vagos em zona urbanizada.
	Fragilidade	Muitos parcelamentos irregulares e fragilidade da legislação urbanística e sua fiscalização devida.	Ineficiência da gestão territorial em decorrência da ausência de planejamento e à fragilidade da legislação urbanística que norteia o uso do espaço.
Proteção ambiental	Potencialidade	Existência de Legislação e investimentos na educação ambiental e fiscalização.	Disponibilidade de água de qualidade para as futuras gerações, principalmente da Bacia do Ribeirão João Leite.
	Fragilidade	Desmatamento do Cerrado para dar lugar à cultura de grãos à presença de solos expostos que leva à erosão, voçorocas, diminuição da fauna e flora e contaminação das águas dos rios e lagoas por agrotóxicos e do assoreamento dos rios.	Desmatamento e a visível presença de solos expostos que leva à erosão, voçorocas, diminuição da fauna e flora e contaminação das águas dos rios.

Saúde	Potencialidade	Construção de novos edifícios para atender a demanda da saúde pública.	Criação dos Hospitais de Urgências Regionais em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Anápolis.
	Fragilidade	Deslocamento do usuário local para o Distrito Federal, Anápolis e Goiânia, sobrecarregando a rede pública do Distrito Federal.	Demanda inviável à rede pública do Estado de Goiás e é ampliada com os constantes deslocamentos de pacientes do interior do Estado de Goiás e até de outros estados vizinhos.
Transporte	Potencialidade	Investimentos em novas frotas de ônibus mais seguros e confortáveis.	Investimentos em novas frotas de ônibus mais seguros e confortáveis.
	Fragilidade	Os preços das passagens são elevados, o excesso no número de passageiros em trânsito, falta de segurança e conforto para a população.	Milhares de deslocamentos diários para Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, agravando as condições precárias do transporte coletivo
Turismo	Potencialidade	Grande potencial turístico ambiental e de patrimônio histórico e cultural.	Grande potencial turístico ambiental e de patrimônio histórico e cultural.
	Fragilidade	Atividade precária pela falta de infra-estrutura adequada nos espaços de lazer	Falta de mão-de-obra especializada.

Quadro 10 – Potencialidades e Fragilidades da RIDE e da RMG. (Fonte: SEPLAN-GO, 2006)

Verifica-se neste quadro que as potencialidades para conjunto de municípios do Entorno do Distrito Federal estão na oferta de unidades habitacionais para a população de baixa renda, na ação conjunta entre os governos do Estado de Goiás e Federal para investimentos em infra-estrutura básica como rede de água tratada, de esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfalto, iluminação pública e a instalação de edifícios para atender a infra-estrutura física na educação, saúde assistência social.

Já as fragilidades do Entorno do Distrito Federal são identificadas em maior número, principalmente na falta de recursos financeiros, infra-estrutura física e legislação para industrialização, na ineficiência na exploração financeira e turística do potencial de recursos naturais e patrimônio histórico-cultural, constituindo em fonte de agressão ao meio-ambiente e fator de limitação para a sua expansão e desenvolvimento.

Ainda são fragilidades, a precariedade nas instalações produtivas agropecuárias, causando danos ao meio-ambiente, evidenciados pela poluição e assoreamento de rios e a erosão de solos. Na saúde, a população do Entorno desloca-se para o Distrito Federal,

Anápolis e Goiânia, sobrecarregando a rede pública e os deslocamentos para outros centros mais distantes agrava, ainda mais, o estado de saúde dos pacientes.

Verifica-se ainda que a oferta de moradias é menor que a demanda por habitação, agravando-se pela falta de recursos para adquirir a casa própria, causando o aparecimento de parcelamentos irregulares, associada ao custo elevado da terra e à fragilidade da legislação urbanística e sua fiscalização devida. A inexistência de emprego nos locais de moradia acarreta deslocamentos diários para Brasília, de grande contingente populacional.

O transporte coletivo ineficiente, com preços das passagens elevados, e excesso no número de passageiros em trânsito, falta de segurança e conforto para a população, cria uma situação caótica do transporte coletivo no Entorno do Distrito Federal.

A utilização de terras em extensas áreas contínuas de Cerrado de forma insustentável, onde são totalmente desmatadas para dar lugar à cultura de grãos, especialmente à soja, ocasiona a presença de solos expostos que leva à erosão, voçorocas, diminuição da fauna e flora e contaminação das águas dos rios e lagoas por agrotóxicos e do assoreamento dos rios.

Já na Região Metropolitana de Goiânia, as potencialidades mais relevantes são os investimentos financeiros em atividades industriais, na disponibilização de infraestrutura física da saúde, educação pública e privada, do comércio, de prestação de serviços e de água de qualidade para as futuras gerações, principalmente da Bacia do Ribeirão João Leite, protegido pelo Parque Estadual Altamiro Pacheco.

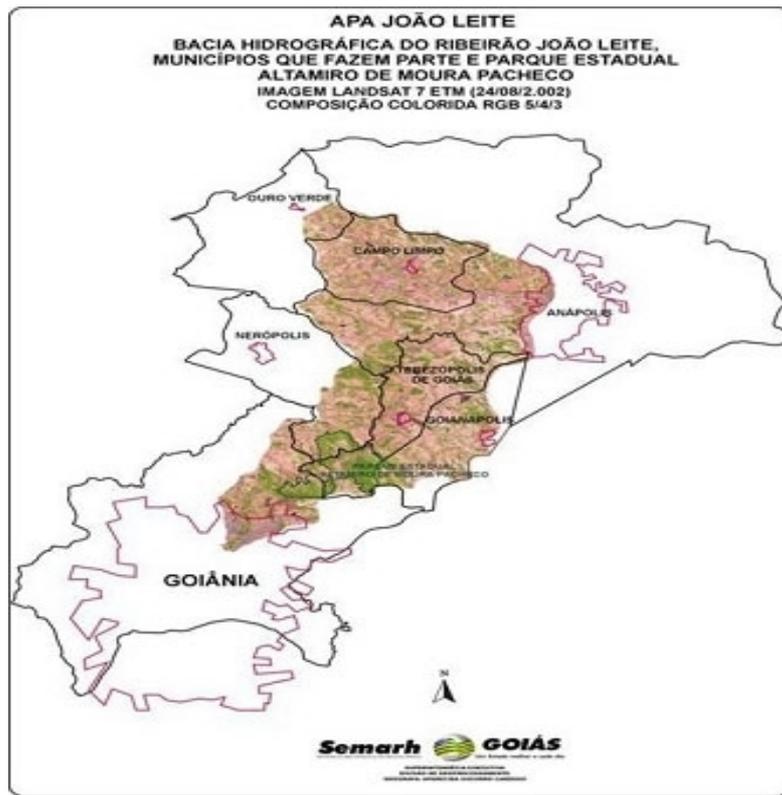


Fig. 5 – APA do Ribeirão João Leite. Fonte: SEMARH, Imagem Landsat, 2002.

Já as fragilidades na Região Metropolitana de Goiânia encontram-se associadas à resistência à criação de um instituto de pesquisa e planejamento para o município de Goiânia ou mesmo para a região metropolitana que articule com os diferentes centros de pesquisa existentes nas universidades desta região e as ações de planejamento não encontram continuidade entre os diferentes governos municipais e que não contam com corpo técnico qualificado de planejamento e gestão.

Ainda como fragilidades, a ineficiência da gestão territorial em decorrência da ausência de planejamento e à fragilidade da legislação urbanística. Na área da saúde, apesar de contar com Hospitais de Urgências – HU em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Anápolis, o demanda tem sobrecarregado a rede pública do Estado de Goiás e é ampliada com os constantes deslocamentos de pacientes que se deslocam do interior do Estado de Goiás e até de outros estados vizinhos.

Finalizando, a oferta de moradias é pequena em relação à demanda por habitação no Estado de Goiás e a população de baixa renda é levada a residir em invasões ou em parcelamentos clandestinos ou irregulares, devido à fragilidade de fiscalização da legislação urbanística. A pequena oferta de empregos nas pequenas cidades da Região

Metropolitana de Goiânia, leva aos deslocamentos diários para Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, agravando as condições precárias do transporte coletivo.

4.3. PRINCIPAIS VETORES DE PRESSÃO ANTRÓPICA NO EIXO

Os principais vetores de pressão antrópica, como não poderiam deixar de ser, são as áreas que se encontram preservadas, sejam de matas ou de cerrado, em sua maioria são de particulares, e ainda existem as Unidades de Conservação próximas ao eixo rodoviário do complexo territorial Brasília-Goiânia e que objetivam a preservação de regiões de relevante interesse natural ou científico, com importantes características arqueológicas, biológicas, ecológicas e paisagísticas.

Em suma essas áreas são espaços públicos ou privados, geralmente grandes extensões de terras, e disciplinam o processo de ocupação, de proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, e as medidas de restrição do uso do solo ali adotadas visam assegurar o bem-estar das populações que vivem em derredor e procuram conciliar as ações humanas com a preservação da vida silvestre e dos recursos naturais, promovendo uma melhoria na qualidade de vida.

A região do eixo rodoviário do complexo territorial Brasília-Goiânia dentro do Estado de Goiás e no âmbito federal não existe nenhuma Unidade de Proteção Integral, mas das 5 Unidades de Uso Sustentável, uma delas a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto, criada em 07/11/1983 através do Decreto 88.940, abrange Águas Lindas de Goiás e Padre Bernardo e possui uma área de 35.588,00 ha.

Analisando o âmbito estadual, das 9 Unidades de Proteção Integral existentes em Goiás, apenas o Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco se encontra neste eixo, criado pela Lei 11.878 de 30/12/1992, abrangendo uma área de 3.183,00 ha distribuídos nos Municípios de Goiânia, Goianápolis, Terezópolis de Goiás e Nerópolis.

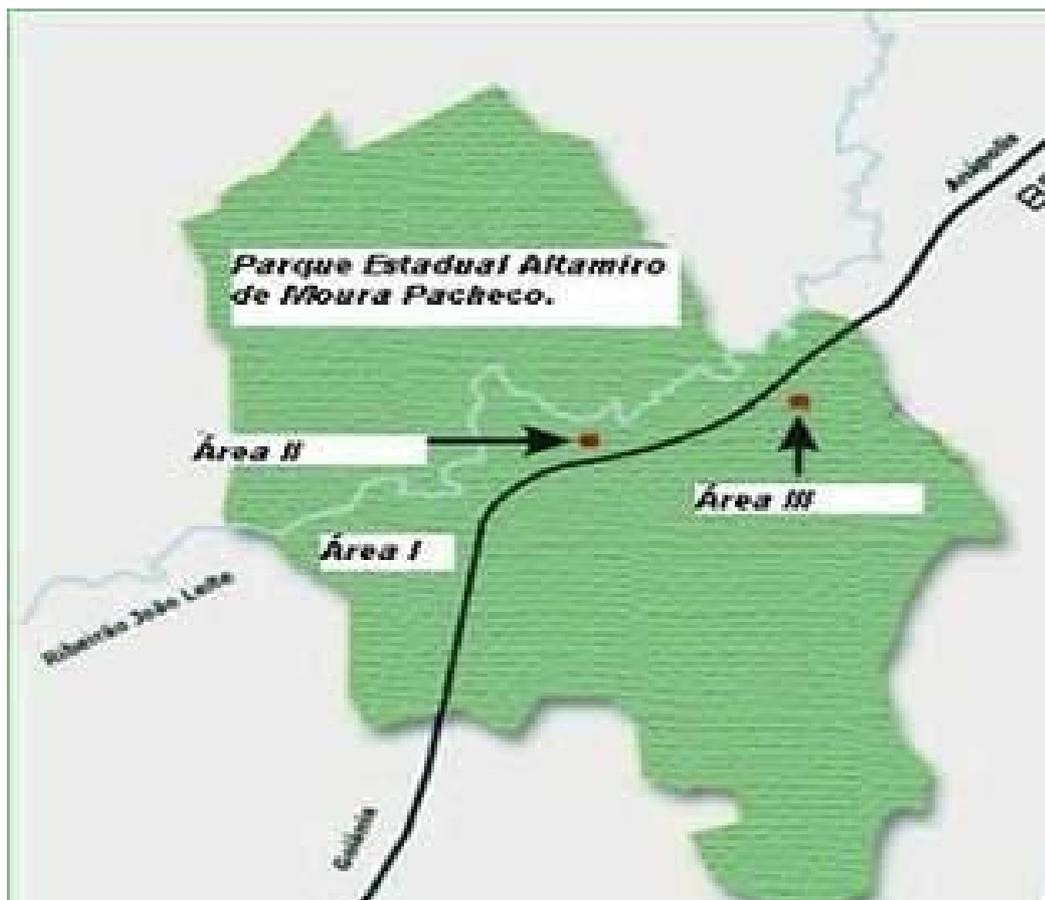


Fig. 6 – Parque Altamiro de Moura Pacheco, com detalhe da passagem da BR-060.
Fonte: SEMARH, 2006

Observa-se que das 10 Unidades de Uso Sustentável em Goiás, também apenas uma delas se encontra no eixo Brasília-Goiânia que é a Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite, criada somente em 27/12/2002 através do Decreto 5.704 e abrange os Municípios de Goiânia, Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Anápolis, Campo Limpo e Ouro Verde de Goiás.

No âmbito municipal, existem 16 Unidades de Proteção Integral e encontram-se nos municípios que fazem parte do eixo rodoviário Brasília-Goiânia, 7 parques municipais. Com 6 Unidades de Proteção Integral, Goiânia possui os Parques Municipais do Jardim Botânico com 100 ha (1938), do Botafogo com 17,20 ha (1938), do Bosque dos Buritis com 14,10 ha (1938), do Areião com 16,50 ha (1938) Carmo Bernardes com 60,00 ha (1990) e o do Vaca Brava com 7,70 ha (1991). Em Aparecida de Goiânia existe o Parque Municipal Serra da Areia com 2.890,00 ha e criado em 1.999.

Têm-se ainda em âmbito municipal, 39 Unidades de Uso Sustentável através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN e na área do eixo Brasília-Goiânia, existem 5 RPPN: a Fazenda Santa Branca (2000) com 36,26 ha em Terezópolis de Goiás, a Fazenda Bom Sucesso (2001) com 14,11 ha em Goianápolis, a Banana Menina (1999) com 13,22 ha em Hidrolândia, Chácara Mangueiras (1992) com 5,00 ha em Goiânia e a João de Barro (1999) com 2,90 ha em Santo Antônio do Descoberto.

4.4. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO EIXO

Objetivando a preservação das pequenas áreas remanescentes da vegetação natural, é preciso desestimular novos desmatamentos e priorizar as atuais Unidades de Conservação, como áreas de preservação permanente e estimular os programas de recuperação das matas ciliares.

As atividades extrativas de mineração em sua maioria necessitam de regulamentação, afim de que se possa exercer fiscalização e cumprimento das questões relativas à recuperação do meio ambiente, e também recolher os tributos, conforme a legislação.

Finalizando, as ações principais devem priorizar as questões de Saneamento Básico, as ações de reordenamento territorial que venham a serem implantadas, conservação e otimização na utilização dos recursos naturais e minimizar custos com medidas corretivas de impactos ambientais.

Almejando resguardar os mananciais de captação d'água para abastecimento urbano, devem-se criar as Unidades de Conservação, dessas bacias ou de parte delas.

Ressalta-se que não são apenas as áreas onde vivem as populações de baixa renda, aquelas onde incidem os problemas ambientais graves e que concorrem para a má qualidade de vida. As áreas onde estão se expandindo atividades agrícolas modernas com emprego de mecanização, fertilizantes químicos e agrotóxicos, são, também, responsáveis por problemas ecológicos e sociais de alta gravidade. Pode-se inicialmente regionalizar essa questão onde evidenciasse três grupos de municípios.

Com base nos índices de IDH, PIB e arrecadação de ICMS, pode definir aqueles com pouco problema e menor gravidade: Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, os quais podem ser considerados com baixo grau de comprometimento da qualidade de vida,; aqueles com um número elevado de problemas graves: Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Abadiânia e Alexânia, e os municípios considerados com moderado grau de comprometimento da qualidade de vida: Senador Canedo, Goianópolis e Terezópolis de Goiás.

Diante desta situação existente com uma média baixa na qualidade de vida, o maior ônus dos problemas do Entorno recaem, sobretudo, nas mãos do Governo de Goiás e das Prefeituras Municipais. Com a crise econômica e o aprofundamento da recessão, a falta de recurso tem permeado todos os órgãos de administração pública estadual, incapaz de responder às demandas necessárias.

Unindo-se todas estas dificuldades a uma situação desconfortável, os municípios com recursos escassos, buscam solucionar problemas que não estão na sua área de competência, especialmente no setor de educação, apoiando, com recursos municipais, escolas estaduais.

Tanto os municípios goianos ao longo da BR-060 como do Entorno, possuem um número elevado de problemas interconectados e interdependentes, formando um conjunto sócio-espacial altamente degradado, em que a qualidade de vida da população se apresenta bastante comprometida.

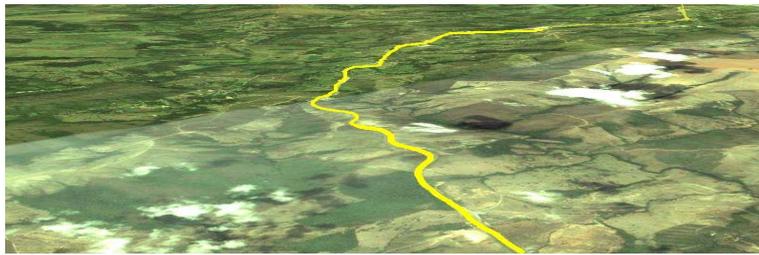
Não obstante dos resultados das experiências vividas pelo planejamento regional, com de seus planos e programas, avaliando seus objetivos, instrumentos e resultados, será necessário integrá-los às novas propostas de planejamento associadas aos anseios da sociedade organizada para, então, se mergulhar numa nova prática com o objetivo de alcançar melhores resultados para a população local.

Atualmente um grande número de soluções dos problemas relacionados às necessidades de saúde, educação, assistência técnica rural e segurança pública, tanto na Região Metropolitana de Goiânia como no Entorno do Distrito Federal, é realizado por meio de convênios estabelecidos entre o Governo Federal e são assumidos pelas

prefeituras municipais e, apesar das dificuldades financeiras encontradas, as soluções locais tem correspondido com os anseios da população.

A gravidade e a dimensão dos problemas tanto na Região Metropolitana de Goiânia como do Entorno do Distrito Federal devem ser compreendidos globalmente, devendo-se ousar ultrapassar os limites possíveis de um trabalho articulado, já que a complexidade dos problemas vem exigindo soluções integrais, não convencionais, inéditas que superem as fronteiras político-administrativas, buscando-se novas definições, inclusive jurídicas, de integração de unidades administrativas.

O ciclo de tentativas isoladas deve ser encerrado, caso contrário esta região continuará abandonada já que é desprezada pelo Estado de Goiás, por considerar que os problemas existentes são resultantes dos processos em curso do Distrito Federal. Desta mesma forma, é tratada pelo Governo do Distrito Federal, que considera que os problemas dos municípios goianos são de competência do Estado de Goiás que concentra a maioria dos investimentos na Região Metropolitana de Goiânia.



CAPÍTULO V

ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA

Alexânia se encontra no eixo rodoviário entre Goiânia e Brasília, mas distante da importância político-administrativa das duas metrópoles o que lhe confere uma situação de pequena visibilidade e conseqüentemente vulnerabilidade as pressões de grandes investimentos econômicos.

Assim, a escolha do município de Alexânia para o estudo de caso baseou-se na sua atração de grandes investimentos econômicos, como a instalação de empreendimentos indústrias e comerciais de grande e médio porte, principalmente às margens da BR-060.

Chegou-se a conclusão que as pressões, apesar de existirem nos demais municípios do eixo em Alexânia elas encontram um maior fragilidade institucional do poder local e menor controle social. O que ocorre é que neste município não existem mobilização da população ou dos poderes públicos e da sociedade e acaba ficando isolado de discussões maiores no âmbito regional, diferentemente dos outros municípios das regiões metropolitanas.

Diante deste fato, acredita-se que é importante uma caracterização ao nível municipal nesta cidade, buscando especificidades, sem, entretanto perder a visão geral da região. A existência de diferentes formas de inserção de Alexânia no contexto regional, de atividades econômicas diversas, que nela são desenvolvidas, deve ficar bem clara para que possa haver um planejamento municipal em consonância com o regional.

5.1 O MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA

O Município de Alexânia ocupa uma área aproximada de 847,891 km². É limítrofe na porção norte e noroeste ao município de Corumbá de Goiás, a sudoeste ao município de Abadiânia, ao sul Luziânia e a sudeste, leste e nordeste com o município de Santo Antonio do Descoberto. O município é cortado em sua porção central pela BR-060, que liga Brasília a Anápolis e Goiânia.

O município de Alexânia pertence à Mesorregião do leste goiano, onde se insere na Microrregião Geográfica do Entorno do Distrito Federal, juntamente com os municípios de Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Abadiânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Vila Boa, Valparaíso de Goiás e Santo Antonio do Descoberto.

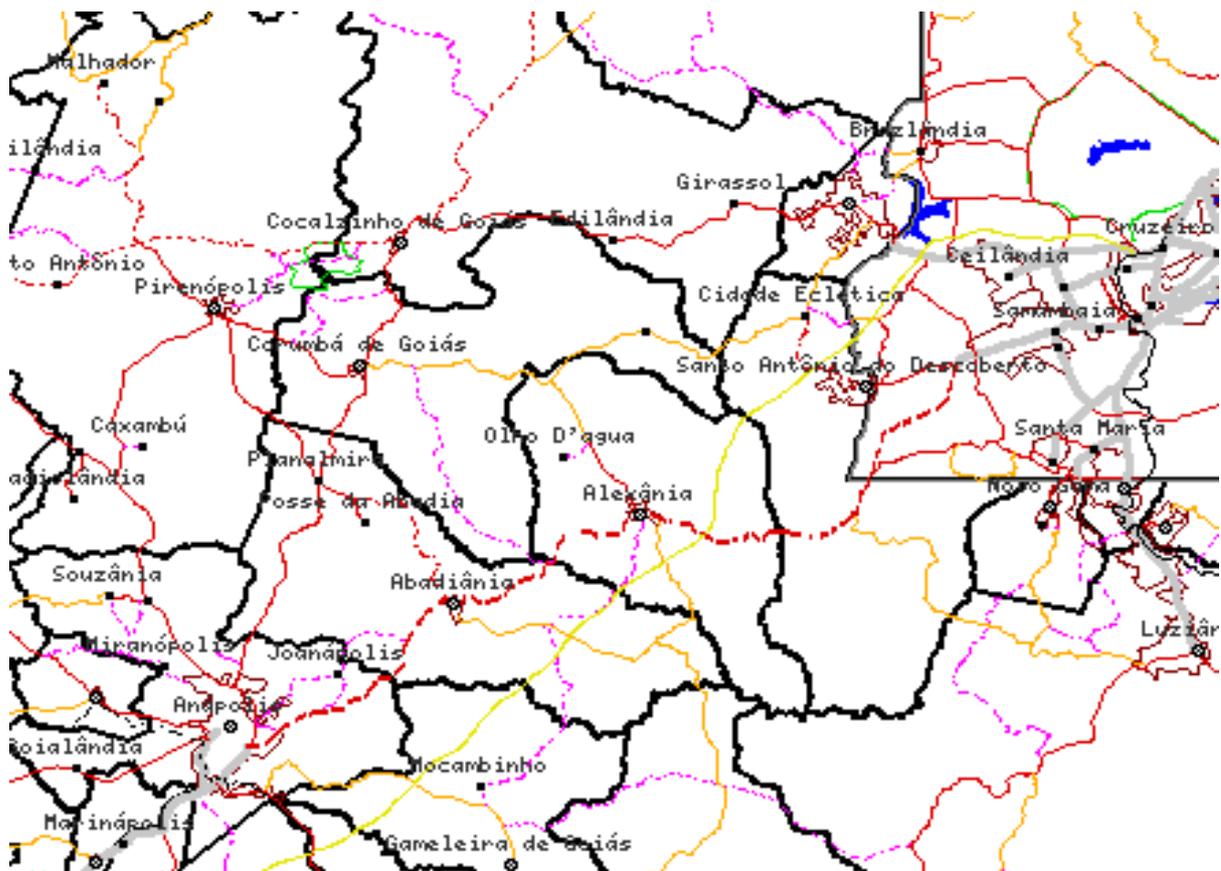


Fig. 7 - Mapa situacional do Município de Alexânia. Fonte: SEPLAN-GO, 2006.

5.1.1 Histórico do Município de Alexânia

A ocupação do território, que corresponde atualmente ao município de Alexânia, tem suas raízes por volta do ano de 1939 na região de Olhos D'Água, onde alguns fazendeiros da região construíram uma capela. (Fig. 7) Assim, famílias foram chegando e formando o povoado que posteriormente passou à condição de Distrito de Corumbá de Goiás.



Fig. 8 - Centro histórico e Alameda em Olhos D'Água. Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

O modelo arquitetônico das casas sofreu a influência de mestres de construção oriundos de Corumbá de Goiás, que conservaram as mesmas características das antigas casas da região, dando a impressão de ser, Olhos D'Água, mais antiga do que aparenta. Os materiais usados eram o adobe, madeiras do cerrado e telhas de barro fabricadas pelos próprios habitantes.

A ocupação do centro-oeste incentivada por programas de desenvolvimento do governo federal foi determinante para as profundas mudanças ocorridas na paisagem do Cerrado brasileiro. Durante o governo de Getúlio Vargas foi estabelecido o programa denominado “Marcha para o Oeste” que promoveu a migração de mineiros e paulistas em direção à bacia hidrográfica do rio Paranaíba causando a ocupação do estado de Goiás, efetivamente a partir de 1930.

A constatação da ocorrência de solos férteis, terrenos planos e de grande rede de drenagens secundárias naquela região levou à ocupação das terras com atividades agropastoris, praticadas de forma tradicional.

A partir de 1950, a implantação de Brasília promoveu um grande fluxo migratório, que foi beneficiado pela implantação de infra-estrutura de transporte, comunicação e energia para permitir a conexão da nova capital do País com as diferentes áreas do território nacional.

Em 1955, a população local tomou conhecimento de que seria construída não muito longe dali uma grande cidade, Brasília, que por sua vez seria a sede do Governo Federal. Isto proporcionou àquela população esperanças de crescimento e melhorias. Em 14 de novembro de 1958, por intermédio da Lei nº 2115, se deu a emancipação política de Olhos D'Água.

No ano de 1960, o município de Olhos d'Água tinha como prefeito o Senhor Alex Abdala. Ele decidiu transferir a sede municipal para uma localidade que prometia melhor desenvolvimento às margens da rodovia, a atual BR 060, que liga Brasília a Goiânia.

Com este fato a nova localidade estava se sobrepondo à sede do município, em se tratando da vida social, política e econômica. Portanto a origem do nome Alexânia se deu em homenagem ao responsável pela transferência da sede do município, Senhor Alex Abdala, que objetivando a fixação definitiva, doou lotes de terras para construção e órgãos públicos.

Vale ressaltar que uma época de crescimento econômico de Olhos D'Água se deu com a construção da BR-060, recebendo e abrigando os trabalhadores que a estavam construindo. A sede do município foi deslocada em 1960 para as margens da atual BR-060, após o início da construção de Brasília, desenvolvendo funções complementares como abrigar a mão-de-obra, ou cidade dormitório.



Fig. 9 - Centro da sede Alexânia junto a BR-060 em Avenida marginal. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

5.2. DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA

O Município de Alexânia sofre forte influência pela sua localização em relação à BR-060, bem como pela grande proximidade e acessibilidade ao Distrito Federal por ser a última cidade ao longo da rodovia antes de adentrar na Capital Federal.

A sede do município da cidade de Alexânia constitui-se num núcleo urbano de pequena dimensão, cortado pela rodovia BR-060, cujas margens comportam os principais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, bem como os órgãos públicos, entre os quais a Prefeitura, o DETRAN e a Centrais Elétricas de Goiás - CELG.

Esta porção da cidade é atendida por um pequeno comércio de caráter local, que também possui um galpão para a realização, aos domingos, da feira do pequeno produtor e a casa do artesão, onde são comercializados produtos do próprio município.

No outro lado da cidade, estão localizadas as edificações mais recentes, como o centro comercial, agências bancárias do Banco do Brasil e Bradesco, fábrica de móveis e vime, rodoviária, estabelecimentos de lazer, escolas, hospital e posto telefônico. Embora seja esta porção da cidade a de maior densidade de ocupação, somente em quatro ruas paralelas à rodoviária existem edificações em número significativo, ruas asfaltadas, abastecimento de água e energia elétrica; ver o mapa a seguir.

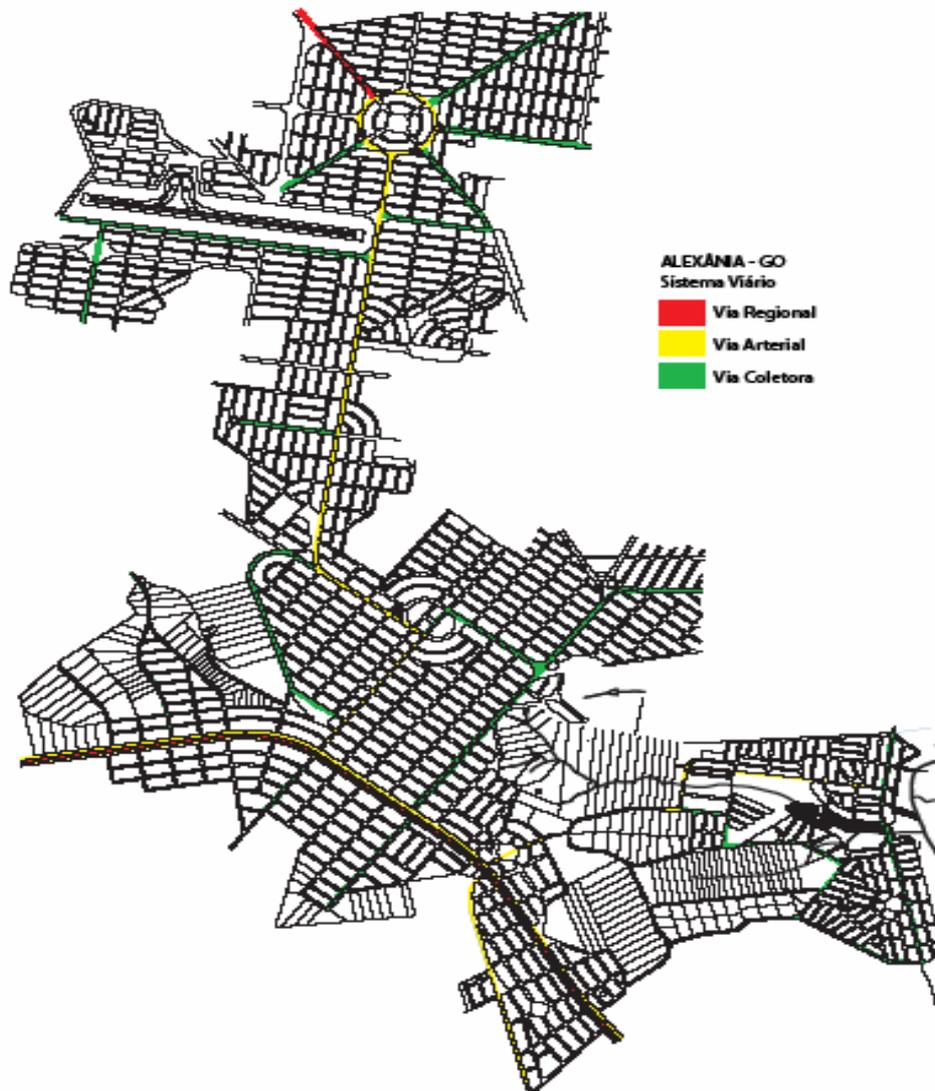


Fig. 10 – Área urbana de Alexânia com destaque para a BR-060 e vias arteriais e coletoras. Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

Na periferia desse núcleo, a cidade se expande por meio de loteamentos sem infra-estrutura, destinados à população de baixa renda, seguido por áreas aonde vêm sendo implantados sítios de lazer de fim de semana, pela população residente no Distrito Federal.

Deve-se destacar nesse conjunto urbano, o papel da rodovia BR-060 que ligam a capital do País a Goiânia. Caracteriza-se por intenso fluxo, principalmente nos fins de semana, pela freqüente passagem de retirantes vindos de outras cidades, pelo significativo número de acidentes e por apresentar, ao longo do seu trecho, no âmbito do perímetro urbano, importantes atividades para a vida do município.



Fig. 11 – A duplicação da BR-060 trouxe vários benefícios para Alexânia mas, algumas áreas livres ainda não possuem uma destinação correta. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

Verificando o conjunto de legislação existente e o potencial de fiscalização exercido em Anápolis nos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Goiânia e que fazem parte do Eixo Rodoviário, Terezópolis de Goiás e Goianápolis e, o próprio Distrito Federal, conclui-se que o município de Alexânia será o mais afetado pelas pressões antrópicas devido à localização na própria rodovia, o que não ocorre, por exemplo, com Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás.

Com base nos dados atualizados da SEPLAN-GO para a região do município de Alexânia as maiores potencialidades estão na educação com o crescimento da Universidade Estadual de Goiás – UEG que possibilitará o aperfeiçoamento profissional e reduzirá necessidade e dependência em relação à Goiânia no setor educacional e a disponibilidade de infra-estrutura física da educação pública e privada, com boa distribuição espacial e qualificação do corpo docente.

Ainda como potencial neste município destaca-se a geração de emprego e renda na região com a implantação de indústrias de pequeno e médio porte, somando recursos financeiros e de energia motriz, caracterizando-se como futuro pólo industrial de relevância na região.

As fragilidades no município de Alexânia são mais relevantes no que tange o comprometimento das nascentes dos principais mananciais de abastecimento da região – Rio Corumbá, Rio Descoberto e Ribeirão Areias e, conseqüentemente todas as matas ciliares ao longo destes cursos d’água.

Uma preocupação recente é a grande pressão do mercado especulativo de lotes que tem colocado em risco a manutenção presente e futura destes mananciais citados anteriormente, o que elevará sobremaneira os custos de captação de água para a Região do Entorno de Brasília porque haverá um crescimento populacional de grande vulto e se não houver uma fiscalização rígida, estes mananciais correrão riscos de serem poluídos.

A utilização incorreta do solo urbano, com a implantação de loteamentos sem atendimento dos critérios urbanísticos tem sido uma constante. A ausência de planejamento e a fragilidade de legislação urbanística comprometem a gestão sustentável do território. Alexânia tem dificuldade no crescimento acelerado da população, com carência de investimentos para atender as demandas sociais e fragilidade na implementação e fiscalização dos instrumentos de gestão territorial.



Fig. 12 – Comércio informais junto a BR-060 em Avenida marginal. Fonte: Acervo do Autor, 2007.



Fig. 13 – Áreas desocupadas e segurança frágil junto a BR-060 e a Avenida marginal. Fontes: Acervo do Autor, 2007 e Plano Diretor de Alexânia, 2005.

5.2.1.ASPECTOS RELEVANTES NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Em grande parte da área municipal não é encontrado nenhum tipo de vegetação nativa, estando ausentes às fisionomias típicas do Bioma Cerrado, ocorrendo devido a alterações ocasionadas por atividades antrópicas. No Ribeirão Sapezal, a mata ciliar foi totalmente retirada para formação de pastagens e agricultura, sendo encontrados pivôs centrais para irrigação por aspersão, uma das formas menos indicadas devido à alta taxa de desperdício de água.

Os problemas de erosão e conseqüente assoreamento não se restringem somente as áreas de nascentes, encontrando-se em diversos outros pontos do município associados ou não aos cursos d'água. Esta situação é encontrada no Córrego Capão do Mel, onde a vegetação foi retirada para construção de uma ponte, que caiu e não foi recuperada, bloqueando o fluxo natural das águas, que potencializa os processos erosivos que levam a formação de voçorocas.

Com relação ao descarte inadequado de resíduos sólidos no ambiente, pode-se citar o Córrego Taboca próximo a uma de suas nascentes, com um acúmulo de lixo, inclusive embalagens de pesticidas. Isto pode acarretar na contaminação local e da água deste córrego, que ao ser levada para jusante da microbacia, influencia diretamente na

mortalidade da biota local e altera as relações ecológicas de toda a região, além de causar danos à saúde em caso de ingestão.

No Córrego Mutum II encontra-se uma pedreira para extração de brita, agravando os processos de erosão e assoreamento pelo corte raso da vegetação. Ainda neste ponto observa-se a retirada da cobertura vegetal nativa para formação de pastagens o que acentua a redução da biodiversidade local, sendo esta prática presente também em outras regiões do município.

A retirada de areia por meio de dragagem é outra atividade que merece destaque ocorrendo principalmente no Rio Areias, como encontrada na divisa entre os municípios de Alexânia e Santo Antônio do Descoberto, ocasionando alterações no sistema hídrico, erosão das margens, assoreamento do leito do rio, águas turvas e soterramento da fauna.

Dentre os principais rios, o Corumbá merece destaque não só por ser um dos limites municipais, mas também por ser o de maior porte e pela presença da Usina Hidrelétrica (UHE) de Corumbá IV que provocou alterações significativas em seu leito. Este rio, ao longo de seu curso, encontra-se impactado, levando em consideração também a porção que faz limite entre o município de Alexânia e Corumbá de Goiás.



Fig.14 – Detalhe da alteração do leito e da margem do rio Corumbá devido à retirada de mata ciliar.
Fonte: Plano Diretor de Alexânia.

Outro ponto a ser ressaltado é que o município não possui nenhuma categoria de Unidade de Conservação prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2002), que as define, em seu Capítulo I, Artigo 2º, como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e

limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção ...”.

O Corredor Ecológico Paranã-Pirineus é outro projeto que objetiva a conservação da biodiversidade do Cerrado, o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações locais. A região de abrangência deste corredor representa uma das últimas grandes áreas do Cerrado ainda conservado estendendo-se desde o vale do rio Paranã até as nascentes dos rios das Almas e Corumbá, com uma área aproximada de 100 mil km², incluindo as unidades federativas de Goiás, Distrito Federal e Tocantins, e encontra-se em fase de aprovação como Reserva da Biosfera do Cerrado (SEMARH, 2007).

5.2.2. ASPECTOS RELEVANTES NA DIMENSÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O território municipal de Alexânia iniciou-se com o parcelamento de parte das fazendas da região. Atualmente o município possui cerca de 18 loteamentos, sendo que a grande maioria ainda apresenta uma ocupação muito rarefeita e grande parte destes loteamentos situa-se ao longo da BR-060, nas proximidades da cidade de Alexânia.

A ligação destes loteamentos com a cidade, onde se situam os principais equipamentos públicos, é feita de maneira precária, pois não existe sistema de transporte urbano público nem privado. Nestes loteamentos também apenas os lotes situados mais próximos às estradas vicinais e à rodovia se encontram já ocupados, sendo que não possuem equipamentos públicos como escola ou posto de saúde e nem infra-estrutura urbana, recebendo a denominação de povoados e ao longo da BR-060 situam-se, os povoados de Morada do Sol, Serra do Ouro e Alvorada.



Fig. 15 – As atividades econômicas ao longo da BR-060. Fonte: Acervo do Autor, 2007.



Fig. 16 – As atividades rurais ainda são as maiorias. Fonte: Acervo do Autor, 2007.



Fig. 17 – A preservação ainda é falha em muitas áreas. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

O acesso à sede municipal é feito por vias marginais à BR-060. Destas se faz à distribuição da malha urbana por meio de um sistema viário com pouca estrutura de hierarquia. Em função da facilidade de transporte e visibilidade de quem trafega pela rodovia, existe uma concentração de atividades, nos canteiros laterais das vias marginais, com atividades econômicas tanto de pequenas indústrias como de comércio.

Deve-se destacar, no contexto econômico, o papel da rodovia BR-060, que liga a capital do país a Goiânia e intercepta Alexânia. Caracteriza-se por um intenso fluxo, principalmente nos fins de semana, pela freqüente passagem de retirantes vindos de outras cidades, pelo significativo número de acidentes e por apresentar, ao longo do seu trecho, no âmbito do perímetro urbano, importantes atividades para a vida do município.



Fig. 18 – As atividades econômicas ocupam terras ao longo da BR-060. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

A área rural é constituída de espaços organizados em dois tipos de processo. O primeiro é observado na porção nordeste do município, balizada pela BR-060 e pela estrada do Trevo de Aparecida. São áreas ocupadas, mais intensivamente, por sítios e chácaras de fins de semana de moradores de Brasília e empresários do sul do País e do Distrito Federal, que cultivam, em moldes modernos, milho, feijão, soja e tomate.



Fig. 19 – Ilhas e acessos ao longo da BR-060. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

Em contrapartida, as atividades econômicas propiciadas pela BR-060 têm atraído contingente populacional de fora do município. Apesar do incremento da geração de emprego com a construção da fábrica da Schincariol, o afluxo de 5.000 pessoas, originado pela mesma, é apontado como a causa do aumento de violência.



Fig. 20 – As atividades econômicas ocupam terras ao longo da BR-060. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

Com o funcionamento da Usina de Corumbá IV, novas atividades são desenvolvidas, notadamente relacionadas ao turismo. Assim, o município possui um plano de ocupação e gerenciamento da região afetada, afim de que evitem ocupações desordenadas e outras atividades indesejadas.



Fig. 21 – As atividades do turismo na Represa do Rio Corumbá. Fonte: Acervo do Autor, 2007.



Fig. 22 – As atividades do turismo na Represa do Rio Corumbá. Fonte: Acervo do Autor, 2007.



Fig. 23 – O meio rural se modifica pelo uso industrial. Fonte: Acervo do Autor, 2007.

5.2.2.1. DISTRITOS E POVOADOS

- **Olhos D'água**

O núcleo de Olhos D'água foi fundado em 1935. Localizam-se num fundo de vale, às margens de um riacho de mesmo nome, apresenta ocupação rarefeita, com feições de núcleo rural, densamente arborizado nos quintais e pracinhas.

As ruas, em parte ainda de terra e, em parte pavimentadas de diversos materiais tais como bloquetes, asfalto e pedra picada, com traçado viário em sistema de malha xadrez. Na parte central localiza-se uma grande praça quadrada, com igreja e outras edificações importantes da comunidade, num desenho assemelhado aos moldes das cidades coloniais.

O núcleo começou a sofrer um processo de estagnação após a construção da BR-060 e o desenvolvimento da cidade de Brasília, através da ligação com a cidade de Goiânia, o que incentivou a criação e crescimento da cidade de Alexânia, a qual posteriormente veio a se transformar na sede Municipal.

No entorno da cidade existe uma grande erosão, entre as pistas de acesso à cidade, denotando a necessidade de se investir em programas de recuperação ambiental da erosão e conseqüentemente um programa de educação ambiental.



Fig. 24 - Vista da praça central de Olhos D'água. Fonte: Plano Diretor de Alexânia.



Mapa 9 – Mapa de Zoneamento de Olhos D’água Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

Legenda:

- ZEIPA - Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental
- ZIPHC - Zona de Interesse de Preservação Histórica e Cultural
- ZUHA - Zona Urbana de Uso Habitacional
- ZUM - Zona de Uso Misto
- ZUP - Zona de Urbanização Prioritária
- ZUUC - Zona Urbana de Uso Controlado



Fig. 25 – Imagem de satélite utilizada na sobreposição com o mapa de Olhos D'água.
Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

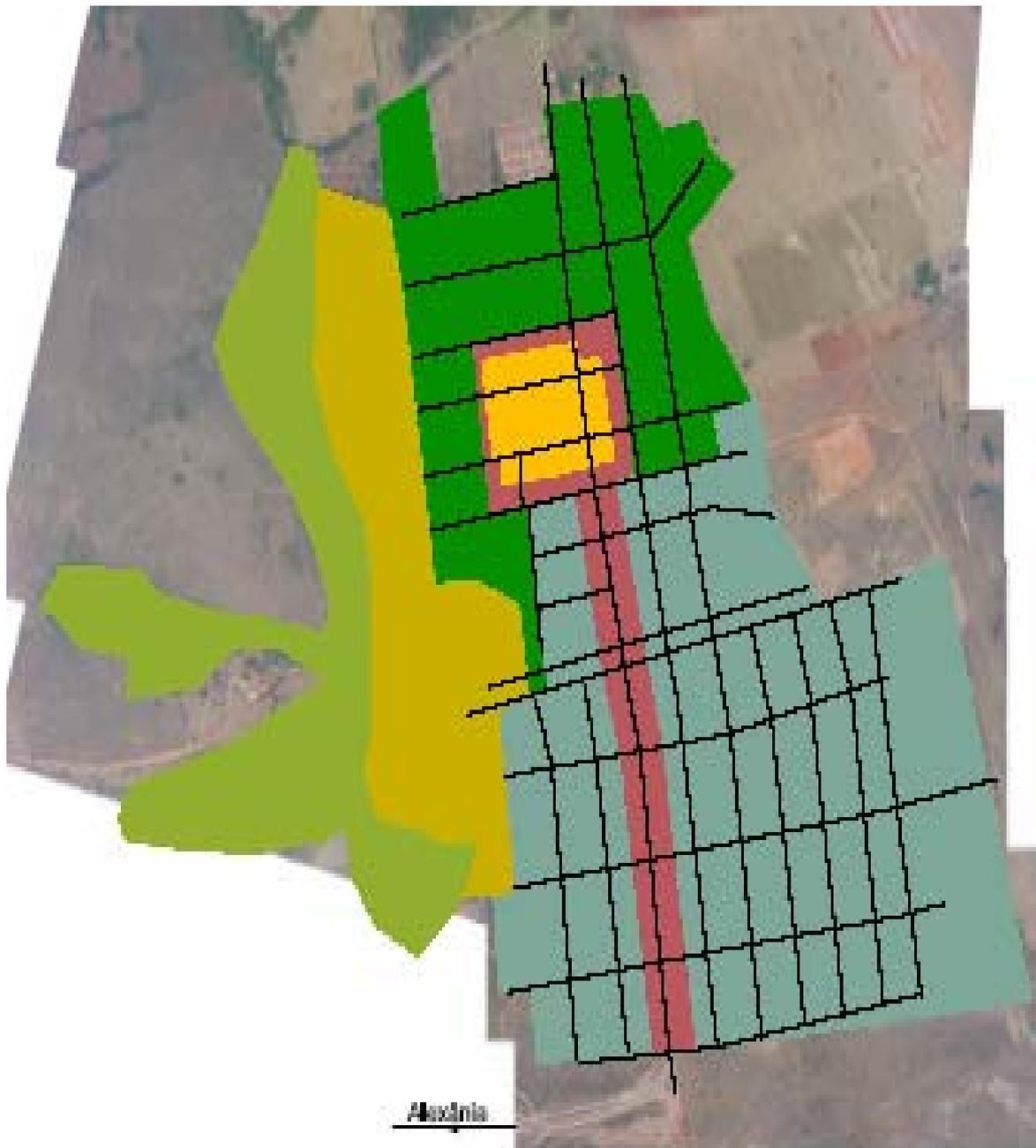


Fig. 26 – Mapa ilustrativo do Zoneamento de Olhos D'água.
 Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

Legenda:

COR VERDE CLARO: ZEIPA - Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental
 COR AMARELO ESCURO: ZIPHC - Zona de Interesse de Preservação Histórica e Cultural
 COR VERDE ESCURO: ZUHA - Zona de Urbana de Uso Habitacional
 COR VERMELHO: ZUM - Zona de Uso Misto
 COR AZUL: ZUP - Zona de Urbanização Prioritária
 COR OCRE: ZUUC - Zona Urbana de Uso Controlado

- **Povoado Morada do Sol**

Trata-se de um loteamento situado a 11km a leste da cidade de Alexânia, nas proximidades da fábrica de cerveja Schincariol e também à margem da BR-060, em cota de nível levemente abaixo da rodovia.



Fig. 27 - Povoado Morada do Sol. Fonte: Plano Diretor de Alexânia.

Os lotes possuem tamanhos variados, em média de 15 x 30 m e chácaras ainda de feições rurais, com produtos de subsistência. Possui dois acessos. No principal, localiza-se uma via (avenida) principal e uma pequena praça em forma triangular. O traçado viário acompanha o relevo, que possui leve declividade. As vias são de terra sem definição de limites e de calçada.

- **Povoado Serra do Ouro**

Esta ocupação situa-se aproximadamente 9 km da sede do município às margens da BR-060, atualmente conta com uma população de cerca de 400 habitantes.

Na parte principal e original do povoado, localizam-se além de habitações, um alambique, comercio local, restaurante, dormitórios, posto de combustível, etc. Além deste núcleo original, que é constituído por edificações em ambos os lados da BR-060, contam com dois loteamentos que se desenvolvem para sul ao longo de uma estrada vicinal.



Fig. 28 - Povoado Serra do Ouro. Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

- **Loteamento Parque Alvorada IV**

Conta com 1077 lotes e 12 chácaras com um total de 662,735 m², é composto de 14 áreas públicas e praças (9.144 m²) e também se localiza próximo a BR-060, a leste da sede municipal. Seu sistema viário está bem estruturado e desenvolve-se a partir da estrada municipal que leva à Corumbá IV (situada a 4 km), sendo que este parcelamento se encontra apenas parcialmente implantado com parte das vias transversais estruturadas. Nenhuma via possui pavimentação e a ocupação ainda são incipientes.

- **Loteamento Floridas Ouro**

Este loteamento é composto de 2.330 lotes, e fica situado ao lado do Parque Alvorada IV e ainda não foi implantado e se localizam na margem sul da BR-060, pela qual tem acesso, sendo este acesso ainda improvisado e sem nenhuma sinalização e todas as vias deste povoado incluindo as vias laterais à rodovia ainda estão sem pavimentação.

- **Estrada para a represa Corumbá IV**

Além deste povoado nota-se o crescimento que se acentua ao longo da estrada vicinal que liga à represa Corumbá IV, onde se situam além dos loteamentos acima

citados mais quatro pequenos povoados, com comércio, igreja e escola rural além de um loteamento com aproximadamente 40 casas. Ao longo de toda a área encontram-se diversas cascalheiras, denotando o crescimento da atividade de construção civil na área.

- **Povoado de Alvorada**

O povoado de Alvorada, também chamado popularmente de Alvoradinha, está localizado nas margens da BR-060, próximo ao limite municipal com Abadiânia. Trata-se de uma rua principal, paralela à rodovia federal, composta por algumas residências, restaurantes, escola e pequenos mercados.



Fig. 29 – Vista de parte da infra-estrutura do povoado de Alvorada.

Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

5.3. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização, a estrutura, os princípios e os procedimentos da administração do poder executivo de Alexânia regem-se pelas seguintes fontes; Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica do Município de nº 760/2004 de 18 de junho de 2.004; Legislação complementar ordinária federal e estadual; Atos do Prefeito Municipal; Políticas, diretrizes e projetos de governo.

A estrutura organizacional deve ser delineada de acordo com os objetivos e as estratégias estabelecidas, além de considerar as funções de administração como um

instrumento para facilitar o alcance destes objetivos, bem como para o desenvolvimento e implementação do plano estratégico da organização.

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Alexânia, com suas competências, está definida nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica do Município. A Lei de Estrutura Organizacional do Município define e detalha as competências no âmbito da prefeitura, atribuindo responsabilidades e autoridade a cada unidade organizacional que a constitui.

O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Administradores Distritais. Os secretários municipais são auxiliados pelos diretores ou equivalentes, vinculados às respectivas secretarias. Os auxiliares diretos são de livre nomeação e exoneração do prefeito. As atividades municipais básicas são exercidas por intermédio dos órgãos de administração direta.

Conforme a Lei nº 784, de 26 de abril de 2005 que “Dispõe sobre a Reforma Administrativa da Prefeitura Municipal de Alexânia e dá outras providências”, também resultado das discussões para a elaboração do Plano Diretor de Alexânia, a administração da Prefeitura Municipal de Alexânia passou a ter a seguinte Estrutura Organizacional:

- Gabinete do Prefeito: Chefia de Gabinete, Assessoria de Apoio Administrativo, Assessoria Especial de Controle Interno, Assessoria Especial de Comunicação Social, Assessoria Especial para Captação de Recursos, Assessoria Especial de Segurança, Ouvidoria, Assessoria Jurídica e, Conselhos Municipais.
- Secretaria da Indústria e Comércio: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Assessoria de Gabinete, Coordenadoria Administrativa, Setor do Comércio e Indústria e, Setor do Distrito Agroindustrial
- Secretaria de Urbanismo, Habitação e Obras Públicas: Gabinete do Secretário, Coordenadoria Administrativa, Assessoria de Apoio Administrativo, Assessoria

de Gabinete, Setor de Habitação, Setor de Urbanismo, e Setor de Obras Públicas.

- Secretaria de Governo e Administração: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Departamento de Pessoal, Coordenadoria de Compras e Patrimônio, Setor de Almoxarifado e, PROCON Municipal.
- Secretaria de Saúde: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Assessoria de Gabinete, Coordenadoria de Programas Institucionais, Setor de Administração do Centro de Saúde J.K., Setor de Administração do Hospital Municipal de Alexânia, Setor de Administração da unidade hospitalar de Olhos D'água, Setor de Controle de Vetores e, Setor de Vigilância Sanitária.
- Secretaria da Ação Social e Cidadania: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Assessoria de Gabinete, Coordenadoria de Apoio ao Idoso, Coordenadoria de Apoio à Cidadania, Setor de cadastro, Controle e Fiscalização de Benefícios Sociais e, Setor de Programas Institucionais.
- Secretaria de Finanças e Planejamento: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Coordenadoria de Planejamento, Coordenadoria de Arrecadação, Setor de Fiscalização, Coordenadoria de Contabilidade e Execução Orçamentária e, Coordenadoria de Pagamento.
- Secretaria de Transportes e Serviços Públicos: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Coordenadoria de Mecânica, Coordenadoria de Manutenção e Reforma, Departamento de Transportes, Divisão do Terminal Rodoviário, Departamento de Serviços Públicos, Setor de Limpeza Pública e, Conselho de Trânsito.
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Setor de Piscicultura e, Setor de Abastecimento e Desenvolvimento Agropecuário.

- Secretaria da Juventude, Esportes e Lazer: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Assessoria de Gabinete, Setor de Administração das Praças de Esportes, Setor de Promoção de Atividades da Juventude e, Setor de Promoção de Atividades Infantis.
- Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Assessoria de Gabinete, Setor de Turismo, Setor de Cultura, Setor do Meio Ambiente e, Setor de Fiscalização Ambiental.
- Secretaria da Educação: Gabinete do Secretário, Assessoria de Apoio Administrativo, Setor de Apoio Administrativo, Coordenadoria Administrativa e, Setor de Assistência Pedagógica.
- Sub-Prefeitura do Distrito de Olhos d'água: Gabinete do Sub-Prefeito e, Assessoria de Apoio Administrativo.

Integram ainda à estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Alexânia, relativa aos cargos comissionados e, conforme informações repassadas pela Prefeitura de Alexânia, a seguinte estrutura conforme o Quadro 11 a seguir:

Quant.	Cargos	Quant.	Cargos
01	Chefe de Gabinete	02	Assessor de Gabinete
01	Secretaria de Governo	01	Secretária de Gestão Ambiental
01	Secretário de Agricultura	01	Secretária de Saúde e Assistência Social
01	Secretária de Desenvolvimento Econômico	01	Secretário de Transporte
01	Secretária Municipal do Controle Interno	01	Secretário de Desporto, Lazer e Turismo.
01	Secretaria de Educação	01	Secretária de Finanças
01	Engenheiro Civil	01	Secretário de Urbanismo, Habitação e Obras
01	Diretor Geral Conselho Municipal de Trânsito	01	Assessor Jurídico
01	Assessoria de Divulgações e Relações Públicas	01	Coordenador Administrativo de Secretaria
01	Vistoriador do Detran	01	Agente de Segurança
04	Auxiliar de Diretoria II – Terminal Rodoviário	01	Assessor de Secretaria de Transporte
01	Administrador do Estádio Municipal	01	Diretor do Terminal Rodoviário
01	Chefe de Oficina Mecânica	01	Instrutor Físico
01	Mestre de Obras	01	Instrutor Técnico de Futebol
01	Chefe de Departamento de Pessoal	01	Orientador de Jogos Infantis

Quadro 11 -- Os cargos comissionados da Prefeitura Municipal de Alexânia. Fonte: Prefeitura de Alexânia

As Unidades relacionadas acima são dirigidas por ocupantes de Cargo em Comissão, de livre nomeação e exoneração do prefeito, ou por Funções de Confiança, designados entre os servidores efetivos da prefeitura. Legalmente, a prefeitura tem 33 cargos em comissão e 43 funções de confiança, além de 410 concursados e/ou estatutários e 42 contratados por tempo determinado.

Em uma análise deste quadro de pessoal da Prefeitura de Alexânia, verifica-se que o número de fiscais para atender o cumprimento da legislação urbanística, edilícia e, principalmente, a ambiental, com certeza está muito abaixo do que o necessário para um município que, apesar da sede contar com uma pequena população, os núcleos urbanos descontínuos e a área total do município, requer um número bem maior de fiscais para atender não somente a própria fiscalização, mas principalmente, a educação ambiental.

Em relação ao desempenho de outras atribuições, em face do porte do município, é coerente com as condições financeiras destinadas a quadro de pessoal e as funções básicas de processos administrativos e atendimento geral à população são bem resolvidas para a população.

A dificuldade se encontra na formação do quadro permanente de funcionários que certamente seriam contratados por meio de concursos públicos realizado pela Prefeitura de Alexânia, mas infelizmente, o número reduzido de funcionários de carreira exige a contratação de pessoas para assumirem os cargos comissionados e nem sempre possuem a qualificação desejada para a função.

Contudo, segundo afirmações do Secretário de Urbanismo, Habitação e Obras Públicas de Alexânia, diversas áreas se ressentem da falta de pessoal, tanto em termos de quantidade como de qualificação para a realização das tarefas de seu cargo, como é o caso das áreas de vigilância e segurança, de limpeza urbana e de desenvolvimento econômico, dentre outras.

As bases legais dos procedimentos administrativos municipais são definidas em parte, principalmente, pela seguinte legislação: Constituição Federal; Lei de Licitações nº 8.666; Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04 de maio de 2000; Estatuto da

Cidade, Lei 10.257/2001; Código de Trânsito Brasileiro; Legislação que define as políticas de meio ambiente; Leis de Diretrizes Básicas para Educação, Saúde e Assistência Social.

A prática dos procedimentos administrativos depende fundamentalmente dos instrumentos urbanísticos e a Prefeitura Municipal de Alexânia utiliza-se do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e, segundo o Secretário de Urbanismo, Habitação e Obras Públicas de Alexânia, este imposto não representa a realidade atual devido a ausência do cadastro imobiliário, previsto no Plano Diretor.

Com a ausência do cadastro imobiliário, o Município de Alexânia tem dificuldades em sua arrecadação e somado ao fato do registro de loteamento somente ser realizado em cartório no passado, o cadastro da Prefeitura não ser confiável e necessita urgentemente de uma reformulação e complementação. Posteriormente deverá elaborar uma sistemática de registro de loteamentos incorporado à uma base cartográfica real que possibilitará um planejamento com mais precisão.

5.4. O PLANO DIRETOR DE ALEXÂNIA

O Município de Alexânia não dispunha de um plano diretor até 2006 e, conforme a pesquisa elaborada nesta dissertação verifica-se que a probabilidade de acertos na gestão diante ao atendimento das diretrizes definidas no Plano Diretor de Alexânia é muito maior do que a situação anterior caracterizada principalmente por ocupações indevidas em áreas fragilizadas ambientalmente e, principalmente, desordenadas ao longo da BR-060.

Certamente que contar apenas com a aprovação do atual Plano Diretor não irá significar nenhum avanço se não houver o real atendimento das diretrizes estabelecidas em lei pela gestão municipal e em seu planejamento. O cumprimento de toda legislação resultante das discussões na elaboração do plano diretor, dispostas a seguir, somada a uma estrutura de fiscalização pertinente ao porte do município, serão fatores preponderantes para que haja resultados positivos.

A Lei Complementar nº 892 de 11 de Outubro de 2.006 que “*Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor de Alexânia*” foi elaborada, não somente para atender a exigência constitucional de elaboração e implementação de Planos Diretores para municípios com mais de 20.000 habitantes, mas principalmente para atender as necessidades como um instrumento essencial de gestão municipal. Este Plano Diretor de Alexânia define as políticas e diretrizes que irão nortear as ações de governo, no médio e longo prazo, além de orientar e compatibilizar as diversas políticas setoriais.

São instrumentos normativos da política de desenvolvimento urbano e ordenação territorial, em complementação ao Plano Diretor de Alexânia, as leis que compõem a Legislação Urbanística Básica – LUB, do Município de Alexânia, constituída pelas seguintes: Lei nº 894/06 do Perímetro Urbano; Lei nº 895/06, de Parcelamento, Lei nº 893/06 do Uso e Ocupação do Solo; e os Códigos de Obras e o de Posturas, também aprovados em 2006.

Os instrumentos financeiros destinados a viabilizar o disposto no Plano Diretor de Alexânia, além das leis orçamentárias constitucionais, são os seguintes:

- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o qual poderá ser progressivo e diferenciado por zonas, conforme previsto nesta Lei, em conformidade com o que dispõe o Estatuto da Cidade;
- Recursos oriundos da arrecadação de contribuição de melhoria;
- Fundos Municipais, os previstos na Lei Orgânica do Município e os que poderão ser criados numa revisão da Carta Municipal;
- Taxas e tarifas diferenciadas por zonas, ou por tipo de uso do solo, a incidirem sobre a prestação dos serviços públicos;
- Taxas e tarifas que venham a ser criadas, conforme disposto nos termos legais;
- Recursos provenientes de subvenções, convênios, produtos de aplicações de créditos celebrados com organismos nacionais ou internacionais e aqueles oriundos do exercício do Poder de Polícia.

Analisando os institutos jurídicos e político-institucionais do Plano Diretor e da política de desenvolvimento sustentável de Alexânia, pode-se considerar que muitos destes institutos dificilmente serão utilizados, ou sejam :

- Parcelamento, edificação ou utilização compulsório do solo urbano, nos termos dos Artigos 5º e 6º do Estatuto da Cidade;
- Direito de preempção, nos termos dos Artigos 25º aos 27º do Estatuto da Cidade;
- Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, nos termos dos Artigos 28º aos 31º do Estatuto da Cidade;
- Transferência do direito de construir, nos termos do Artigo 35º do Estatuto da Cidade;
- Operações urbanas consorciadas, nos termos dos Artigos 32º aos 34º e 52º do Estatuto da Cidade;

Já outros institutos podem perfeitamente serem utilizados na realidade atual de Alexânia ou mesmo em futuro bem próximo. Os institutos são os seguintes:

- Desapropriação, nos termos do Artigo 8º do Estatuto da Cidade, e por utilidade pública;
- Tombamento de imóveis e de mobiliário urbano;
- Instituição de unidades de conservação;
- Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;
- Usucapião especial do imóvel urbano, nos termos dos Artigos 9º aos 14º do Estatuto da Cidade;
- Regularização fundiária, nos termos dos artigos 2º, 26º e 35º do Estatuto da Cidade;
- Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- Instrumentos de participação social e comunitária previstos na legislação superior e o Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana.

5.4.1. Princípios fundamentais do Plano Diretor de Alexânia

Analisando os princípios fundamentais do Plano Diretor de Alexânia e, conforme o Artº 1 sustentado nos princípios do desenvolvimento sustentável, pode-se chegar a análises setoriais dos pontos mais relevantes do Plano Diretor. Para esta tarefa foram recortados do Plano Diretor de Alexânia estes pontos mais relevantes e as análises á seguir:

Itens	
Plano Diretor de Alexânia	
Princípios Fundamentais do Plano Diretor	Art. 1º - O Plano Diretor de Alexânia baseia-se nos princípios do desenvolvimento sustentável, o qual passa a ser assumido como paradigma pela municipalidade que o promoverá, de modo integrado e sistêmico, abrangendo toda a dinâmica da vida social e comunitária do Município e de seus habitantes, em todas as suas dimensões, no meio rural e urbano, na sede municipal, no Distrito Olhos d'Água e nos demais distritos que por ventura venham a ser criados no Município, com a finalidade de obter a melhoria da qualidade de vida da população e o incremento do bem estar da comunidade, para as gerações atuais e futuras.

Desenvolvimento sustentável municipal	Art. 5º São objetivos do desenvolvimento sustentável municipal: ordenação do crescimento do Município, em seus aspectos físicos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e administrativos; pleno aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município, respeitando a capacidade de suporte dos recursos naturais e as características culturais, históricas e sociais locais; atendimento das necessidades da população quanto à habitação, trabalho, lazer, educação, cultura, desportos, transportes, saúde, saneamento básico, segurança e assistência social, com atenção especial aos segmentos que possuem necessidades especiais; integração da ação governamental municipal com a dos órgãos e entidades federais e estaduais, no sentido de atingir esses objetivos; ordenação do uso e ocupação do solo, visando a garantir as funções sociais da propriedade urbana, em consonância com o que dispõem os Art.s 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, regulamentados pelo Estatuto da Cidade.
---------------------------------------	---

Em relação aos Artigos 1º e 5º, os princípios fundamentais do Plano Diretor e os objetivos do desenvolvimento sustentável municipal, respectivamente, podem verificar que os princípios possuem um caráter abrangente com promessas de melhoria de qualidade de vida até a garantia das gerações futuras mas, excetuando o Distrito de Olhos d'Água, o texto é genérico e poderia ser utilizado em qualquer outro município.

Já relativo aos objetivos do desenvolvimento sustentável na sede e nos distritos, a análise é positiva pois, a ordenação do crescimento do Município e a ordenação do uso e ocupação do solo são as principais ações necessárias atualmente no Município de Alexânia. Em um segundo momento, o aproveitamento pleno dos recursos, principalmente os naturais, de forma sustentável e, aliado ao atendimento eficaz das necessidades da população, define os objetivos voltados para a população em geral e para que seja realizado este atendimento de forma eficaz, outro objetivo fundamental é justamente a integração da ação governamental.

Desenvolvimento na dimensão político-institucional	<p>Art. 40º - Linhas estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> criar e consolidar canais de participação da comunidade, através de sua organização em conselhos e entidades representativas de seus diversos interesses; investir na capacitação de pessoas que atuam no desenvolvimento comunitário, nas áreas pública e privada; criar sistema de planejamento municipal; rever estrutura administrativa e instrumentos jurídico-normativos, tendo como referência as políticas e diretrizes definidas pelo Plano Diretor; priorizar a racionalização e informatização dos processos administrativos; definir política pública de recursos humanos.
---	---

O Artigo 40º que define as linhas estratégicas do desenvolvimento na dimensão político-institucional, reafirma a função democrática no Plano Diretor e propõe a criação de canais de participação da sociedade organizada e até mesmo em capacitação de pessoas físicas. Não fica claro a proposta de criação ou a forma de funcionamento de um sistema de planejamento municipal mas a organização administrativa é tratada com ênfase em diversas linhas, ressaltando aí a estrutura administrativa vinculada às necessidades na implementação do Plano Diretor de Alexânia.

Parâmetros urbanísticos	<p>Art. 57. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo deverá definir índices urbanísticos, para as áreas urbanas do Município:</p> <ul style="list-style-type: none"> Zonas de Uso Misto – ZUM; Zona Urbana de Uso Habitacional – ZUHA; Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS; Zonas de Urbanização Prioritária – ZUP; Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental – ZEIPA; Zona Industrial – ZIN; Zonas de Interesse de Preservação Histórica e Cultural – ZIPHC; Zona Urbana de Uso Controlado – ZUUC; Zona de Urbanização Prioritária Especial.
--------------------------------	---

Outro artigo importante selecionado é o de número 57º que foca os índices urbanísticos definidos na Lei de Parcelamento e na de Uso e Ocupação do Solo nas áreas urbanas do Município de Alexânia. Estes índices urbanísticos se encontram diretamente relacionados às Zonas de uso e de ocupação estabelecidas no Plano Diretor e é um avanço pois, apesar do porte pequeno de Alexânia, é fundamental para o seu crescimento ordenado, o estabelecimento de áreas de especial interesse e o respeito às áreas destinadas à habitação isoladas de grandes comércios ou indústrias.

Saneamento	<p>Art. 71. O plano de saneamento ambiental obedecerá às seguintes diretrizes básicas:</p> <p>I – garantia de salubridade ambiental com abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos;</p> <p>II – a implantação de sistema de gerenciamento de recursos hídricos;</p> <p>III – proteção de bacias e microbacias utilizadas para abastecimento de água à população;</p> <p>V – implementação de programa sobre recicláveis e biodegradáveis e coleta seletiva de lixo;</p> <p>VIII- criar sistema de drenagem pluvial completo;</p> <p>IX- operacionalizar o aterro sanitário e aterros controlados nos núcleos urbanos menores;</p> <p>X - introduzir sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos;</p> <p>XI - implementação da usina de reciclagem, podendo ser administradas por associações.</p>
-------------------	---

Abastecimento de águas potável	<p>Art. 73. No campo do abastecimento por água potável, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e atividades de limpeza pública, são necessários os seguintes estudos e atividades: avaliação das ocupações das áreas (uso do solo) de realimentação dos aquíferos, a fim de preservar os processos de recargas naturais;</p> <p>obter licenças ambientais e outorgas de direito de uso para os poços tubulares em utilização e a serem perfurados;</p> <p>realizar estudos nas áreas destinadas para implantação de fossas sépticas, a fim de avaliar quantitativamente a capacidade de infiltração dos diversos tipos de solos e as capacidades dos sumidouros;</p>
---------------------------------------	--

Nos artigos 71º e 73º que dizem respeito às diretrizes de saneamento ambiental e de abastecimento de água potável, respectivamente, no Município de Alexânia é bastante completo em relação ao planejamento e projetos que deverão ser implementados mas, o preocupante é que apesar de toda esta abrangência, verifica que o município não dispõe de recursos para este fim e terá dificuldades em captar recursos de ordem federal ou até mesmo, internacional devido ao fato de não contar com uma estrutura de planejamento e fiscalização na área de meio ambiente para atender todo o conjunto definido para o saneamento e abastecimento de água potável em Alexânia.

Áreas e zonas de proteção de	<p>Art. 87º. De acordo com o Zoneamento Rural do presente Plano Diretor, fica a área rural do município de Alexânia, dividida nas seguintes zonas:</p> <p>Zona de Produção Rural;</p> <p>Zona de Proteção de Mananciais;</p> <p>Zona Rural de Especial Interesse Turístico e Ambiental, subdividida nas seguintes subzonas:</p>
-------------------------------------	--

Zona de Uso Agropecuário;
Zona de Proteção do Lago de Corumbá IV.

§ 1.º - A Zona de Produção Rural é destinada aos usos rurais, propostos em função de análise integrada de diversos condicionantes do meio físico, objetivando o aproveitamento dos recursos naturais do desenvolvimento das atividades agro-pastoris de forma compatível com a preservação ambiental.

§ 2.º A Zona de Proteção de Mananciais, contígua ao perímetro urbano, destina-se a conservação, recuperação e manejo da bacia hidrográfica a montante do ponto de captação da SANEAGO, sem prejuízo das atividades e ações inerentes à competência de captar e distribuir água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o atendimento da população.

O último ponto que merece destaque no Plano Diretor de Alexânia é no Artigo 87º que trata do Zoneamento Rural. São definidas cinco Zonas com seus respectivos usos com base em dois parâmetros: a primeira que se destina ao usos específicos de desenvolvimento econômico na produção rural e o aproveitamento dos recursos naturais e o outro na proteção dos mananciais e a redução de usos agro-pastoris.

Nesta análise é possível constatar o avanço do planejamento de todo o município com a determinação de usos na zona rural e com certeza é o grande ganho do município em termos de estratégias de preservação para o futuro. No geral, o Plano Diretor de Alexânia é semelhante a outros planos diretores da região, como exemplo o de Abadiânia mas, apesar da existência de diretrizes generalistas e comuns à maioria dos planos diretores, o avanço na área de preservação ambiental - Rio Corumbá e seus lagos - somados ao atendimento correto no zoneamento das atividades principais sem prejuízo à qualidade de vida da população, são os grandes trunfos positivos encontrados.

5.4.2. ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E QUALIDADE AMBIENTAL

Os aspectos de infra-estrutura relacionados com a qualidade ambiental observados no Município de Alexânia têm-se os seguintes pontos relevantes, conforme informações do Plano Diretor Municipal elaborado pela Geológica em 2005:

- O sistema de abastecimento de água do município de Alexânia é composto por quatro cenários distintos, sendo um operado e mantido pela SANEAGO – Saneamento de Goiás S/A, o segundo, operado e mantido pela Prefeitura Municipal; o terceiro como autônomo em captação individual por cisternas e o

quarto sistema caracterizado por ser pontual na demanda existente na Fábrica Schincariol;

- O subsistema operado e mantido pela SANEAGO é dividido em dois subsistemas menores, isto é: o subsistema que abastece a sede do município de Alexânia e o subsistema que abastece a localidade Olhos D'Água;
- O subsistema de abastecimento de água da sede municipal é constituído de: captação de água do Córrego Cachoeira; estação elevatória de água bruta, adutora de água bruta; estação de tratamento de água; um reservatório metálico elevado e dois reservatórios apoiados; estação elevatória de água tratada; e rede de distribuição;
- O subsistema de abastecimento de água da localidade Olhos D'Água é constituído de dois poços tubulares profundos, adutora de água bruta, unidade de desinfecção, adutora de água tratada, dois reservatórios metálicos elevados, instalados pela FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, e rede de distribuição;
- O subsistema operado e mantido pela Fábrica Schincariol é constituído por captação superficial no Rio Barreiras, adutora de água bruta e distribuição. Esse subsistema é autônomo, sem acompanhamento, pela prefeitura, de qualidade da água distribuída;
- O município de Alexânia não possui sistema público de esgotamento sanitário, sendo que a população local utiliza sistema independente, por meio de disposição no solo, com fossas sépticas seguidas de sumidouros ou fossas rudimentares sem qualquer padrão técnico;
- Na Fábrica Schincariol, há sistema de esgotamento sanitário e as águas residuárias são lançadas no Rio Barreiras, a jusante da captação de água. Embora haja tratamento dos efluentes da fábrica, constatou-se uma intensa coloração verde da água residuária lançada no rio, no dia da visita técnica ao local realizada pela Geológica em 2004, o que indica desconformidade com a

legislação vigente, a qual dispõe que águas residuárias tratadas devem apresentar limites de cor;

- Inexiste sistema de drenagem pluvial completo em Alexânia, ocasionando problemas de enchentes e acúmulo de águas pluviais. Devido ao escoamento superficial desimpedido, e, conseqüentemente, com alta velocidade, há um problema muito grave de processos erosivos, no município. Deve ser implantado, portanto, um sistema de drenagem pluvial, com urgência;
- Informações obtidas na Prefeitura Municipal indicaram uma coleta diária de resíduos sólidos na sede, por meio de caminhões compactadores. Posteriormente, os resíduos são dispostos em aterro controlado, além do perímetro urbano, em local onde está sendo construído um aterro sanitário;
- Quanto aos entulhos, não há lugar destinado à sua disposição. Por isso, a população os deposita nas valas originadas das erosões. Alguns moradores depositam, além de entulhos, resíduos sólidos nas erosões.

Os aspectos de uso e ocupação do solo urbano e rural relacionados com a qualidade ambiental observados no município de Alexânia têm-se os seguintes pontos relevantes, também conforme informações do Plano Diretor Municipal elaborado pela Geológica em 2005, são:

- Nota-se que a ocupação ao longo da BR-060, desde o loteamento Morado do Sol até a localidade de Estiva após a cidade de Alexânia, embora rarefeita, é constante e com diversas construções e usos. Esta ocupação sugere um início de conurbação ao longo da BR-060, o que poderá trazer entre outros, graves problemas viários de interferência, entre o sistema de alta velocidade da Rodovia e o sistema local.
- Esta ocupação deverá ser desestimulada, mantendo-se os núcleos de ocupação já estruturados, ou seja, deverão ser previstas medidas que impeçam a ocupação ao

longo da rodovia, e estimule a ocupação para o interior, principal em direção ao povoado de Olhos D'água.

O Plano Diretor de Alexânia define, de forma clara, o objetivo da política urbana adotada no município. Como instrumento legal, o Plano Diretor define no nível municipal os limites, as faculdades e obrigações envolvendo a propriedade urbana decidida em conjunto com vários setores da sociedade.

A cartografia das diretrizes e o destino específico das diferentes regiões do município correspondem ao macro zoneamento, com a divisão do território em unidades territoriais que expressam o destino das diferentes áreas da cidade e do município.

As recomendações elaboradas para solucionar os problemas identificados em Alexânia são alicerçadas nas ausências ou fragilidades verificadas na estrutura de gestão municipal. Para suprir estas falhas e definir as ações necessárias para se atingir uma gestão territorial sustentável em Alexânia, deverá atender os seguintes itens:

1. Definição de um novo perímetro urbano para a zona urbana do Município de Alexânia;
2. Criação de Unidades Especiais de Planejamento e Gestão - UEPG, com divisões na área urbana que sirvam de referência para fins de planejamento, pesquisa, informação e gestão urbana;
3. Definição do Macro zoneamento de Ocupação do Solo Urbano, segundo a capacidade de adensamento e prioridade de ocupação, considerando os aspectos culturais, ambientais e a infra-estrutura instalada, definindo-se assim cinco zonas diferenciadas: Zona de Alto Adensamento, Zona de Adensamento Preferencial, Zona de Adensamento Moderado, Zona de Expansão Urbana Prioritária e Zona de Transição;
4. Definição do Sistema Macro Viário a partir de um conjunto de vias para a zona urbana para dar acesso a todas as áreas de Alexânia, na medida da sua expansão

e adensamento, sem necessariamente atravessar o núcleo central, conciliando os tráfegos de passagem e local;

5. Definição de Áreas de Atividades Diversificadas, onde se concentram diversas categorias de atividades organizadas, como: locais preferenciais para investimentos públicos; instalação de equipamentos para prestação de serviços público e realização de eventos culturais de lazer e turismo; e, também, definidas as Áreas de Interesse Especial, sujeitas à regimes próprios de acordo com suas peculiaridades - Área de Interesse Ambiental, as Áreas de Interesse Social e Áreas de Interesse Histórico – Cultural.

Em seguida são propostas diretrizes para aplicação dos Instrumentos da Política Urbana, que serão aplicados no município atendendo aos dispositivos do Estatuto da Cidade - Lei no 10.257/01 e essenciais para a implementação da gestão territorial sustentável em Alexânia:

1. Parcelamento, Edificação e Utilização compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Títulos da Dívida Pública, sendo definidos quais tipos de imóveis são passíveis destes instrumentos, os subtilizados e os que não exercem sua função social;
2. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia aos ocupantes de assentamento de baixa renda em terrenos públicos de propriedade do município, não situados em áreas de uso comum do povo, destinadas a projetos de urbanização, de proteção ambiental, em vias existentes ou em áreas previstas de implantação e de risco à vida humana ou ambiental. Não se definiu pelo Plano quais áreas urbanas o poder público poderá exercer a facultades de assegurar essa moradia;
3. Direito de Preempção que confere ao poder público municipal a preferência para aquisição de imóvel urbano que atenderá a diferentes finalidades e condições;
4. Transferência do Direito de Construir possibilitando ao proprietário de imóvel urbano exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito

- de construir, quando houver transferência de propriedade para o município e quando o referido imóvel for considerado necessário para uso público diverso;
5. Outorga onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso, definido o exercício do direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico e a mudança do uso estabelecido para a zona, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, de acordo com o parecer do órgão competente;
 6. Operações Urbanas Consorciadas, equivalentes a um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental;
 7. Estudo de Impacto de Vizinhança, onde os empreendimentos e atividades privados ou públicos dependerão deste estudo para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento definido na Lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo;
 8. Instrumentos Tributários municipais serão empregados com função fiscal, adequando a legislação tributária ao atendimento das diretrizes do Plano Diretor;
 9. Assessoramento Técnico e Jurídico Gratuito às Populações de baixa renda, promovido pelo Poder Público Municipal, fornecendo assistência técnica e jurídica gratuita, diretamente, ou através de convênio estabelecido com instituições de ensino, organizações não governamentais e/ou com associações profissionais às pessoas e entidades comprovadamente pobres no município.

5.4.2.1. O RESERVATÓRIO DE CORUMBÁ IV

O reservatório Corumbá IV foi formado pela barragem no rio Corumbá, afluente do rio Paranaíba, e abrange terras de oito municípios goianos: Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Corumbá, Gameleira, Novo Gama, Alexânia, Abadiânia e Silvânia.

O lago artificial tem profundidade máxima de 60,0 m, na cota 842, em relação ao nível médio do mar, uma área horizontal total de 165,70 km² e tempo de detenção médio de 11 meses e vários rios e córregos alimentam o reservatório de Corumbá IV, sendo que os principais são: o rio das Antas, proveniente de Anápolis; o rio Corumbá; o rio Areias e o rio Descoberto.

A barragem foi prevista, inicialmente, para produção de energia elétrica e para usos múltiplos, como a pesca esportiva, a recreação de contato primário, a preservação e a conservação da vida aquática e a diluição de efluentes líquidos tratados. Posteriormente, o Governo do Distrito Federal incluiu a possibilidade da captação de suas águas para o abastecimento de água potável para a sua população, sendo um uso prioritário, em comparação aos outros usos previstos inicialmente.

Entretanto, em virtude de problemas de licenciamento ambiental, a captação de água prevista pelo Distrito Federal deixou de ser diretamente no futuro reservatório e passou a ser no rio Areias, afluente do rio Corumbá. Porém, apesar da captação de água ser no rio Areias, ainda assim sofrerá a influência do reservatório de Corumbá IV.

A bacia do reservatório de Corumbá IV abrange uma área com forte ocupação antrópica, com cidades satélites de elevado contingente populacional, como Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria no Distrito Federal e as cidades goianas de Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia, Corumbá e Anápolis.

Assim, o uso e a ocupação do solo das áreas próximas do reservatório deverão ser planejadas com critério técnico e com muita responsabilidade, a fim de evitarem comprometimentos ambientais futuros da qualidade da água, com possibilidades de transtornos como água com cor ruim, morte de peixes e odores desagradáveis.

Desta forma, o Plano Diretor de Alexânia manteve as diretrizes de uso e ocupação do solo propostas pelo Plano Ambiental de Corumbá IV, com maior detalhamento das restrições quanto à infra-estrutura para novos empreendimentos que deverão se instalar na região.

5.4.3. ARTICULAÇÃO DE ALEXÂNIA COM O EIXO RODOVIÁRIO BRASÍLIA-GOIÂNIA

A articulação do Município de Alexânia com os outros municípios pertencentes ao Eixo Rodoviário Brasília-Goiânia se dá de várias formas como parcerias comerciais e de prestação de serviços, principalmente com Anápolis e Distrito Federal, ou mesmo em ações de turismo ecológico e de preservação ambiental do Rio Corumbá e seus lagos, com os municípios de Abadiânia, de Corumbá de Goiás e de Santo Antônio do Descoberto.

Já as articulações na área institucional governamental e principalmente de saúde e assistência social, a relação maior é com a capital do Estado de Goiás - Goiânia, ficando Anápolis e também o Distrito Federal na participação importante na área educacional, até mesmo pelas distâncias diárias que devem ser percorridas.

Praticamente a maioria das articulações do Município de Alexânia com os demais municípios do Eixo Brasília-Goiânia são realizadas por meio da Rodovia BR-060. Esta mesma rodovia dá acesso à sede de Alexânia, atravessando-a no sentido longitudinal leste-oeste como Abadiânia, Anápolis, Terezópolis de Goiás, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Hidrolândia.

A relação de Alexânia com esta rodovia se identifica com a configuração comercial onde as quadras que se encontram ao longo da BR-060, na passagem pela sede do município, foram definidas no Plano Diretor como Zonas de Uso Misto – (ZUM) – definidas de acordo com o perfil de ocupação urbano e a rede de sistema viário principal.

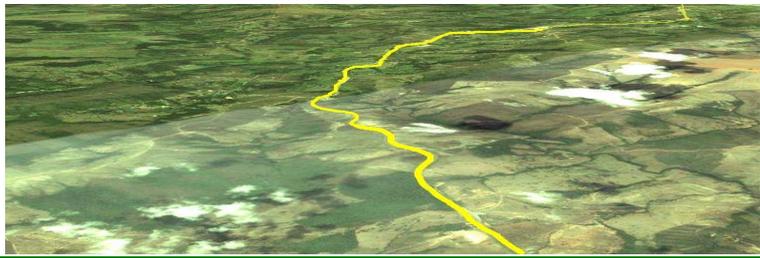
Estas Zonas são divididas em Zona de Uso Misto 1 - ZUM 1, Zona de Uso Misto 2 - ZUM 2 e Zona de Uso Misto 3 - ZUM 3, abrigam diversas funções urbanas como residencial, comércio, administração, industrial de pequeno e médio porte e serviços nas quadras ao longo da rodovia BR – 060 e, como é uma rodovia de tráfego intenso, traz dificuldades para a travessia, tanto de pedestres quanto de veículos.

A BR-060 faz a ligação entre a sede do Município de Alexânia com vários loteamentos e, é feita de maneira precária, pois não existe sistema de transporte urbano público nem privado. Nestes loteamentos também apenas os lotes situados mais próximos à rodovia se encontram já ocupados, sendo que não possuem equipamentos públicos como escola ou posto de saúde e nem infra-estrutura urbana, abastecimento de água, saneamento e pavimentação de vias, e os principais são o Morada do Sol, Serra do Ouro e Alvorada.

Hierarquicamente, Alexânia se encontra entre os municípios de menor população, pouco mais de 20 mil habitantes, mas conta com um território que se encontra em local estratégico, pois apesar de Santo Antônio do Descoberto encontrar-se mais próximo do Distrito Federal, a sede não é cortada pela BR-060.

Assim, Alexânia é o primeiro município no sentido Brasília-Goiânia e se destaca pela localização, aproximada, de equidistância entre as duas metrópoles o que eleva o fator comercial e turístico de sua posição estratégica além da proximidade com Anápolis, sede da Plataforma Multimodal e Porto Seco.

No próximo capítulo das considerações finais, serão abordadas as recomendações para a estruturação de uma gestão territorial sustentável, a forma como se aplica a legislação municipal e o ordenamento técnico-administrativo nesta gestão.



CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta dissertação possibilitou a apresentação de conclusões e recomendações originárias de diferentes fases do desenvolvimento do trabalho e que podem ser divididas em três grandes blocos que em conjunto respondem as indagações formuladas na proposta inicial da dissertação. A seguir são apresentadas estas partes na forma a seguir: (i) considerações sobre a estruturação de uma Gestão Territorial Sustentável no Eixo Brasília-Goiânia; (ii) recomendações com vistas à estruturação de uma Gestão Territorial Sustentável em Alexânia e seu Ordenamento Técnico-administrativo e de Legislação.

6.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DE UMA GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA.

- A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE nos anos de 1980 e posteriormente a Região Metropolitana de Goiânia – RMG nos anos 1990, possibilitou a participação dos municípios pertencentes a estas regiões em diversos programas e projetos institucionais, geralmente em parceria com o Governo Federal, mas os resultados obtidos não tiveram o êxito esperado.
- O fato destes municípios não possuírem planos diretores municipais e a regulamentação de instrumentos urbanístico-ambientais ou mesmo voltados para o acesso à moradia, criados em alguns dos municípios somente a partir do Estatuto da Cidade, reforçam a hipótese que estes fatores foram fundamentais para o insucesso do que foi planejado regionalmente e acordado com estes municípios.
- Ordenar o crescimento ou desenvolvimento econômico sustentável com base no conjunto dos municípios, levando-se em conta os recursos naturais existentes e sua capacidade de absorção em consonância com os planos diretores municipais e as agendas 21 locais pode definir uma nova ordem de modelo econômico sustentável como propulsor de um planejamento regional.

- A referência da Rodovia Federal BR-060 como um vetor de deslocamento e indutor de um desenvolvimento sustentável poderá definir um planejamento desejável aos municípios pertencentes ao eixo Brasília-Goiânia, devido ao fator primordial de todos estes municípios possuírem um plano diretor e suscetíveis ao uso dos instrumentos urbanístico-ambientais pertencentes ao Estatuto da Cidade.

Com a elaboração dos Planos Diretores nos municípios pertencentes ao Eixo Brasília-Goiânia, particularmente aqueles cortados pela BR-060, será possível elaborar sistematicamente um diagnóstico situacional sobre a realidade e o desenvolvimento institucional do conjunto destes municípios.

Como os diagnósticos sócio-econômico e geoambiental são amplamente refeitos e atualizados, será fundamental a prática sistemática na dimensão Político-Institucional onde aborda questões políticas, jurídicas, características da administração municipal, a organização social, e a relação Governo e Sociedade, enfatizando a qualidade da gestão dos serviços públicos e do controle social, principalmente em relação à sustentabilidade.

Diante das diretrizes ambientais, socioeconômicas, físico-territoriais que sustentam ações específicas de gestão pública do conjunto de municípios do Eixo Brasília-Goiânia, propõe-se estratégias de ação para atingir uma gestão territorial sustentável, ou sejam:

- implantar o processo permanente de planejamento;
- garantir às administrações municipais os instrumentos legais necessários à implantação das diretrizes formuladas;
- garantir a participação da comunidade como colaboradora permanente das ações propostas pelos Planos Diretores dos municípios do Eixo Brasília-Goiânia.
- organizar o uso e ocupação do solo nos territórios dos municípios, em suas áreas urbanas, de expansões urbanas e rurais.

- valorizar, preservar e fiscalizar o patrimônio ambiental, histórico e cultural de todos os municípios do Eixo Brasília-Goiânia e em uma visão regional.
- promover o desenvolvimento de atividades agroindustriais, de turismo e de pólo universitário como principais bases econômicas, bem como melhorar a qualidade de oferta de infra-estrutura e equipamentos do conjunto de municípios pertencentes ao Eixo Brasília-Goiânia.

Diante destas diretrizes definidas, serão formuladas proposições ambientais para as zonas urbanas, de expansões urbanas e rurais, as proposições sócio-econômicas, as proposições físico-territoriais estruturais onde, todas serão elaboradas em consonância com as proposições de desenvolvimento institucional visando uma gestão territorial sustentável.

6.2. RECOMENDAÇÕES COM VISTAS A ESTRUTURAÇÃO DE UMA GESTÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM ALEXÂNIA.

- A implementação da gestão territorial sustentável parte da necessidade da execução do Plano Diretor de Alexânia considerando que diversos aspectos devem ser revistos tendo em conta o desenvolvimento sustentável no Município de Alexânia.
- As recomendações a partir das conclusões com o objetivo de criar uma estrutura de uma Gestão Territorial Sustentável em Alexânia, deve inicialmente rever os aspectos específicos fundamentais em cada área de atuação administrativa e de governança, principalmente diante dos poderes executivo e legislativo do Município de Alexânia.

- **QUANTO AS DIRETRIZES GERAIS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO**

Todas as diretrizes a seguir, fazem parte de ações e projetos previstos no Plano Diretor de Alexânia e visam conciliar a conservação e preservação dos recursos naturais com qualquer tipo de ocupação ou atividade urbana e rural e em acordo com toda a legislação ambiental existente nos âmbitos federal, estadual e municipal.

As Diretrizes de Gestão Ambiental também são básicas em todas as diretrizes, bem como a utilização de mecanismos e instrumentos de financiamento, a criação de parcerias entre agentes públicos e privados para urbanização e requalificação de espaços públicos e privados. Ainda são básicas as diretrizes de fiscalização preventiva em áreas de risco e de preservação ambiental, o estímulo à autogestão e co-gestão da habitação, dos equipamentos coletivos, da infra-estrutura urbana e serviços sociais; todas estas diretrizes devem ter obediência incondicional ao arcabouço de legislação ambiental e determinarão as especificidades das seguintes diretrizes:

- **Gestão Administrativa**

A Gestão Administrativa deverá demonstrar transparência dos atos administrativos e facilidade de acesso da população a todas as informações disponíveis sobre o município de Alexânia; ampliação das parcerias com outras esferas da administração pública, treinamento e reciclagem dos recursos humanos; e estímulo à incorporação de uma cultura com base na educação e conscientização ambiental.

- **Diretrizes Sociais**

Para atender com qualidade as necessidades básicas relativas ao desenvolvimento social, serão necessárias algumas ações. Na Saúde será preciso uma maior eficiência do serviço de vigilância e ampliações de ações preventivas, um atendimento eficiente, visando facilidades de acesso à qualidade de serviços e uma gestão visando à qualificação do atendimento e a promoção do controle social sob a prestação de serviços.

Focando a Educação, a melhoria de qualidade do ensino básico, preparação de técnicos qualificados para o mercado regional e ampliar as possibilidades de formação superior, serão pontos fundamentais. Para a Ação Social, atendimento a crianças e idosos carentes, atenção aos jovens em situações de risco social e apoio aos deficientes físicos e mentais; e no setor da cultura e esportes, a valorização e preservação do patrimônio e ampliação dos equipamentos culturais e a necessidade de ampliação da oferta de equipamentos e promoção esportiva.

- **Diretriz do Uso e Ocupação do Solo**

Quanto ao Uso e Ocupação do Solo serão definidas diretrizes de estímulo à ocupação dos lotes vazios e ociosos urbanos; o estabelecimento de critérios para o uso dos logradouros públicos, privilegiando a circulação de pedestres, o lazer da população e ampliação de áreas de verdes; nos parcelamentos, observam-se os requisitos mínimos para a reserva dos espaços destinados às áreas verdes, espaços abertos de lazer e recreação, a usos institucionais, ao sistema viário e a moradia popular.

- **Diretriz da Moradia**

As Diretrizes relativas à moradia indicam o tratamento da questão habitacional em articulação com as diversas políticas públicas; a elaboração de planos, programas e projetos urbanísticos; o tratamento da questão fundiária; a montagem de um banco de terras; a orientação para a legislação urbanística; e a implantação de um sistema de avaliação dos impactos socioculturais em áreas objeto de intervenções; a produção habitacional será elaborada a partir do desenvolvimento de padrões tipológicos, urbanísticos e habitacionais; incentivo à produção de cesta básica de construção com menores custos e a métodos construtivos com melhores índices de produtividade e qualidade; apoio a soluções não convencionais – a auto-construção e o mutirão –; e o estímulo à ação do setor privado na produção da habitação de interesse social; todos vinculados à pesquisa e incentivo ao uso de materiais e tecnologias alternativas consideradas limpas e sustentáveis.

- **Diretriz de Serviços públicos e infra-estrutura**

Visando uma melhoria e eficácia no atendimento em serviços públicos e infra-estrutura, serão necessárias as seguintes ações: abastecimento da água e o esgotamento sanitário com previsão de ampliação para atender toda a zona urbana, bem como a Drenagem e o fornecimento de energia elétrica; quanto à comunicação recomenda-se o acompanhamento pelo município do serviço prestado pelas empresas de telefonia fixa e móvel; em relação à limpeza urbana, deverá ser elaborado um Plano de Gestão de Limpeza Urbana com indicativo de diretrizes quanto ao acondicionamento, à coleta, à varrição, ao tratamento e destino final dos resíduos sólidos.

- **Diretriz de Acessibilidade e mobilidade**

As diretrizes voltadas para a Acessibilidade e mobilidade dizem respeito às formas de circulação e transporte onde serão priorizadas a circulação de pedestres, ordenamento e controle dos pontos de espera e estacionamento, elaboração de projetos de engenharia de tráfego e melhoria dos meios de transportes urbanos, sempre com o foco da política municipal com foco no ser humano e não para o automóvel.

- **Diretriz Econômica**

Aspirando um desenvolvimento econômico serão necessárias as seguintes ações: equilíbrio orçamentário para ampliação de investimentos e das despesas correntes do município; a ampliação da eficiência do sistema de arrecadação de tributos municipais, através da atualização do cadastro de atividades e da planta de valores; implantação de sistema de arrecadação e controle informatizados; fiscalização efetiva e programas de sensibilização junto à comunidade; capacitação do pessoal técnico da área financeira da Prefeitura de Alexânia, com o propósito de melhorar o seu desempenho à luz das novas exigências legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal; racionalização das despesas do município, reduzindo-se os desperdícios de recursos e melhorando a capacidade de gestão; avaliação do modelo atual de organização administrativa e exame da possibilidade de racionalização da estrutura, com vistas à redução das despesas de custeio; capacitação do pessoal administrativo para atuar sempre com o sentido de uma

relação custo/benefício, na aplicação do dinheiro público; e ajuste dos instrumentos do orçamento municipal às diretrizes do Plano Diretor e dos planos setoriais.

- **Diretriz da Economia Rural**

Para a Economia Rural retomar o crescimento econômico e o fortalecimento do potencial agropecuário da região será necessário as seguintes ações: elevação do nível de emprego e melhoria da renda; estabilização e reversão dos fluxos migratórios, através da dinamização da economia urbana; a promoção de capacitação para o emprego formal; a promoção de convênios e parcerias com entidades, públicas e privadas, educacionais e financeiras voltadas para o desenvolvimento do pequeno empreendedor; o estímulo ao desenvolvimento de artesanatos produzidos de forma incipiente no município, a exemplo de peças de cerâmica e madeira, bem como à pequena produção de produtos alimentares, doces, biscoitos, etc.; o estímulo à fabricação de subprodutos da produção rural da região; o apoio às indústrias de pequeno e médio porte existentes, buscando a formação de um distrito industrial; a realização de estudo e seminário para o levantamento do potencial turístico e a sua capacidade de atração, seu potencial de geração de renda e emprego e a identificação de medidas com vistas à sua promoção; a criação de calendário turístico e programas de desenvolvimento turístico, com festas típicas e eventos festivos regionais; o aproveitamento do potencial ecológico como fator de desenvolvimento econômico e social, através da criação de parques e áreas de lazer, da promoção de eventos, de programas de turismo rural e outros de alcance municipal e regional, principalmente na Bacia do Rio Corumbá, ressaltando todas as medidas de proteção e conservação ambiental desta bacia.

- **QUANTO AO ORDENAMENTO TERRITORIAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Para estruturar administrativamente a Gestão Territorial Sustentável, todas as secretarias existentes devem participar ativamente dos conselhos municipais, composto por representantes do Poder Público e pela sociedade organizada, principalmente, voltados para a defesa do meio ambiente, educação ambiental e planejamento e desenvolvimento urbano.

Alexânia irá necessitar de uma estrutura técnico-administrativa para conduzir o planejamento com base nas diretrizes que apontaram, nesta dissertação, para as diversas áreas que necessitam intervenção com mais critérios da administração pública como os novos desenhos para área urbana da sede do município, as leis que devem ser aprovadas e, os cuidados especiais com a ocupação ao longo da BR-060. Os objetivos que irão fundamentar estas diretrizes seriam:

- Impedir, minimizar e reverter os impactos negativos ocasionados pelo crescimento desordenado e pela falta de planejamento na gestão da cidade;
- Definir as áreas urbanas e rurais e garantir a compatibilidade de uso no processo de ocupação e exercício das atividades;
- Impedir uma expansão urbana especulatória, evitando-se a degradação ambiental e gastos excessivos e inadequados com infra-estrutura;
- Identificar e modificar a destinação de uso das áreas parceladas impróprias para ocupação, considerando-se as questões ambientais e as reais condições de gestão pública;
- Implantar instrumentos de redução dos custos e de aumento de oferta dos lotes e unidades habitacionais nas áreas prioritárias para ocupação;
- Identificar e priorizar áreas para localização de equipamentos públicos e infra-estrutura, garantindo o fácil acesso dos usuários e a racional distribuição dos serviços no Município de Alexânia, considerando as demandas de densidade;
- Reestruturar as ligações viárias básicas, garantindo a integração necessária aos deslocamentos urbanos;
- Recompôr um estoque de áreas públicas para atender a demanda da coletividade na implantação de equipamentos e áreas verdes;

- Compatibilizar a aprovação de novos loteamentos com o processo de estruturação do território e a necessidade de ocupação;
- Atender ao sistema ambiental local estabelecendo critérios para manejo, preservação e recuperação;
- Identificar áreas de matas e nascentes, localizadas em parcelamentos ocupados e adensados, avaliando a possibilidade de implantação de parques com o objetivo de promover o bem-estar social, garantindo a preservação ambiental;
- Compatibilizar o uso e ocupação do Município, viabilizando o desenvolvimento econômico, social e a proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e ambiental;
- Adequar os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- Estabelecer políticas compensatórias nas relações entre o Município de Alexânia e a sua área de influência, em especial a RIDE e;
- Promover convênios entre órgãos estaduais e federais e entidades públicas visando à implantação das diretrizes propostas.

Com o real atendimento destas diretrizes e utilizando-se de uma estruturação básica de informações, estarão criadas as condições para o acompanhamento do Plano Diretor pela comunidade, visando abrigar as informações do planejamento municipal sistematizada pelo Plano Diretor e possibilitar a continuidade do processo de planejamento por meio da complementação e atualização das informações básicas do município.

- **QUANTO A REVISÃO DOS MARCOS LEGAIS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Recomenda-se que, apesar da existência de todos os instrumentos citados no Plano Diretor – e estes em sua maioria atender as particularidades de grandes centros urbanos, o Município de Alexânia deverá utilizar somente aqueles instrumentos que promovam meios para alcançar os objetivos traçados para a especificidade do Município de Alexânia, ou sejam:

Os instrumentos de planejamento podem estabelecer mecanismos de atuação conjunta entre munícipes e gestores municipais facilitando a transparência nas informações, no planejamento e na gestão dos municípios.

Analisando as necessidades encontradas atualmente e as projeções do Plano Diretor de Alexânia, os instrumentos que mais poderiam contribuir para uma eficácia em uma gestão territorial sustentável, seriam:

1. Na dimensão fundiária: Usucapião especial do imóvel urbano; Regularização fundiária e, Desapropriação por utilidade pública;
2. Na dimensão ambiental-cultural: Instituição de unidades de conservação e, Tombamento de imóveis e de mobiliário urbano;
3. Na dimensão social: Instituição de Zonas ou de Áreas Especiais de Interesse Social, Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e famílias de baixa renda e, Instrumentos de participação social e comunitária.

Para dar suporte á Gestão Territorial Sustentável, recomenda-se que a Lei Orgânica seja revista e que o teor de todas as Emendas Constitucionais então ocorridas seja incorporado, modificando o regime e dispondendo sobre princípios e normas da administração pública, controle de despesas, finanças públicas e deverão ser contempladas, também, as disposições do Estatuto da Cidade.

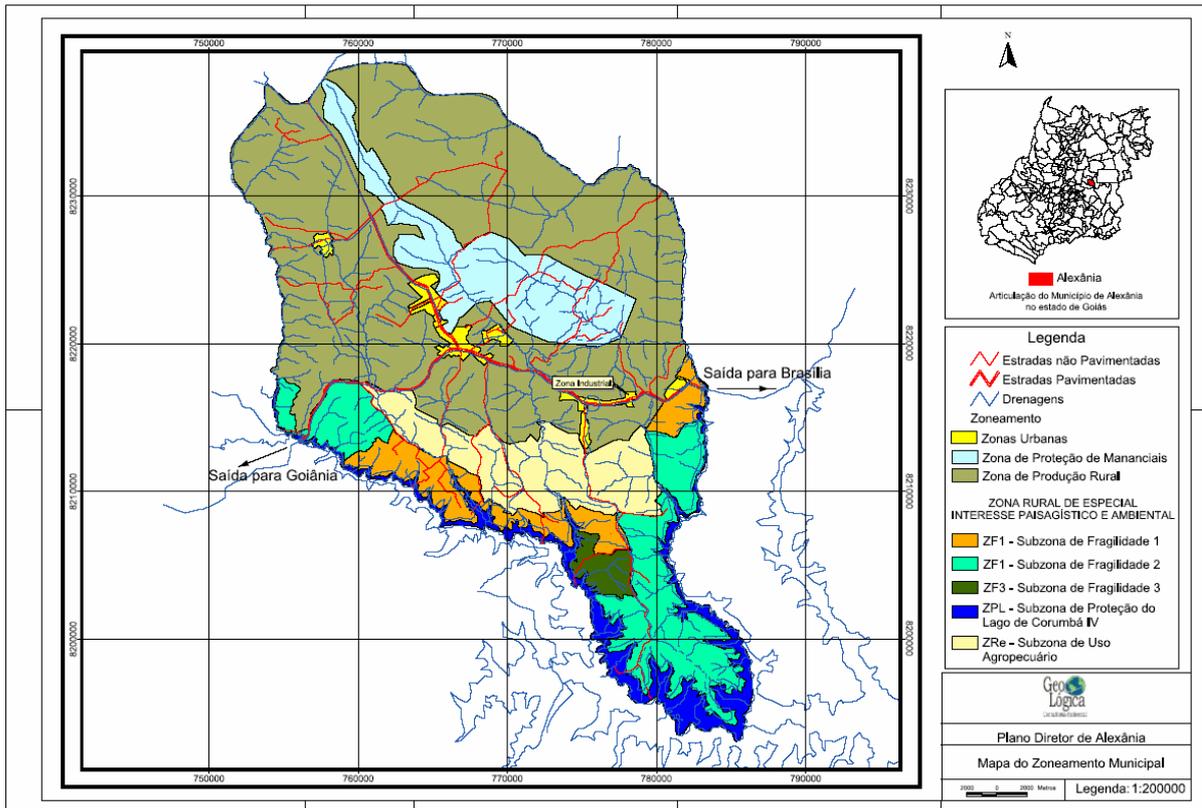
A Gestão Territorial Sustentável deverá se apoiar na Lei do Plano Diretor que é o documento legal que permitirá o cumprimento dos objetivos e funções, incorporando os instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade.

O Código do Meio Ambiente e de Posturas contém disposições adequadas para solucionar problemas ambientais, em especial a prevenção e controle da erosão e ao saneamento do Rio Corumbá e seus afluentes, assim como conservação das matas ciliares.

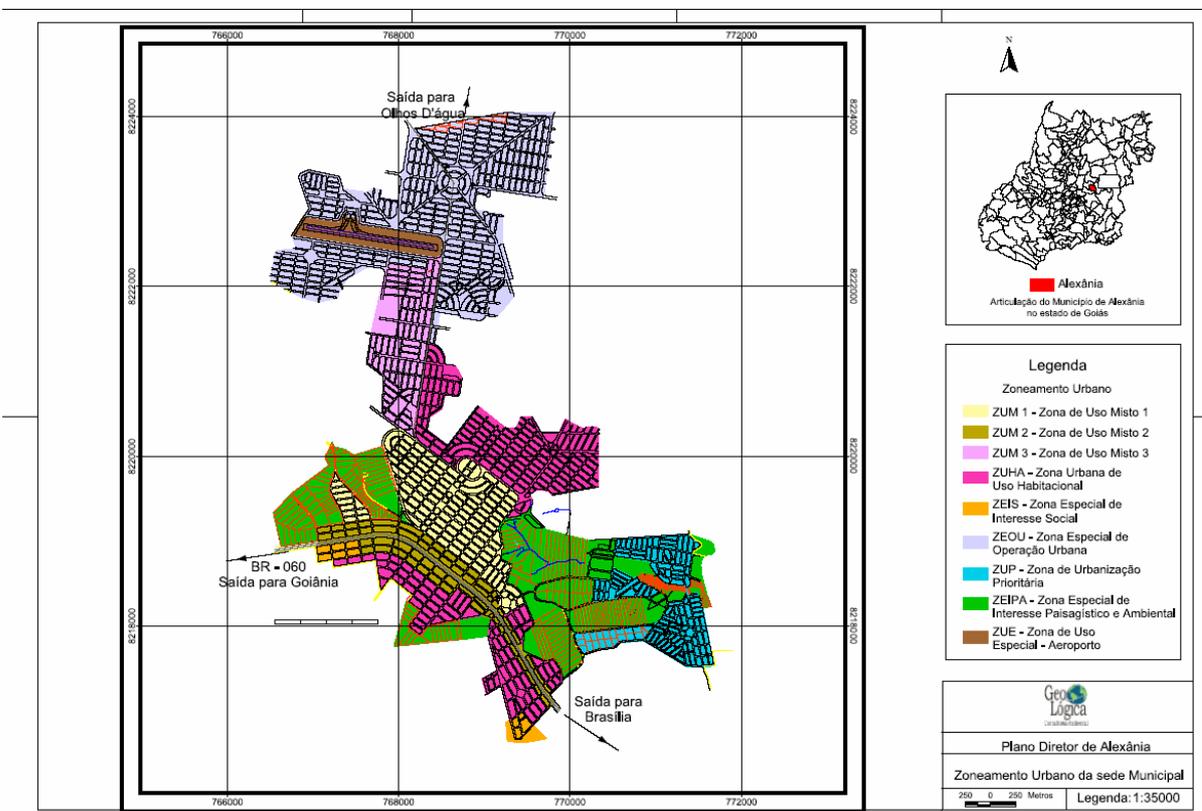
O Código de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo compreende as normas relativas ao licenciamento do parcelamento do uso do solo e ao licenciamento de obras e edificações, com a dimensão ambiental que visa proteger o meio ambiente.

O Plano Diretor de Alexânia reflete-se fielmente em seu Zoneamento Urbano e no Municipal. O zoneamento é um instrumento de planejamento, poderá ser utilizado de forma estratégica, visando o desenvolvimento, e a consolidação do Município de Alexânia como pólo regional de agroindústria e turismo do Rio Corumbá, através do crescimento do comércio e dos serviços em áreas diversas como: na indústria; na fruticultura; nos produtos lácteos; e na agroindústria.

Devido às suas características formais, o zoneamento é de fácil leitura e poderá ser utilizado no atendimento às diretrizes do Plano Diretor Municipal de Alexânia desde que difundido de forma clara no município a todos os cidadãos. A Lei Complementar Nº 843, de 11 de dezembro de 2006 regulamenta tanto o Zoneamento municipal como o Zoneamento urbano da sede municipal e, se encontram nos mapas a seguir.



Mapa 10 – Mapa do Zoneamento Municipal. Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.



Mapa 11 – Mapa do Zoneamento Urbano da sede Municipal. Fonte: Plano Diretor de Alexânia, 2005.

Estes instrumentos podem ser considerados de fácil utilização e de total adaptação à população, pois são inerentes a pequenas cidades e de grande dimensão que interessa a toda população e não apenas a uma parte pequena da sociedade.

Conclui-se que o fortalecimento institucional do conjunto de ações municipais somado à legislação que alicerçam a gestão municipal de Alexânia com a eficácia no cumprimento do Plano Diretor e todas as leis revistas durante o processo de elaboração, poderá produzir um processo de planejamento e ação com base na sustentabilidade.

Certamente esta conclusão é alicerçada em um contexto atual o que não implica numa mudança de cenário se as ações municipais, regionais e até estaduais sofrerem mudanças drásticas diante ao processo de desenvolvimento verificado até então. Daí a importância de uma estrutura de planejamento eficaz, sempre atenta a mudanças que fatalmente ocorrerão, e a real operacionalização dos instrumentos citados anteriormente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADH. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000**. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: < <http://www.undp.org.br/HDR/Atlas.htm> >. Último acesso em 30 de agosto de 2004.

ANA, Agência Nacional de Águas. 2003. [on line] Disponível na Internet via www. URL: www.ana.gov.br. Arquivo capturado em 19 de Julho de 2007.

BARBOSA, Altair Sales. **Um universo chamado cerrado na visão de um antropólogo que pensa como ecologista cultural**. Goiânia, GO: documento original, 1.999.

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**, Goiânia, GO. Oriente, 1978.

BERTRAN, Paulo C. W. **A memória consútil e a modernidade**. Palestra proferida no Departamento de Ciências Sociais da UFG em 19/06/93. Publicada na Revista UFG, junho 2006, Ano VIII. nº1. Goiânia, GO.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central; Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília, DF: Solo, 1994.

BEZERRA, Maria do Carmo. **Planejamento e gestão ambiental: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos**. 1996. 227 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

BEZERRA, Maria do Carmo. **Agenda 21: Instrumento para construção do desenvolvimento sustentável**. Ministério do Meio Ambiente. 2002, Brasília, DF.

BEZERRA, Maria do Carmo. **Cidades Sustentáveis**. Tema apresentado na I Conferencia das Cidades. Ministério das Cidades, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 7.511, de 7 de julho de 1986. Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de julho de 1986.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 1º de setembro de 1997.

BRASIL, Cadernos Mcidades/Desenvolvimento Urbano – **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano 1**. Ministério das Cidades. 2004, Brasília, DF.

BRASIL, **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para caracterização da rede urbana** / IPEA, IBGE, UNICAMP, volume 01 Cidades. Brasília, DF: IPEA, 2001.

BRASIL, **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para caracterização da rede urbana** / IPEA, IBGE, UNICAMP, volume 02 Rede urbana. Brasília, DF: IPEA, 2001.

BRASIL. Distrito Federal. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2. ed. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. CONFEA. **Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília, DF: CONFEA, 2005.

BRASIL, Lei 10.257 – **Estatuto da Cidade**. Brasília, DF: Guia para implementação pelos municípios e cidades, 2001.

CARVALHO, J.A.M. de; RIGOTTI, J.I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 11, 1998, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte, MG: Abep, 1998.

CODEPLAN - GOVERNO DO DF: "**Entorno do Distrito Federal: Programa Estratégico de Desenvolvimento**". Brasília,DF, janeiro 1992.

CODEPLAN. **Regiões Administrativas do Distrito Federal**. Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. Disponível em <

<http://www.codeplan.df.gov.br/flash/index.htm> > Último acesso em 07 de agosto de 2007.

CPRM. **Zoneamento Ecológico-Econômico da região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno**; Fase I. Rio de Janeiro, RJ: CPRM/EMBRAPA/SCO-MI, 2003.

ESTADO DE GOIÁS. **Entorno do DF – Especiais - Planejamento do Desenvolvimento Regional**. Goiânia, GO: Governo do Estado de Goiás, setembro 1990.

ESTADO DE GOIÁS. "Estudos da SEPLAN - **Perspectivas de Goiás na Década de 90 - Entorno do Distrito Federal - Problemas e Soluções**" – Goiânia, GO - 1990.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Anuário Estatístico - Goiás**. 1991.

FEMAGO. Apostila do curso: **Avaliação do Impacto Ambiental - Ecossistema Terrestre e Termo Geral de Referência (TGR)**. Fundação Estadual do Meio Ambiente em Goiás. Goiânia, GO, 1990.

GDF/SEDUH. **Anais do II Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste e Tocantins**. Brasília, DF, SEDUH, 2000, 480 p. (Cadernos de Demografia, 13).

GEOLÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL. **Relatório Ambiental Simplificado (RAS) PCH VÃOZINHO – Ribeirão Cachoeirinha**. Alexânia, GO, 2002.

GEOLÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL. **Plano Diretor de Alexânia**. Alexânia, GO, 2005.

GOIÁS. Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 4.593/95, que Institui a Política Florestal do Estado de Goiás. Goiânia, GO, 1995.

GOIÂNIA. Instituto de Planejamento Municipal. **Carta de Risco do Município de Goiânia**. Convênio IPLAN/IBGE/UFG. Goiânia, GO, 1991.

GOIÁS, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Cenário sócio-econômico do Estado de Goiás**: Microregião do Entorno de Goiânia. Goiânia, GO: SEPLAN, 1.996.

GOMES, Ivair. **Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar**. Revista de biologia e ciências da terra, Volume 5- Número 1 - 1º Semestre. Belo Horizonte, MG, 1998.

GROSTEIN, Marta Dora. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos insustentáveis**. *São Paulo em Perspectiva*, Vol 15, nº 1, São Paulo, SP. Jan/mar, 2001.

GUERRA, L. **Apontamentos para análise sociológica da crise ambiental e do modelo do desenvolvimento sustentável**. Publicado em Teoria e Pesquisa, números 44 e 45 de jan/jul. 2004 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, SP.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.

HARDT, L. P. A.; PELLIZZARO, P. C. **Efetividade do Planejamento Urbano e Regional: a Cidade Planejada e a Cidade Real**. In III Encontro da ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Brasília, DF, 2006

IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. **Série Manuais Técnicos em Geociências**. nº 1. Rio de Janeiro, RJ. 1992. 92p

IBGE. **Censo Demográfico-2000**. Goiás.

IBGE. **Censo Agropecuário-2000**. Goiás

IBGE. **Censo Industrial-2000**. Goiás

IBGE. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/censo/default.php> > . Último acesso em 14 de agosto de 2007.

IBGE. **Contagem da população**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas / Departamento de População e Indicadores Sociais. IBGE, 1996. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > . Último acesso em 28 de julho de 2007.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal 1998, 1999 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > . Último acesso em 05 de julho de 2007.

IPEA/USP, **Configuração atual e tendências da rede urbana**. Brasília, DF: série Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil - volume 1 IPEA, 2002.

IPEA/USP, **Estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília, DF: série Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil - volume 2 IPEA, 2002.

IPEA/USP, **Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana**. Brasília, DF: série Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil - volume 3 IPEA, 2002.

IPEA/USP, **Instrumentos de planejamento e gestão urbana em aglomerações urbanas: uma análise comparativa**. Brasília, DF: série Gestão do uso e disfunções do crescimento urbano - volume 1 IPEA, 2002.

IPEA/USP, **Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Brasília, DF: série Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – volume 4 IPEA, 2002.

LEROY, J. P. et. Al. **Cinco anos depois do Rio 92**. In: LEROY, J.P.MAIA, K. D.; GUIMARÃES, R.P. org. Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio 92. Rio de Janeiro, RJ: FASE, 1997

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do Capitalismo**. São Paulo, SP. Hucitec, 1996.

MILANEZ, B. e TEIXEIRA, B. A. N. **Contextualização de princípios de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos urbanos**. XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, São Paulo, SP, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Plano Diretor Participativo**. Brasília, DF, 2003.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Política nacional de desenvolvimento urbano**. Série Cadernos MCidades – volume 1. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Planejamento territorial urbano e política fundiária**. Série Cadernos MCidades – vol. 3. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Política nacional de habitação**. Série Cadernos MCidades – volume 4. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Saneamento ambiental**. Série Cadernos MCidades – volume 5. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Política nacional de mobilidade urbana sustentável**. Série Cadernos MCidades – volume 6. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Gestão ambiental no Brasil – Um compromisso com o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: sumário executivo do Ministério do Meio Ambiente, 2.000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. 2000. SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. 3ª edição. Brasília, DF:2003. 52p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2007. [on line] Disponível na Internet via www. URL: www.mma.gov.br. Arquivo capturado em 9 de outubro de 2007.

MOTA, Diana. **Política Urbana e Ocupação do Território**. In Anais do II Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste e Tocantins. Brasília, DF, 2000. Pp. 197-213.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA. PDIG.2000. **Caracterização e Avaliação do Patrimônio Ambiental**. Goiânia, GO, 1991. (Documento Interno).

PREFEITURA DE ALEXÂNIA - Manual dos Programas Desenvolvidos no Município de Alexânia que recebem verbas federais. Alexânia, GO, 2003.

PREFEITURA DE ALEXÂNIA. Disponível em www.alexania.go.gov.br > Último acesso em 08 de julho de 2007.

RIBAS, Otto. **Crítérios e diretrizes de planejamento e desenho urbano visando à minimização de impactos negativos sobre o meio ambiente**. Tese de Mestrado, Brasília, DF, 1988.

RIBAS, Otto Toledo. **A sustentabilidade das cidades - Os instrumentos da gestão urbana e a construção da qualidade urbana**, Tese de doutorado, CDS/UnB, Brasília, DF, 2002.

ROCHA, Renato de Melo. **Política Habitacional em Goiânia**. Monografia conclusiva do Curso de Especialização em Planejamento Urbano e Ambiental. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2000.

ROCHA, Renato de Melo. **Diagnóstico sobre a capacidade institucional do Município de Goiânia no setor urbano/habitacional para o atendimento das populações de baixa renda**, Prefeitura de Goiânia. Goiânia, GO, 2001.

ROGERS, Richard e GUMUCHDJIAN, Philip, **“Cidades para um pequeno planeta”** Gustavo Gili, Barcelona, Espanha, 2001.

ROLNIK, R.; SAULE, N. (Orgs.). **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Polis; Caixa Econômica Federal; Câmara dos Deputados / Coordenação de Publicações, 2002. SEPLAN. Secretaria de Planejamento do Goiás. Goiânia, GO: SEPLAN.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: série Idéias sustentáveis, CDS, 2.004.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Editora Hucitec, 3 Edição, 1996. São Paulo, SP.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, SP: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

SEPLAN-GO/IBGE. **Zoneamento ecológico-econômico da área do aglomerado urbano de Goiânia**. Goiânia: SEPLAN-GO/IBGE, 1994.

SEPLAN-GO. **A Região do Entorno do Distrito Federal**. Goiânia, GO: SEPLAN-GO/IBGE, 2002.

SEPLAN-GO. **Regiões de Planejamento: Região Metropolitana de Goiânia**. Goiânia, GO: SEPLAN-GO/, 2006.

SEMARH. **Caracterização Hidro-Geomorfológica de Goiás**. Goiânia, GO: SEMARH, 2005.

SEMARH. 2007. [on line] Disponível na Internet via [www](http://www.semarh.go.gov.br). URL: www.semarh.go.gov.br. Arquivo capturado em 20 de outubro de 2007.

SIRKIS A.; **Ecologia Urbana e Poder Local**; Fundação Onda Azul; 1999; Rio de Janeiro, RJ.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. 3ª edição. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. 2003. 52p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.